

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS
CLASSES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL



ANO LX

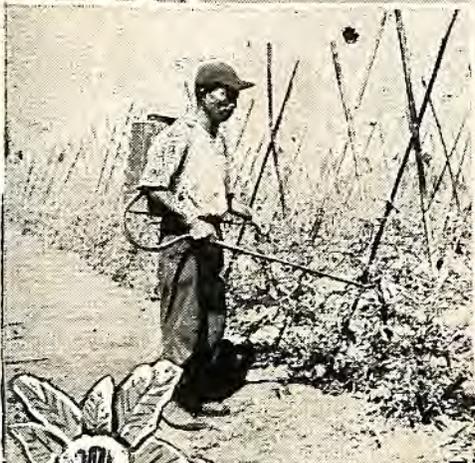
RIO DE JANEIRO — BRASIL
JULHO-AGOSTO, 1957

Proteja suas hortaliças

com

MALATOX

À Base de Malathion



Controla todas os insetos importantes que atacam os tomates, bem como a maioria das pragas das hortaliças. Pode ser usado até 3 dias antes da colheita, sem os perigos de resíduos tóxicos comuns aos outros inseticidas. Encontra-se à venda sob as seguintes formulações:

MALATOX-4 - Pó pronto para polvilhamento.

MALATOX-25 - Pó molhável, para pulverização.

MALATOX-50 - Emulsionável com água, para pulverização.

Malathion é um produto

CYANAMID

AMERICAN CYANAMID COMPANY



À VENDA NAS BOAS CASAS DO RAMO

Peça-nos informações, sem compromisso

Fabricantes:

BLEMCO S. A.
IMPORTADORA E EXPORTADORA

22 22
BLEMCO

São Paulo
C. Postal, 2222

Presidente Prudente
C. Postal, 2222

Rio de Janeiro
C. Postal, 2222

Belo Horizonte
C. Postal, 2222

Porto Alegre
C. Postal, 2222



COQUEIRO ANÃO

A foto mostra a boa embalagem das magníficas mudas de coqueiro anão vendidas pela Srna. Maria Bergamo, proprietária da Chácara Santa Cruz, localizada na Avenida da Arca Branca, em Santa Cruz, Distrito Federal.

Dispõe a chácara de D. Maria Bergamo, no momento, de 48.000 mudas de coqueiro anão, variedade verde.

Trata-se de uma viveirista especializada, em coqueiro anão, que nos últimos anos produziu quasi cerca de 60.000 foram adquiridos pela Secretaria da Prefeitura do Distrito Federal.

Obteve, consecutivamente, nas quatro Ex posições Agro-Pecuárias do Distrito Federal, o primeiro prêmio.

veja agosto 51

SUMÁRIO

A Evolução da Propriedade Rural e a Lei Agrária (Prof. Arthur Torres Filho)	pág. 3
O Gado da Índia (Luiz Carlos de Mesquita Maia)	" 6
Uma Droga Farmacêutica Descoberta Permite a Conservação do Peixe por Longos Prazos, nos Climas Tropicais	" 8
Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil no Paraguai	" 8
Acobaltose — Importância Biológica do Cobalto nos Bovídeos (José da Silva Lúcaz)	" 10
Jovens Agricultores Brasileiros Chegam aos EE. UU. Para Estudos Práticos da Ciência Agrícola	" 14
O Trigo no Brasil (Primeira Parte) (Eng.º-Agrônomo Itagiba Barcante)	" 15
Livros e Publicações	" 22
As Cooperativas e o Crédito Agrícola — Democracia Econômica e Democracia Política	" 23
Associativismo Rural	" 26
A Atividade Agrícola na Argentina	" 27
Fibra de Bananeira	" 30
Batalha da Alimentação	" 32
Devastação Florestal no Estado do Rio Grande do Norte	" 36
Notícia e Informações	" 36
Resposta ao Questionário Sobre Informação Básica Para o Estudo da "Segurança Social Agrícola" nos Países Americanos, Preparado Pelo Comitê Permanente Interamericano de Providência Social	" 37
Reequipamento e Ampliação das Atividades da Escola de Horticultura Wenceslão Belo	" 46
A Classe Rural — Temas e Sugestões (Eng.º-Agrônomo Arruda Câmara)	" 53
ALavoura do Distrito Federal	" 57
Homenagem Póstuma a um Grande Líder do Cooperativismo no País	" 60

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENIO LUIZ LEITÃO
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
ITAGYBA BARÇANTE
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE
DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — Dr. Altino de Azevedo Sodré; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Rurais** (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Alberto Ravache.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES
RURAS DO DISTRITO FEDERAL

ANO LX

JULHO-AGOSTO, 1957

A EVOLUÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL E A LEI AGRÁRIA

Prof. Arthur Torres Filho

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Para um país da extensão territorial do Brasil, francamente povoado, o problema máximo está representado pela *ocupação do solo*. No entanto, ao invés de cuidarmos da estrutura agrária em bases econômicas e do levantamento do cadastro rural, para traçarmos as diretrizes da colonização facilitando o acesso à terra, pelo crédito agrícola, proclama-se a necessidade da reforma agrária que teria por finalidade promover a subdivisão da propriedade agrícola em caráter distributivo.

Segundo Lynn Smith, a posse da terra constitui “uma relação social entre a população e o solo”. A chamada pressão demográfica representa, do ponto de vista econômico e social, fator de alta importância a considerar-se nesse capítulo do uso da terra, que deve ser ressaltado pelos cuidadosos estudos da sociologia rural.

No Brasil, com o desbravamento, já vamos alcançando, em muitas regiões, estrutura agrária mais evoluída que exigirá programas cautelosos dentro do panorama geral da economia brasileira, a fim de que sejam evitados desajustamentos no Brasil rural e agravados os rendimentos culturais, sem a assistência técnica e econômica aos agricultores.

São merecedores de louvores os esforços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através o Serviço Nacional de Recenseamento, pela realização dos censos agrícolas decenais. Os resultados preliminares de 1950, publicados, embora ainda sujeitos a retificação, oferecem elementos valiosos.

Por eles se verifica que os estabelecimentos agrícolas de 1 a 5 hectares representam mais de 25% do total.

Deve-se assinalar que, na avaliação das áreas cultivadas, não foram computadas aquelas destinadas ao consumo doméstico.

O GADO DA ÍNDIA

Diferentes raças índicas do zebú

(Serviço de Informações da Índia)

Tradução de Luiz Carlos de Mesquita MAIA



Búfala de pura raça "Murrah".

A Índia é o país que possui o maior estoque de gado no mundo inteiro, vindo, depois dela, os Estados Unidos e a União Soviética, no segundo e terceiro lugares, respectivamente.

Depois da última guerra mundial, a população pecuária do planeta foi calculada em setecentos e dezoito milhões de cabeças, cabendo à Índia, deste total, a cifra de dezenove por cento.

No que concerne à produção de leite, porém, a União Indiana deixa de estar em situação invejável, como é o caso dos Estados Unidos, que, apesar de possuírem apenas onze por cento da população mundial de gado, fornecem trinta por cento do total do leite obtido dos bovídeos de todo o mundo. A produção da Índia, no mesmo campo, é de quatro por cento.

Calcula-se que a produção total de leite da Nação Índica, ao se iniciar o primeiro Plano Quinquenal,

depois da independência indiana, era de dezoito milhões de toneladas, trinta e oito por cento das quais foram consumidos como leite fluido normal, quarenta e dois por cento como *ghe* (palavra índica que designa a parte da manteiga que fica como resíduo

após a fervura desta última), e o resto sob a forma de manteiga, coalhada e outros produtos.

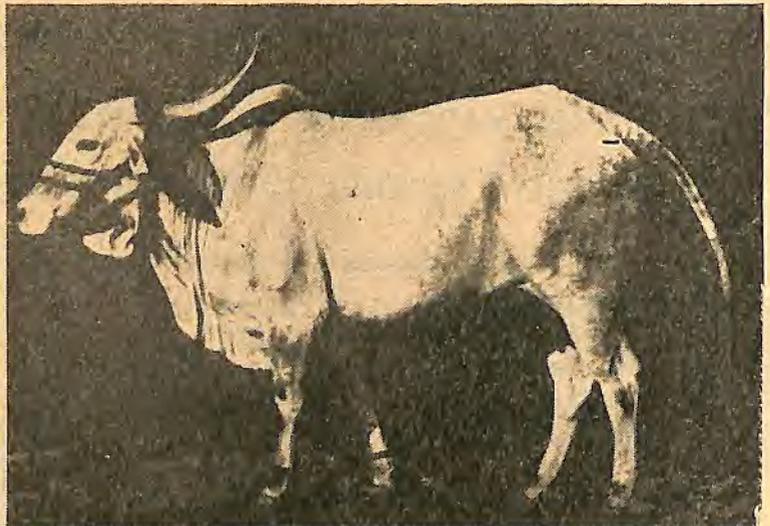
Os bovinos propriamente ditos (na Índia, só os zebus — *Bos indicus* contribuíram com menos da metade da quantidade total do leite produzido na Índia, tendo cabido a maior cota, neste particular, aos búfalos domésticos.

Cada vaca produz, na Índia, anualmente, a média de quatrocentos e dezoito libras de leite, o que constitui um dos mais baixos níveis do mundo, cumprindo registrar-se aqui a produção leiteira da Holanda e Bélgica, de, respectivamente, oito mil trezentas e setenta e uma libras e sete mil e quatrocentos e noventa e seis libras, por cabeça, ao ano.

A população de gado está distribuída do seguinte modo, pelos estados e territórios da Índia:

ESTADOS —

Andhra	10.958
Assam	5.247
Bihar	14.331
Bombaim	20.231
Kerala	2.536
Madhya Pradesh ..	22.560
Madrasta	9.859
Misore	8.997
Arisa	8.036



Vaca "Khillari".

Punjab	5.943
Rajasthan	12.127
Uttar Pradesh ...	22.938
Bengala Ocidental	11.587
Jamu & Cachemira	1.757

TERRITÓRIOS

Delhi	120
Himachal Pradesh	1.171
Manipur	143
Tripura	317
Andamans & Nicobar	5

T O T A L 158.863.000

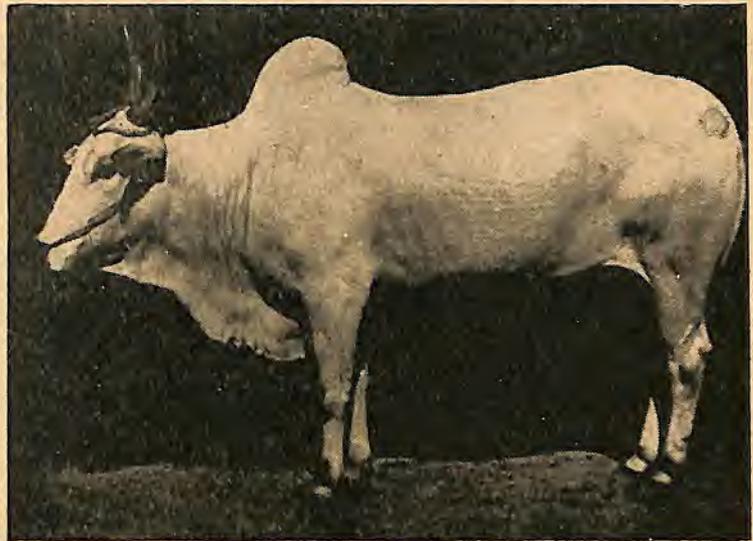
A média de consumo lácteo por habitante é baixa na Índia, atingindo apenas 5,2 onças, quando o mínimo recomendado pelos nutrologistas é de 15 onças. Essa média se sobressai, quanto à própria inferioridade, ao ser comparada com a dos países ocidentais, que oscila entre três mil a quatro mil libras.

A principal razão da baixa produção leiteira da Índia é que a população pecuária é excessiva para os estoques de alimento atualmente no País. Calcula-se que, para a quantidade de forragem que há na Índia, pelo menos um terço do gado deste país constitui excesso. Em matéria de pas-

tagens, a situação é ainda pior, tendo se agravado por imposição das necessidades alimentícias, que reduziram grandemente as pasturas à disposição do gado. Isto leva à subalimentação dos

das mistas, passando estas a produzir a necessária forragem, em ritmo crescente.

A Comissão de Peritos nomeada pelo Governo da Índia, em 1954, para estudar as questões relativas à



Boi "Kangayam".

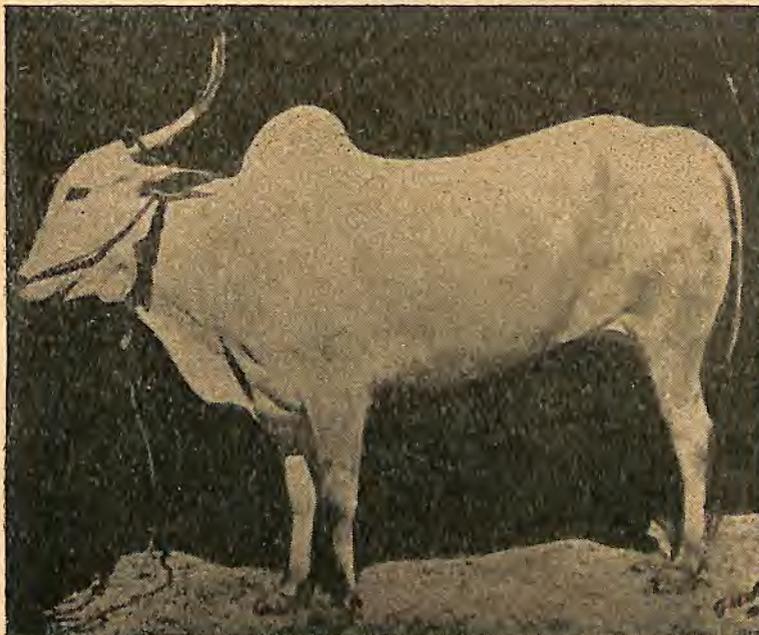
animais, com a conseqüência da menor produtividade.

Com o objetivo de interromper tal círculo vicioso, sugeriu-se uma modificação no sistema das fazen-

matança do gado, chegou à conclusão de que uma radical proibição do abate de animais terá como conseqüência direta o aumento da população pecuária, o que ameaçará o bem-estar do limitado número de bons exemplares que o País possui. A proibição total de matança de gado aumentaria a população deste, no ritmo de seis por cento ao ano.

O Conselho Indiano de Pesquisas Agrícolas elaborou, para toda a Índia, um sistema de criação que deverá obter o máximo de rendimento das vinte e cinco raças, de características já bem definidas, que se espalham pelas diferentes regiões índias. Para a efetivação desse programa, cada estado foi dividido em zonas segundo as raças encontradas em seu território.

É principalmente através do Plano de *Aldeias-chave*, o qual promove um trabalho concentrado em áreas selecionadas, que o programa de melhoramento dos



Boi "Hallikar"

rebanhos está sendo empreendido pelos governos estaduais. Durante o primeiro quinquênio, seiscentas aldeias-chaves e cento e cinquenta centros de inseminação artificial foram estabelecidos.

Espera-se o estabelecimento, no decorrer do segundo Plano Quinquenal, de mil e duzentas e cinquenta e oito aldeias-chave e duzentos e quarenta e cinco novos centros de inseminação artificial, além de duzentos e cinquenta e quatro centros de extensão. O programa, uma vez concluído a contento, deverá fornecer vinte e dois mil touros reprodutores, nove milhões e meio de animais de trabalho e um milhão de vacas de linhagem.

''A LAVOURA''

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil.

ESCRITÓRIO DE PROPAGANDA E EXPANSÃO COMERCIAL DO BRASIL NO PARAGUAI

O Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil em Assunção, Paraguai, oficiou à Confederação Rural Brasileira solicitando que a mesma interceda junto a suas filiadas "concitando-as a que encaminhem para o Salão da Exposição Permanente de Mostuários Brasileiros, organizado e mantido pelo Escritório Comercial de Assunção, quanto possa ser interessante à elevação de conceito do Brasil nesta República cujo Governo e cujo povo se mostram tão inclinados, com simpatia e interesse, para o lado de dentro das nossas fronteiras".

UMA DROGA FARMACÊUTICA AGORA DESCOBERTA PERMITE A CONSERVAÇÃO DO PEIXE POR LONGOS PRAZOS, NOS CLIMAS TROPICAIS

A notícia reveste-se de interesse para Angola, onde as indústrias de pesca estão muito desenvolvidas. É o prezado colega "Notícias" de Lourenço Marques quem nos revela:

"Devido às muitas dificuldades da conservação do peixe em climas tropicais, os cientistas americanos dedicaram a maior atenção ao es-

ta o seu fresco paladar. A "American Cyanamid Company" combinou um grão de clortetraciclina, especialmente alimentício, com outras substâncias comestíveis, e pela primeira vez tornou possível ao mundo um processo econômico de conservar o peixe fresco, durante todo o período que vai entre a pesca e o consumo."



Peixe conservado em gelo anti-biótico.

tudo de um produto que conserve as espécies piscícolas. E tiveram êxito."

"Foi a "American Cyanamid Company" nos Estados Unidos que finalmente encontrou a resposta. Através de experiências levadas a cabo por alguns dos mais proeminentes cientistas dos Estados Unidos e do Canadá, chefiados pelo Dr. Hugh L. A. Tarr, da "Canadian Pacific Experimental Station", verificou-se que a aureomicina, o antibiótico descoberto em 1948 pelo Dr. Benjamim Duggar, conservaria o peixe fresco por períodos longos".

"Além disso, só uma pequena quantidade de antibiótico era necessária. Verificou-se que ele poderia ser usado com gelo ou numa solução de água do mar fresca, e que o peixe conservado por esse processo, não só se mantinha mais tempo fresco, como ainda manti-

"A nova fórmula, chamada ACRONIZE, já foi experimentada, com todo sucesso no Paquistão, Irão, Turquia, Itália, Alemanha, Dinamarca, Inglaterra e vários países da América Latina. Espera-se que, dentro de um futuro muito próximo seja introduzida noutras áreas e adotada sobre uma escala mundial."

"O significado de uma nova descoberta em termos de muito maior utilização de peixe a preços mais baixos, suscitou o interesse de governos e empresas particulares de muitos países, bem como as agências internacionais especializadas das Nações Unidas.

"A Ciência deu, assim, mais um passo em frente na solução do grave problema do fornecimento de mais gêneros alimentícios a um mundo prolífero".

IRROMETRO

INDICADOR DE UMIDADE

O
MELHOR
INSTRUMENTO
PARA
MEDIR
A
UMIDADE
DO
SOLO
NO
PASTO
NA
HORTA
NO
POMAR
"



O IRROMETRO

Mostra Instantanea-
mente Quanto e
Quando Irrigar

Não Regue De Mais
Nem De
Menos

IRRIGAÇÃO CONTROLADA COM IRROMETRO

Produz raízes profundas e saudáveis porque mantém o solo em condições adequadas de umidade, entre irrigações. Irrometros colocados nas zonas superior e inferior das raízes registram continuamente a umidade disponível para as raízes, indicando outrossim, quando e quanto irrigar.

Por meio do Irrometro pode-se sempre manter o solo convenientemente úmido e garantir a devida penetração d'água.

A irrigação é feita segundo as necessidades da lavoura e aproveita-se melhor o fertilizante e a água.

ENTREGA
IMEDIATA
DE
APARELHOS
DE

6"
12"
18"
e
24"

PEÇAM INFORMAÇÕES

SOC. IMPORTADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA.

Av. Franklin Roosevelt, 39 - Sala 1408

Caixa Postal, 4170

RIO DE JANEIRO - BRASIL

ACOBALTOSE

Importância Biológica do Cobalto nos Bovídeos

José da Silva Lacaz

Médico-veterinário do Inst. Biológico de S. Paulo

O presente trabalho resulta de nossos estudos sobre o "mal do colête", numa de suas formas — a de carência do cobalto (acobaltese).

Preliminarmente, de se jáamos referir que o problema no vale do Paraíba foi por nós investigado e solucionado, graças à valiosa colaboração que recebemos dos professores Dupont, Carrol e Davis. O primeiro, professor emérito da Universidade Rural, ofereceu-nos valiosas sugestões para o estudo da doença. O professor Carrol, parasitologista australiano, acompanhado do Dr. A. M. Penha, diretor de Divisão do Instituto Biológico de São Paulo, deu-nos a honra de uma visita, em Guaratinguetá, em 1953, encorajando-nos no trabalho que fazíamos sobre o "mal do colête", e apresentado, em 1954, ao II Congresso Panamericano de Medicina Veterinária, realizado em São Paulo, por ocasião de seu IV Centenário. Ao prof. Carrol, depois de sua visita ao país, deve o Brasil a introdução da técnica australiana na análise dos

micro-elementos. O professor Davis é o nutricionista da Estação Experimental da Flórida (Estados Unidos), que em 1954 também nos deu a honra de sua visita, acompanhado do prof. João Soares Veiga, e confirmou a nossa hipótese sobre a origem daquele mal, numa de suas formas — carência dos oligo-elementos cobalto e cobre. Agradecimentos especiais são prestados aos senhores Manoel M. Freire, Lauro A. Moreira e Darcílio Pereira, os quais, num espírito de colaboração dos mais elogiáveis, nos oferecem animais para o estudo clínico-experimental do "mal do colête".

Introdução

A digestão gástrica dos bovídeos, e de maneira geral a dos ruminantes, devido a natureza de seu aparelho digestivo, tem particularidades interessantes. Essas particularidades decorrem das funções das lojas gástricas, principalmente do rúmen ou pança, onde vive a flora polimicrobiana responsável não só pelo

desdobramento da celulose, como também pela síntese de amino-ácidos essenciais e de quase todas as vitaminas do complexo B, dentre elas a vitamina B12.

A primeira função do rúmen, a mais simples, é a de um grande reservatório destinado a receber a massa alimentar e a saliva, que aí ficam por algum tempo e onde continua a sacarificação do amido pela diástase salivar.

Outra função do rúmen é a de sede da digestão da celulose. A celulose é um polissacáride que resiste à ação de todos os sucos digestivos, mas na pança, no entanto, sofre a ação de um "fermento figurado" o exemplo mais típico da intervenção de micróbios nas operações digestivas. Queremos nos referir ao *Bacillus amilobacter*. Ele age dissolvendo a celulose, por meio de seu fermento solúvel — a citase, e em seguida, desdobrando-a.

Na pança, dá-se, ainda, a peptonização dos albuminóides por outros "fermentos figurados", dentre eles o *Thiothrix*; ainda na pança, processam-se as sínteses de quase todas as vitaminas do complexo B e encontram-se nele, também, germes de putrefação.

Todos esses microrganismos proliferam ali e agem pelas suas diferentes enzimas; sua atividade vital, dentre outros fatores, depende do oligo-elemento cobalto. Este, além de nutriente essencial das bactérias do rúmen e de reduzir os microrganismos patogênicos nesse órgão, estimula a formação das hemácias, entrando, ainda, na síntese da vitamina B12.

Evidencia-se a importância biológica do cobalto no metabolismo dos ruminantes, pela seguinte cadeia: a vida dos ruminantes depende das fermentações dos microrganismos na pança, enquanto os microrganismos dependem do microelemento cobalto.

A falta do cobalto determina a **ACOBALTOSE**, moléstia exclusiva dos ruminantes.

O cobalto é um microelemento ou biocatalizador inorgânico essencial. Na natureza faz parte dos aluminossilicatos, e pode ser encontrado nos colóides-organi-

Moratórias e reajustamentos

(Pecuarista e Agricultura)

Pelo Dr. Eduardo Corrêa

- 1) Suplemento de 1957 dessa obra editada em 1954 e citada nos altos Tribunais, e julgados de toda a República.
- 2) Legislação Completa até a Lei 2.804 de 1956, incluindo os decretos do Executivo, e as circulares e portarias ministras necessárias para bem requerer as apólices, e estabelecendo quantum e modo de pagamento de juros dos mesmos.
- 3) Casos de habilitação aos benefícios de Lei 2.282 fornecidas pela Lei 2.804.
- 4) Obra única no gênero, completa de defesa da classe dos fazendeiros, indispensável a Advogados, Juizes, Delegados Fiscais, Coletores, Jornalistas, Sociólogos, Economistas, Associações Rurais Bancos, Repartições fazendarias em geral, Consules, Embaixadas, Faculdades de Direito, Comércio e Economia.

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL À

LIVRARIA FREITAS BASTOS S. A.

LARGO DA CARIOCA-ESQUI. BITENCOURT DA SILVA, 21-A

nicos e minerais, formando muitos compostos com a matéria orgânica.

Os solos saibrosos e saibroarenosos (certas zonas do alto vale do Paraíba, na Serra Quebra-Cangalha), e os pantanosos (baixo vale do Paraíba, zonas dos brejões de terra escura), são pobres em cobalto; encerram menos de 2 a 2,5 mg de cobalto por quilo de terra. Essas zonas do alto vale do Paraíba são de clima frio, o solo de cor cinza e o subsolo pardo-escuro ou pardo-vivo; lá são comuns as coníferas.

Igualmente pobres são as forragens com menos de 0,04 a 0,07 mg de cobalto por quilo.

Geralmente as gramíneas acumulam menos cobalto que as outras forrageiras (Marston).

Fisiologia

As exigências diárias de cobalto de um bovídeo são de 1 mg; 5 a 10 % do cobalto ingerido é utilizado na formação da vitamina B12; presume-se que é sob a forma da vitamina B12 que o cobalto é assimilado pelo organismo. A absorção se faz pelo intestino, e a eliminação pela urina e pela bilis; em maior quantidade, pela urina (Marston).

Quando, pela alimentação, recebem sais de cobalto, aumentam de peso e produtividade. Na alimentação, eleva ainda a taxa de hemoglobina, aumenta o teor das vitaminas A, E e C, e o teor de ferro, acelerando, também, a síntese da Vitamina B12 e das proteínas musculares.

Os animais privados de cobalto digerem em menor grau todos os nutrientes orgânicos, com exceção da fibra bruta, que, aliás, é melhor aproveitada pelos animais carentes do que pelos suplementados.

O acúmulo maior de cobalto no organismo dá-se no fígado; a microanálise desse órgão revela se o animal é carente ou não. Esta micro-análise tem valor para efeito de diagnóstico, quando o animal é autóctone da região (crioulo), ou esteja empastado nela, pelo menos durante 10 meses.

Patologia

A acobaltose, como já vimos, é moléstia exclusiva dos ruminantes; acrescentamos agora que, além de exclusiva dos ruminantes é particularmente dos animais em regime de campo, em



ENXADA

Dragão

prova *na terra* o seu valor!

Fabricada e garantida pela

Cia. Mechanica e Importadora de São Paulo

Fabricantes, também, dos famosos produtos BUGRE e Rodos, Enxadões e Picarétas

AGENTES VENDEDORES EXCLUSIVOS:

CIA. BRASILEIRA DE AÇOS FINOS S. A.

RUA MAYRINK VEIGA, 28 - Loja — Fone : 23-1655
C. POSTAL 1720 — RIO DE JANEIRO

MICRO-ANÁLISE DE FIGADO (BOVIDEOS E OVINOS) — DOS FORNECIDOS POR H. T. CARROL (1954)

Micro-análise do fígado (Bovideos e Ovinos)	por. m. (parte por milhão) sobre fígado seco
Profundamente deficiente	0,05 p/ menos
Deficiente	0,05 a 0,08
Marginal	0,08 a 0,10
Normal	0,10 p/ mais

criação extensiva, e principalmente de animais em crescimento.

Entre nós, observamos que, os animais azebuados são mais sensíveis à moléstia do que os holandesados.

Nos bovídeos a acobaltose se manifesta pelos seguintes sintomas: perda do apetite (anorexia grave), forte depressão, atrofia muscular progressiva, parada do crescimento, lacrimejamento, forte anemia (normocrítica e normocrômicas), couro e pêlos ásperos. Nos animais adultos desaparece a atividade reprodutora, notando-se ainda hipogalaxia e agalaxia.

Se os animais permanecem nas mesmas invernadas carentes, sem outro cuidado senão o do sal comum, vêm fatalmente a morrer por inanição.

A necrópsio revela magreza e anemia extremas; quando a moléstia atinge seu termo final, diz Marston, a condição das vísceras é a do edema de fome; o fígado é gorduroso e o baço com hemossiderose.

FALSA ACOBALTOSE

Em nossa clínica temos assistido a bovídeos, fora da primeira idade, com manifestações que simulam a acobaltose, resultantes do uso de antibióticos e bacteriostáticos em doses exageradas. É a falsa-acobaltose medicamentosa.

O emprego de antibióticos ou bacteriostáticos pelos leigos, no tratamento de certas moléstias dos bovídeos, em doses maciças e por longo tempo, compromete a flora polimicrobiana do rúmen, o que determina a falsa-acobaltose medicamentosa.

ARAME FARPADO

GRAMPOS CERCA

CIMENTO: PARAÍSO, BARROSO e MAUÁ

TUBOS GALVANIZADOS — ARAME PRETO

FERRO REDONDO

Uma casa que surge para servir bem e barato

COFECIL — Comércio de Ferro e Cimento Ltda.

R. DA ALFÂNDEGA, 98 — Sala 702 — Tel. 23-5154

O cobalto, segundo Davis, é tóxico, se empregado em doses excessivas, e o quadro clínico da toxicose por ele provocado é idêntico ao da acobaltose (casos experimentais).

Diagnóstico

O diagnóstico da acobaltose faz-se pelos sintomas, pelas micro-análises do fígado, da terra e da forragem; como exame subsidiário, o hemograma (anemia normocítica e normocrômica).

O diagnóstico diferencial com outras moléstias carenciais, tóxicos e verminoses gastroentéricas e pulmonar é feito pelas micro-análises (moléstias carenciais), pelo exame histopatológico, geralmente do fígado (tóxicos) e pelos exames de fezes, do coagulador, intestinos e pulmões (verminoses).

Tratamento

Dos tratamentos, o mais prático consiste na troca de pastagem e o mais racional, é o uso de misturas salinas compensadoras ou a adubação das pastagens.

Uma fórmula heróica no tratamento da acobaltose é a seguinte:

Pó de ossos	52 partes
Sal comum	42 partes
Óxido de ferro	4,5 partes
Sulfato de cobre	1 parte

Sulfato de manganês .	0,5 parte
	100 partes

Sulfato de cobalto	0,6%
--------------------------	------

Essa mistura deve ser utilizada à vontade, nos cochos.

O manganês é facultativo, exceto na estação chuvosa, na época do "verde" novo. Dado em doses excessivas, também é tóxico.

Outras fórmulas poderão ser balanceadas, utilizando-se o cobalto na proporção mínima de 0,025 % até a máxima de 0,06%, de acordo com o resultado das análises.

Na prática, aconselhado por Davis, temos utilizado com maior frequência mistura de 45 quilos de sal comum com 29 gramas de sulfato de cobalto e 200 gramas de sulfato de cobre.

Embora tenhamos obtido bons resultados com essa mistura, julgamos melhor a fórmula em que figura o cobalto na proporção de 0,06%.

Minúcia interessante no preparo das misturas salinas compensadoras para acobaltose é a de que o cobalto deve ser dado sempre juntamente com o cobre. Esse fato, observado por Davis, foi por nós plenamente confirmado, experimentalmente.

Há uma interdependência entre esses dois microelementos para a assimilação deles pelo

organismo. Na presença do cobalto, o organismo assimila melhor o cobre.

Como tratamento curativo da acobaltose, associado às misturas salinas compensadoras, pode ser empregada a vitamina B12 em injeções venosas (40 microgramas por dia), ou intramusculares (1 mg cada 7 dias).

Os animais carentes, quando tratados, já nos primeiros dias experimentam pronta melhora; a recuperação é progressiva, com a volta do apetite, e depois de 2 a 3 meses de tratamento, ela é completa.

No início do tratamento, nota-se queda da hemoglobina, que progressivamente atinge a taxa normal, depois de aproximadamente 10 semanas.

Coleta do material para as micro-análises

Detalhe importante nessa operação: não empregar instrumental que tenha cobre, latão ou bronze. Traços desse metal ou dessas ligas mascaram as micro-análises.

As forragens e terra devem ser coletadas como para as outras análises. As forragens devem ser cortadas nos lugares "mais batidos" pelos animais, e a terra, retirada de talhões diferentes.

As amostras de fígado, como já dissemos, só têm valor para efeito de diagnóstico, quando o animal é autóctone da região, ou é aí empastado, pelo menos durante 10 meses. Essas amostras (2 a 3 segmentos), com área de 10 a 12 cm², devem ser fixadas em álcool etílico redestilado; elas devem ainda ser retalhadas, para possibilitar melhor a infiltração do preservativo.

Para evitar extravasamento do álcool, deve-se selar a rolha com parafina, no caso de não ser o frasco à prova de extravasamento, com tampa esmerilhada.

Finalmente, acompanhando o material, um rótulo ou carta, com os dados clássicos:

- 1 — nomes do interessado, da propriedade e localidade.
- 2 — raça e idade dos animais;
- 3 — informações sobre as pastagens (se baixa ou alta, aguada, etc.);
- 4 — padrões das terras das invernações (arenosas, saibrosas, tufosas, etc) e por fim, data.

(Continua na pág. 21)

açucar
PEROLA

adôça
mais
com
menos
AÇUCAR



SACO AZUL
CINTA ENCARNADA
um produto
da
CIA. USINAS NACIONAIS

JOVENS AGRICULTORES BRASILEIROS CHEGAM AOS EE. UU. PARA ESTUDOS PRÁTICOS NA CIÊNCIA AGRÍCOLA



WASHINGTON, Maio — Ve-se na foto o jovem agricultor brasileiro Shozo Nogami, à direita, de São Paulo, recipiente de uma Bólsa de Estudos Especial em Agricultura, ao ser saudado esta semana na Capital Norte-Americana pelo Dr. Eilif V. Miller, destacado agrônomo, enquanto observam seus compatriotas Riobranco Brasil, do Território do Rio Branco, e Lucia Nogueira, do Ceará. Integram os três brasileiros o grupo de 25 jovens Latino-Americanos que chegaram esta semana aos Estados Unidos como parte do programa de intercâmbio internacional de jovens agricultores I. F. Y. E. sob patrocínio da Mathieson Pan-American Chemical Corporation e da Fundação Nacional dos Clubes "4-H". O Dr. Miller, cientista de renome, passou muito tempo no Brasil e outros Países Latino-Americanos como agregado a Fundação Rockefeller e ao Departamento Norte-Americano da Agricultura, antes de aceitar o cargo atual de diretor agrícola da Mathieson Pan-American. Durante sua estada nos Estados Unidos, os três brasileiros estudarão as técnicas agrícolas em granjas típicas Norte-Americanas, utilizando nos seus estudos os novos fertilizantes, inseticidas e herbicidas, assim como as mais recentes inovações mecânicas.

1897 — 1957

"A LAVOURA", 60 anos a serviço da
Agricultura do Brasil

O TRIGO NO BRASIL

(1.ª PARTE)

Eng. Agr. Itagyba Barçante
Diretor-técnico da S. N. A.

A cultura do trigo foi introduzida no Brasil logo após o seu descobrimento, pelos primeiros colonizadores. — Segundo alguns historiadores as primeiras sementes do nobre cereal foram introduzidas por Martim Afonso de Sousa, que as cultivou em sua Capitania de São Vicente.

Gabriel Soares de Sousa, quando escreveu a sua notável obra sobre o Brasil, por volta de 1583, faz referência às culturas de trigo então existentes em São Vicente. — Daí, se difundiu a cultura pela colônia desenvolvendo-se bem, notadamente nas Capitânicas do Sul que, antes da Independência, chegaram a apresentar vultosa produção que, não só abastecia a Colônia como ainda era exportada para outros países do Continente Americano inclusive para os Estados Unidos da América do Norte.

Esta exportação se registrou até por volta de 1826. A produção de trigo no Brasil foi de grande vulto até as proximidades de 1815. Plantava-se trigo no Piauí; na Serra do Araripe, no Ceará; na Serra do Teixeira, na Paraíba; em Bonito, no Pernambuco; em Sergipe; no Vale do Rio das Contas e em Caetitê, na Bahia, onde ainda em 1916, se via um moinho localizado em Hospício; na Chapada dos Veadeiros e em Bonfim, em Goiás; nas regiões de Barbacena, Caeté, Serro, Pecanha, Minas Novas, Pi-um-i, Campanha e Airuoca, em Minas Gerais; em São Paulo, notadamente na antiga Comarca de Curitiba; em Santa Catarina; no Rio Grande do Sul; no Espírito Santo, onde, tendo em vista os bons resultados obtidos com as culturas de trigo e de linho, e com o objetivo de estímulo, àquelas culturas, o Príncipe Regente, em Carta Régia de 17 de janeiro de 1814, resolveu isentar por dez anos do dízimo àquelas culturas na Capitania, e autorizou a distribuição em sesmarias das terras marginais dos rios Doce e Santa Maria, para quem as quizessem cultivar.

Desde essa época, a nossa maior produção se localizava no Rio Grande do Sul. Depois de 1815 começa o declínio da cultura do trigo, fortemente atacada

pela ferrugem. — Saint'Hilaire, o grande cientista francês que nos visitou por volta de 1818-1822, faz minucioso relato da situação da cultura do trigo no Brasil, chamando atenção do governo pelo abandono em que se encontrava a cultura do nobre cereal, fadada a desaparecer pela incuria das autoridades de então.

Ainda em 1818, Minas Gerais, exportava a produção das regiões de Campenha e Airuoca, 50.585 quilos de farinha de trigo. A produção de Goiás, segundo Saint'Hilaire, era toda consumida na região.

Em 1819, é concedido privilégio exclusivo a Antônio Gustavo

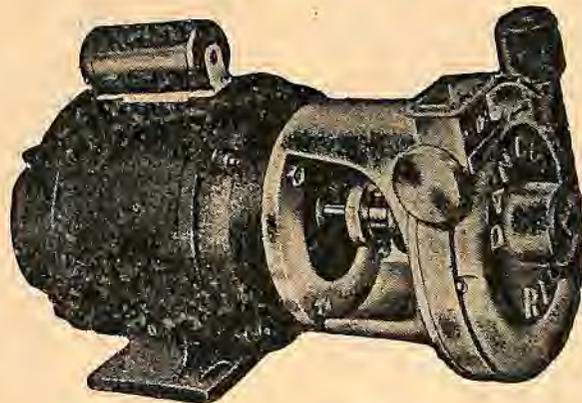
Bjuderg, para a instalação, na Côte, do primeiro moinho de trigo movido a vapor, sem prejuízo dos moinhos existentes, ou que, viessem a ser instalados, movidos a água. As máquinas foram importadas da Suécia, e o combustível usado era o carvão de pedra. Em 1822, pouco antes da Independência, são solicitados novos favores para o moinho em aprêço, agora girando sob a firma Alves Bjurg & Cia. Ltda. O parecer do Tribunal da Real Junta do Comércio, de 2-7-1822, sobre o assunto, bem demonstra o descaço que era votado a cultura do trigo no Brasil, em contraposição à política protecionista já adotada, em Portugal, para idêntica produção em seu território da Europa.

Entre os favores pleiteados pela concessionaria do moinho figurava o da proibição de importação de farinha de trigo, a respeito de que declarava aquele Tribunal que, não obstante ha-

BOMBAS HIDRÁULICAS

DANCOR

INDÚSTRIA BRASILEIRA



Inoxidáveis — Garantidas CENTRÍFUGAS

- Com motores elétricos
monofásicos de ¼ a 1 H.P.
trifásicos de 0,75 a 5 H.P.
- Com motores a gasolina
alta pressão de 1, ½ a 5, ½ H.P.
auto-aspirante de 1, ¼ H.P.

À VENDA NAS BOAS CASAS

Fabricadas e garantidas pela

MECÂNICA INDUSTRIAL DANCOR LTDA.

Caixa Postal, 5.090 - End. Teleg. "Dancor" - Rio de Janeiro

ver idêntica proibição para o Reino de Portugal, não se podia a mesma aplicar-se ao Brasil, "que está em circunstâncias diversíssimas e ainda opostas, não sendo a cultura do trigo peculiar ao mesmo Reino (do Brasil), nem gênero de primeira necessidade quanto a geral sustentação dos povos, bem que seja muito útil na Província do Rio Grande do Sul, da qual contudo não convém que fique dependente esta Capital, e as demais cidades marítimas, d'este Continente, pela notória insuficiência da população de todo o Reino, sendo só em futuro período, quando crescer o número de lavradores e de capitalistas da dita Província, objeto de deliberação no Corpo Legislativo sobre os expedientes oportunos de animar e promover a agricultura nesse interessante ramo, cujo produto ainda é precário em más condições de alguns anos em que dá ferrugem e seca, que ocasionam notável diminuição na colheita, como proximamente aconteceu.

Pouco depois confirmava-se, também a produção não pequena de trigo nas províncias de São Paulo e de Minas Gerais, quando o ministro da Fazenda do Império, por decisão de 5 de junho de 1829, para evitar a fraude, proibia os contratos de arrematação dos dízimos do trigo, do açúcar, do algodão em rama, do café, do arroz e do fumo, produção daquelas províncias e regulava o pagamento daqueles dízimos.

No segundo Império, acentuam-se as medidas para o soergimento da cultura do trigo, não só com a implantação da colonização sistemática, com elementos estrangeiros, como ainda pelas medidas de fomentos tomadas pelo governo, destacando-se aquela que conferia um prêmio, de dois mil cruzeiros, ao lavrador de trigo de nacionalidade brasileira ou estrangeira, que colhe-se no mínimo, cerca de 4.000 quilos de trigo, em perfeito estado. Em 1862, distribuiu-se, em prêmios, a quantia de Cr\$ 20.000,00 isto é toda a consignação do orçamento e, afirmava o ministro da Agricultura de então, "este incentivo para aclimar de novo e desenvolver entre nós a cultura do trigo, não tem por certo em mente prestar-se à especulação, ou auxiliá-la indefinidamente, mas tão somente animá-la até que por si só pudesse subsistir".

Em quase todas as Colônias então existentes, especialmente nas localizadas no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo, plantava-se o trigo. Na Colônia de São Lourenço, cultivava-se cerca de 1.800 hectares de terras em trigo, na de Santa Cruz, cerca de 300 hectares, na Santa Maria da Soledade perto de 1.400 hectares. Por uma estatística apenas parcial, levantada em 1866, a produção de trigo no Rio Grande do Sul, somente nos municípios de Porto Alegre, Rio Grande, São José do Norte, Pelotas e Jaguarão, era de 395.100 quilos; em Santa Catarina, somente no município da Capital e nas Colônias de Blumenau, Angelina e Santa Teresa, a produção alcançava 42.255 quilos; na Bahia, a produção do município de Alcobaca, único recenseado, foi de 300 quilos. A grande maioria dos municípios produtores de então nas províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Goiás, não figurou neste primeiro ensaio da estatística agrícola brasileira não se podendo, por isso, positivar o total de nossa produção de trigo de então.

No ano de 1867, novamente vem a ferrugem anular todo o esforço desenvolvido em prol da lavoura do trigo. Não dispúnhamos de aparelhagem técnica capaz de contornar o mal e novo fracasso se verifica em nossa lavoura tritícola.

O governo imperial, entretanto, continua a importar sementes de trigo das melhores variedades européias e americanas, para distribuição aos lavradores das províncias e às colônias do Estado.

Em 1882, é concedido o primeiro privilégio para uma máquina, de trilhar a que se propunha fabricar Luiz José Gonçalves Neves.

Ao alvorecer da República, nova tentativa se faz em favor da cultura do trigo. Em 1890, são outorgadas concessões a favor do "Engenheiro Manuel de Jesus Valdetaro e João Batista Pereira da Costa" para a instalação de moinhos de trigo e de um Campo Experimental para a cultura do trigo em Minas Gerais, com a isenção de direitos de importação por 10 anos, e isenção de fretes, por dois anos, para a farinha de trigo de sua produção transportada pela Estrada de Ferro Central do Brasil; a João de Deus França, para a instala-

ção de três moinhos e campos de cultura de trigo no Rio Grande do Sul; e a José Morales, para a instalação de usinas de beneficiar trigo nos municípios de Vacária, Conceição do Arroio, Camaquã e Canguçu, no Rio Grande do Sul, todas com isenção de impostos, por dez anos.

A campanha prosseguia em seu ritmo com opiniões ora contrárias, ora favoráveis.

Fernando Costa, ainda aluno da Escola Agrícola Luiz Queiroz, em Piracicaba, recomendava, em 1906, pelas colunas do "Jornal de Piracicaba", o plantio do trigo em São Paulo, no que era tenazmente combatido. Em 1908, o presidente Afonso Pena, que havia sido um dos últimos ministros da Agricultura, no Império, assina a mais importante lei até então votada em favor da cultura do trigo, no Brasil. Autorizava ela a conceder aos sindicatos e cooperativas agrícolas que cultivassem trigo a subvenção de Cr\$ 15.000,00, paga em prestações trimestrais, durante o prazo de cinco anos. Eram condições, ser a entidade organizada em conformidade com a legislação vigente, possuir em cultura do trigo uma área superior a 200 hectares, sob a direção de técnico de reconhecida competência.

Aos grupos de cinco ou mais sindicatos ou cooperativas que se reunissem para o fim especial de estabelecerem campos experimentais e laboratórios aparelhados para o estudo de entomologia, fitopatologia, microbiologia, física, química e meteorologia agrícola, seria concedida uma subvenção anual de Cr\$ 20.000,00 durante um período de cinco anos.

A quem estabelecesse moinho hidráulico, a vapor ou de outro sistema, para industrializar pelo menos 4.000 hectolitros de trigo, colhido em lavoura própria, seria, também, dada uma subvenção de Cr\$ 15.000,00.

Estes sindicatos e cooperativas ficavam isentos dos impostos aduaneiros para a importação, para uso exclusivo, das máquinas e instrumentos agrícolas apropriados ao arroteamento e amanho das terras, a colheita e o beneficiamento dos respectivos produtos, dos adubos e inseticidas, de máquinas e aparelhos destinados a purificação e a preparação de massas alimentícias e outros produtos do trigo, de máquinas e aparelhos destinados aos laboratórios e demais instrumentos necessários ao mesmo fim.

ABIL AGRO COMERCIAL LTDA.

(IMPORTAÇÃO — EXPORTAÇÃO)

Pássaros — Caiolas — Viveiros — Aviculturas em Geral — Adubos — Sementes — Material Agrícola — Artigos Apícolas — Plantas Ornamentais — Equipamentos para Pesca — Livros e Revistas Especializados — Desinfetantes e Inseticidas — Ferragens — Máquinária — Bombas para Água — Moinhos, etc. — Utensílios Veterinários, Sôros, Vacinas e Medicamentos — Borracha — Piscicultura — Aquários — Vasos de Xaxim — Cerâmica — Enxêrtos de Fruteiras etc.

RUA BUENOS AIRES, 87
TEL. 52-7527

CAIXA POSTAL 5222
RIO

O governo federal promoveria, além de outras medidas, acordos com as estradas de ferro, emprêsas de navegação e outros meios de transportes, para a redução dos fretes dos produtos do trigo.

Nilo Peçanha, toma como um dos pontos altos de seu governo, a "Campanha do Trigo", julgando indispensável a sua continuação, em ritmo acentuado, pelos governos que se sucedessem.

A Sociedade Nacional de Agricultura, em estreita colaboração com o governo, distribui aos lavradores, em 1909, 6.663 kgs. de sementes de trigo, importados da Argentina, da Itália, do Egito, da Argélia, do Japão e dos Estados Unidos.

Em 1910, é votado um crédito especial de Cr\$ 52.000,00 para as despesas de fiscalização, ensino e propaganda da cultura do trigo e outras seguindo-se intensa propaganda do Ministério da Agricultura, principalmente no Rio Grande do Sul, em favor da cultura do nobre cereal.

E, os seus resultados não se fizeram esperar: — a produção, que fôra de 15 mil toneladas em 1909, elevou-se ao dôbro em 1910 e ao quadruplo em 1911. A pri-

meira subvenção de Cr\$ 15.000,00, outorgada ao lavrador que satisfizesse as condições determinadas pelo Decreto n.º 2.049, de 31.12.1908, é paga em 1911, ao dr. Waldomiro Lima. Em prosseguimento da Campanha, é criado em abril de 1912, o primeiro Campo Experimental para o trigo, do Ministério da Agricultura, no Estado do Rio Grande do Sul, para cuja instalação e custeio foi aberto em maio do mesmo ano, um crédito especial de Cr\$ 150.000,00.

Entretanto, o esmorecimento da Campanha e a grande demora no pagamento dos prêmios concedidos pela lei de 1908, concorreu para diminuir o entusiasmo dos lavradores pela cultura do trigo. A maior parte dos prêmios só foi paga nos anos de 1919-1920, como os que fizeram jus Alberto F. Vasquez, Vasquez & Quadros e Bastos e Vasquez, no total de Cr\$ 225.000,00, Aguirro & Barbieri, na importância de Cr\$ 75.000,00, Avelino Machado Borges na importância de Cr\$ 30.000,00 e Felisberto Gomes no valor de Cr\$ 45.000,00, todos plantadores de trigo no Estado do Rio Grande do Sul.

A Campanha é retomada no governo do dr. Epitácio Pessoa pelo ilustre ministro Ildefonso Simões Lopes, que criou as duas primeiras Estações Experimentais do trigo no Brasil — Alfredo Chaves, no Rio Grande do Sul e Ponta Grossa, no Paraná, de onde saíam as primeiras variedades de trigo brasileiro, resistentes à ferrugem. A produção de trigo no Rio Grande do Sul, que era de menos de 100 mil toneladas passou, em 1922, para 153.250 toneladas, registrando-se, ainda, alguma produção em Santa Catarina (2.100 toneladas) e no Paraná (1.750 toneladas). Em São Paulo, as experiências com a cultura do trigo tiveram início por volta de 1920.

Com a saída daquele ministro, paralisou-se a Campanha, e a produção brasileira para 1924 caíra para menos de cem mil toneladas e permaneceu oscilando por volta das 90 mil toneladas até que assumindo o governo do Estado do Rio Grande do Sul, o sr. Getúlio Vargas, foi criada pelo Estado, a Estação Experimental de Bagé, na região da fronteira, sendo entregue a direção dos trabalhos ao ilustre geneticista Iwar Beckman que, aí, iria

continuar os seus notáveis trabalhos com o trigo, iniciados em Alfredo Chaves. O Rio Grande do Sul, então, começou a apresentar volumosa produção, com garantia de rápido desenvolvimento da cultura do trigo no Brasil, uma vez que os técnicos, em meticulosos experimentos, haviam conseguido produzir variedades de trigo perfeitamente adaptadas ao ambiente e altamente resistentes. Verificou-se, então, a intervenção acintosa do poder econômico externo, e sofremos a primeira grande derrota na produção do trigo brasileiro. Não havendo mercado para o trigo nacional, foi ele utilizado na alimentação de animais. A produção baixa novamente, mas, a pertinácia e a coragem do bravo lavrador do Sul, não permite que ela se perca totalmente. A produção oscila novamente, na base de 90 mil toneladas. Entretanto, os técnicos continuam, sem esmorecimento, os trabalhos experimentais em Ponta Grossa, em Alfredo Chaves e em Bagé.

Em 1936, no governo de Getúlio Vargas, o então ministro Odilon Braga apresenta um projeto de lei estabelecendo bases para o fomento da cultura do trigo e propondo a criação de novas estações e campos experimentais no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Em 1936, ainda, é assinado o primeiro ato de defesa econômica do trigo brasileiro. Trata-se do decreto n.º 803, de 8.5.1936, que diz em seu artigo 2.º — “O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de acordo com o da Agricultura, organizará uma comissão a fim de estabelecer a porcentagem numérica do trigo nacional que deve ser adicionada ao trigo no fabrico da farinha, e ainda a dos subprodutos do trigo que possa ser exportado, sem prejuízo da economia nacional”.

Assumindo o Ministério da Agricultura, dr. Fernando Costa,

cuidou imediatamente de pôr em execução o plano de fomento da produção de trigo, anteriormente aprovado pelo Congresso. Foram instaladas as Estações Experimentais de Pelotas e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, Caçador, em Santa Catarina, Curitiba, no Paraná, Ipanema, em São Paulo, Patos, em Minas Gerais e Anápolis em Goiás.

Fernando Costa, tenazmente combatido por interesses contrariados, não esmorecia na campanha; instalava as estações experimentais, emprestava trilhadeiras e outras máquinas agrícolas aos lavradores, distribuía sementes aos interessados, auxiliava a instalação de pequenos moinhos na região produtora ia pessoalmente visitar e animar aos plantadores, estimulava a cultura da mandioca e a instalação da florescente e promissora indústria de raspa de mandioca.

Em dezembro de 1938, é assinado um decreto-lei tornando obrigatória a aquisição e consumo do trigo em grão, de produção nacional, por todas as empresas existentes no país, em cotas proporcionais à capacidade de produção real de cada moinho, tendo-se em vista a média da produção quinquenal de cada moinho e proporcionais, também, ao total do trigo produzido anualmente no país. — Ainda, por este decreto-lei, era fixado em sessenta centavos, por quilo, o preço mínimo de aquisição do trigo nacional em grão, ensacado, pago obrigatoriamente pelos moageiros nos pontos de embarque. Este preço mínimo era fixado pelo prazo de três anos, variando nos anos seguintes, a critério do governo, tendo-se em vista a oscilação dos preços do produto e o custo da produção. Com as medidas adotadas pelo governo, chegamos a obter a maior safra de trigo até então registrada no Brasil, depois da Independência. Por outro lado, cresce de maneira auspiciosa a

produção de farinha de raspa de mandioca, para mistura com a farinha de trigo. A produção máxima verificou-se em 1941, quando alcançamos 126.968 toneladas.

A situação era, de fato privilegiada. Caminhávamos a passos largos para o auto-abastecimento. Novamente, aparece a força do poder econômico e estrangula a produção de trigo nacional. O grão brasileiro ficou exposto ao tempo, se deteriorando nas plataformas das estações ferroviárias ou em galpões improvisados no interior dos Estados produtores; — o que não apodrecia, era destinado à alimentação animal. Para eles estavam fechados, inteiramente, os mercados nacionais, abarrotados com o similar de produção argentina. No ano agrícola 1939-1940, caía a produção para 101.107 toneladas. Por outro lado, pouco depois é sufocada a nossa florescente produção de sucedâneos, para mistura com a farinha de trigo em virtude de acordo comercial assinado com uma potência estrangeira, sem a audiência dos órgãos responsáveis pela produção nacional. O acordo em causa proibia, por um período de dez anos, qualquer mistura com a farinha de trigo. Os prejuízos verificados pelos cultivadores de mandioca e indústrias de raspa e farinha de raspa são enormes. Voltamos à estaca zero. Somente o altruísmo a dedicação e o patriotismo de nosso lavrador não permitiu a derrocada completa. Continuou ele plantando um pouco de trigo e alguma mandioca para raspa. Fecham as grandes fábricas produtoras de farinha de raspa, de arroz e de milho. Agora a produção de trigo oscila na casa das cem mil toneladas.

Em 1941, o decreto-lei n.º 2.960 autoriza a fixação do preço mínimo para o trigo nacional por um período de 12 anos. Ainda este ano, é assinado um decreto-lei dispondo sobre a aqui-

"SELEÇÕES AGRÍCOLAS"

REVISTA MENSAL

Direção : **Eurico Santos — Sylvio Leal — M. Nunes**

Assinatura anual Cr\$ 150,00

Número avulso Cr\$ 5,00

Avenida Nilo Peçanha, 26-12.º — Tel.: 32-6163 — Rio de Janeiro — Brasil

sição e moagem do trigo estrangeiro. O governo brasileiro, por meio de legislação adequada, procura anular a danosa interferência do poder econômico, que se tem feito sentir sobre a produção de trigo no país. Novos decretos regulando a matéria são assinados nos anos de 1942-1943-1944.

O mais importante ato é assinado em janeiro de 1944, criando o Serviço de Expansão do Trigo, com as atribuições de fomentar, orientar e controlar a produção, o comércio e a indústria do trigo no país. Ainda neste mesmo ano é assinado decreto-lei autorizando o Ministério da Agricultura a promover as medidas necessárias para o rápido escoamento da safra do trigo de produção nacional, em todos os Estados produtores, mediante instruções oportunamente baixadas, pelo respectivo ministro de Estado. Com as medidas de proteção e defesa da produção tomadas durante este período, completadas pelas de fomento da cultura do trigo, eleva-se novamente, as safras verificando-se, durante o período de 1941 a 1944, na administração do ministro Apolônio Sales, uma safra média anual de 219.000 toneladas. No governo do marechal Eurico Gaspar Dutra, continua a Campanha com grande entusiasmo. Na gestão do ministro Daniel de Carvalho, tomou ela grande vulto, tendo sido acentuadas medidas indispensáveis à sua continuidade como, por exemplo, a criação da Comissão Técnica do Trigo, que anualmente e sob a presidência do ministro da Agricultura, se reúne no Rio de Janeiro. Fazem parte da comissão além dos técnicos do Ministério da Agricultura que se encarregam dos trabalhos relacionados com as culturas do trigo, delegações de técnicos das Secretarias de Agricultura dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul; da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e do SAPS. Posteriormente, isto é, a partir de sua sexta reunião foram convocadas para dela fazerem parte, representantes da lavoura e da indústria do trigo.

Esta comissão, a quem cabe orientar a política do trigo nacional, não só examina os trabalhos executados no ano anterior como, anualmente, traça as normas que devem ser seguidas

nos trabalhos experimentais, na distribuição de sementes, nos sistemas de fertilização do solo, da mecanização da lavoura, na execução e orientação das medidas de ordem econômica, inclusive a construção de silos e armazéns, e a determinação do preço mínimo. Coordena ela assim todos os trabalhos execuções por órgãos de âmbito federal e estadual, imprimindo orientação úni-

tes de trigo, denominado plano "Beckman Fagundes" que, com as modificações levadas a efeito por sugestões da Comissão Técnica do Trigo, é também seguido até o momento. Iniciou a construção de dois armazéns para trigo no Rio Grande do Sul, a construção da Colônia de Patos, em Minas Gerais, além de fazer larga distribuição de sementes de trigo e de máquinas agrícolas.

UMA FORMULA PARA CADA CULTURA — SOLICITE FOLHETOS E INFORMAÇÕES, GRATUITAMENTE

CADAL CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS
 Distrito Federal, Estados do Rio e Espírito Santo
 Agentes exclusivos do Salitre do Chile para o
 Rua México, 111 - 12.º andar (Sede própria)
 Caixa Postal 875 — Telefones 42-0881 e 42-0115

ca aos trabalhos. O seu êxito é marcado pela sua própria sobrevivência até hoje, tendo sido realizada, em março de 1957, a sua 11.ª reunião. Outro plano de grande importância, traçado ainda naquela época, é o relacionado com a distribuição de semen-

Teve uma falha, pois, ao assumir o Ministério, logo propoz a extinção do Serviço de Expansão do Trigo, o único que dispunha da necessária aparelhagem para a defesa econômica do trigo nacional. O projeto felizmente não foi aceito pelo Congresso Nacio-

ual. Por outro lado, conseguiu estabelecer uma estreita colaboração entre a indústria moageira e o governo em prol do desenvolvimento da cultura do trigo, e não somente obteve dessa indústria todo o apoio para o desenvolvimento da campanha, como ainda auxílio monetário para o pagamento de técnicos especializados, contratados, prêmios aos nossos técnicos que maiores esforços desenvolveram em benefício da cultura do trigo, e aquisição de determinados materiais. Ao deixar o sr. Daniel de Carvalho o Ministério da Agricultura em abril de 1950, registrou-se uma safra de 437.506 toneladas, correspondente ao ano agrícola de 1949-1950, quase o dobro da que encontrou ao assumir o cargo, de 233.298, toneladas, correspondente ao ano agrícola de 1945-1946.

Na gestão do ministro Novais Filho, toma grande impulso a campanha, não só com o aumento da distribuição de sementes e máquinas agrícolas, como, ainda, com medidas de ordem administrativas procurando dar maior segurança à defesa econômica.

Em 1949, o consumo total de trigo em grão no Brasil, era de 968.655 toneladas, sendo 802.655 toneladas importadas, no valor de Cr\$ 1.941.517.000,00 e 166.000 toneladas de nacional, no valor de Cr\$ 415.000.000,00. Nesta época importávamos, ainda, 133.749 toneladas de farinha de trigo, no valor de Cr\$ 378.240.000,00.

Em 1950, encontrava-se o Serviço de Expansão do Trigo com as suas atividades quase paralizadas em virtude de haver o governo, em dezembro de 1946, proposto a sua extinção ao Congresso Nacional. Atribuíam-se-lhe, apenas, as indispensáveis verbas para o custeio, em média anual de Cr\$ 5.200.000,00, sendo Cr\$.. 3.800.000,00 para pagamento do pessoal e Cr\$ 1.400.000,00 para material. Por essa época, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. — (safra de 949/50) o Brasil tinha cultivado em trigo, uma área de 630.102 hectares, registrando-se uma produção total de 437.506 toneladas de trigo em grão.

Assumindo o Ministério da Agricultura, o senador Novais Filho, cuidou S. Exa., de pronto, de dar ao Serviço de Expansão do Trigo, além do necessário

apoio, os recursos de que necessitava para impulsionar a Campanha do Trigo Nacional. Do crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00, aberto pelo decreto-lei n.º 28.076, de 5 de maio de 1950, distribuiu-se ao Serviço de Expansão do Trigo a importância de Cr\$ 20.000.000,00, para a aquisição de sementes de trigo, início da construção da rede de silos e armazéns, aquisição de caminhões e camionetes, compra de pequenos moinhos e silos metálicos para revenda. Para a revenda de material, contava o S. E. T., em 1950, com a importância de Cr\$ 130.999,50, com o que foi adquirida uma combinada e um trator pequeno, para revenda no Rio Grande do Sul. Em 1950, ainda, foi incluída uma emenda ao projeto de Orçamento do Ministério da Agricultura, para 1951, verba terceira, na importância de Cr\$.. 25.000.000,00, para: 15 — Serviço de Expansão do Trigo — 1) Aquisição de sementes para revenda, inclusive transporte e tratamento; Experimentação multiplicação de sementes, inclusive serviços de cooperação; construção e financiamento de instalação de armazéns, depósitos e pequenos moinhos nas zonas de produção; mecanização da lavoura tritícola, mediante aquisição de máquinas para a revenda. Nesta altura, muito nos preocupava o escoamento da safra de trigo, pois, com uma produção total de 166.000 toneladas comerciáveis, no ano agrícola 1949-1950, ainda em setembro existia trigo no Rio Grande aguardando transporte. Por outro lado, com a política de distribuição de trigo importado até então adotada, os pequenos moinhos localizados na região produtora e que, em sua maioria não recebiam trigo de importação para contrabalançar o custo mais elevado do produto nacional, encontravam-se em crise e diminuam as suas compras de trigo nacional. A farinha de trigo por eles produzida era bem mais cara que a industrializada pelos moinhos localizados no litoral. E, estes últimos, levavam os seus produtos a região produtora, concorrendo, em preços, com os pequenos moinhos. Quem conhece a situação de nosso pequeno lavrador, bem sabe como é importante para ele ter em sua porta, o mercado comprador de sua produção. Ainda, pelo sistema adotado na distribuição do trigo importado, encontrava-se, praticamente, paralisada a ins-

talação de novos moinhos de trigo no país. Em 1949, contavam-se no Brasil um total de 119 moinhos registrados (em 1954 só o Rio Grande do Sul tinha 262 moinhos registrados), com a capacidade total, anual, de 1.688.483 toneladas, assim distribuídos:

1 em Pernambuco, com a capacidade anual de 72.000 toneladas; 1 na Bahia, com a capacidade anual de 28.800 toneladas; 4 no Distrito Federal com a capacidade anual de 531.900 toneladas; 1 no Rio de Janeiro, com a capacidade anual de 37.800 toneladas; 7 em São Paulo com a capacidade anual de . 654.600 toneladas; 3 no Paraná com a capacidade anual de 57.120 toneladas; 31 em Santa Catarina com a capacidade anual de 62.601 toneladas; e 71 no Rio Grande do Sul com a capacidade anual de 243.662 toneladas.

Para atenuar as dificuldades criadas com o preço mais elevado do trigo de produção nacional, propunha a Comissão Técnica do Trigo a criação de uma taxa móvel sobre o trigo importado, de modo a equipará-lo ao preço do grão nacional, taxa essa cujo produto reverteria em benefício da produção nacional. Entretanto, o governo se opunha a execução de tal medida, cujos reflexos imediatos se faria sentir no consumidor, uma vez que o preço do pão seria aumentado consideravelmente. Nestas condições, tornavam-se necessário medidas que viessem atenuar a situação e assegurar um rápido escoamento da safra.

Depois de longos estudos e ouvidos os interessados no assunto, levou o S. E. T. à consideração do governo um projeto de decreto que, regulando o assunto, traria certo alívio ao escoamento da safra, ao mesmo tempo que facultaria a distribuição equitativa do trigo importado a todos os moinhos instalados no território nacional.

Encaminhado o projeto, em setembro de 1950, somente pouco o mesmo ser assinado pelo presidente da República em janeiro de 1951, sendo publicado em fins de março do mesmo ano.

Modificou êle, inteiramente, a política até então adotada, em relação ao trigo como:

a) compra do trigo nacional que era facultativa, passou a ser obrigatória a todos os moinhos

instalados no território nacional, em cotas proporcionais à capacidade de moagem de cada moinho;

b) o trigo de importação que até então era controlado por outro órgão, passou a ser distribuído pelo Serviço de Expansão do Trigo aos moinhos que adquiriram a sua cota de trigo nacional, e,

c) para facilitar o escoamento da safra e evitar o chamado "Passeio do Trigo", instituiu-se o regime de revenda para o trigo nacional.

Por este sistema um moinho, por exemplo, o de Recife, que adquirisse trigo nacional de sua cota em Erechim, no Rio Grande do Sul, poderia revender este trigo a um moinho da região, pelo preço do trigo de importação, recebendo deste último moinho, em igual quantidade, cotas de trigo importado que deveria caber àquele moinho.

Ao assumir o governo o dr. Getúlio Vargas, em 31 de janeiro de 1951, continuou-se, com maior intensidade, o programa em execução para o desenvolvimento de nossa produção de trigo.

O ministro João Cleophas, foi incansável nesse notável trabalho.

(Conclusão da pág. 12)

Bibliografia

Becker, R. B. e col — *Mine-nerals for dairy and beef cattle*. Boletim n.º 513 da "University of Florida. Agricultural Experiment Stations". Fevereiro de 1953.

Carrol, H. T. — Comunicação pessoal. 1953.

Davis, G. K. — Comunicação pessoal. 1954.

Davis, G. K. — *Micro-elements in animal nutrition*. Anais do Segundo Congresso Panamericano de Medicina Veterinária, 2:146, 1954.

Dupont, O. — Comunicação pessoal.

Lacaz, J. S. — *Mal do Colete*. Causas conhecidas e prováveis. Estudo clínico. Tratamento. *O Biológico*, 20:78 e 99, 1954.

Lacaz, J. S. — *Evidenciadas as carências de cobalto e cobre como causas certas formas do "Mal do Colete"*. *O Biológico*, 21:166, 1955.

Marston, H. R. — *Cobalt, copper and molybdenum in nutrition of animals and plants*. *Physiol. Rev.*, 32:66-121, 1952.

CONVENÇÃO DA VEMAG EM ÁGUAS DE SÃO PEDRO



Conforme foi amplamente noticiado, realizou-se com invulgar brilhantismo, a I Convenção dos Revendedores Vemag de Máquinas Agrícolas, que teve lugar em Aguas de São Pedro, nos dias 26, 27 e 28 de junho p.p.

Durante o conclave, que decorreu dentro de grande camaradagem e entusiasmo, foram debatidos os principais problemas da mecanização da agricultura no Brasil, tendo sido ainda apresentado aos participantes o novo trator Ferguson, FE-35, que será fornecido aos lavradores dentro do plano de financiamento a longo prazo estabelecido pelo decreto federal 40.260.

Além de altas autoridades ligadas à Agricultura, estiveram presentes os srs. Do-

mingos Fernandes Alonso,, presidente da Vemag S.A.; John H. Shiner, vice-presidente da Massey-Harris-Ferguson de Toronto, Canadá; Enrique Abaroa, gerente geral para a América Latina da Massey-Harris-Ferguson Ltd., de Toronto; Dr. Lelio de Toledo Piza e Almeida Filho, diretor da Vemag e membro do Conselho de Economia do Estado; Dr. Manuel Garcia Filho; Dr. Jorge Besterman, sr. Mauro Pereira Bueno, sr. Evend H. Nielsen, José Pereira Fernandes, todos diretores da Vemag, e sr. Antonio Gonçalves Pereira, este último diretor das Organizações Novo-Mundo Vemag. No clichê, um aspecto da demonstração de campo, quando o novo trator FE-35 equipado com uma broca fazia uma prova prática.

BOLETIM C.C.P.R.

O Boletim C.C.P.R. é uma publicação mensal da Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda.

Trata-se de uma interessante publicação nos moldes das chamadas "publicações de extensão agrícola", isto é, que instruem e

orientam, de uma maneira fácil, acessível, e atraente.

Estão, pois, de parabens os cooperados da C.C.P.R. de Minas Gerais, pois o Boletim C.C.P.R. é mais uma das boas e oportunas realizações da entidade que tantos e tão relevantes serviços vem prestando à classe rural de Minas Gerais.

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Comentários pelo Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira

Redator-técnico de "A LAVOURA"

**Boletim do Museu Paraense
"Emílio Goeldi"**

**Tomo XI — Fascículo I e
Fascículo II**

Pelo espaço de 20 anos, a partir de 1 de janeiro de 1955, foi a administração e a direção científica do Museu Paraense Emílio Goeldi entregue ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

Os fascículos I e II, do tomo XI do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, já publicados na nova fase, contém, respectivamente, dois exaustivos e completos trabalhos: "Revisão do complexo *Cyrtorhinus Fieber* — *Mecomma Fieber* (Hemiptera — Heteroptera, Miridae) de autoria de José C. M. Carvalho e T. R. E. Southwood", e "Chaves para os gêneros de Mirídeos do mundo (*Hemipder*), de José C. M. Carvalho".

**Companhia Paulista de Estradas
de Ferro — Boletins n.ºs 3, 4, 5
e 6 do Serviço Florestal**

A Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que tanto tem contribuído para o reflorestamento do país, acaba de publicar, através de seu magnífico Serviço Florestal, com tanta eficiência dirigido pelo dr. Armando Navarro Sampaio, mais quatro boletins:

- 1 — Alguns Herbícidias modernos no controle da tiririca (*Cypems rotundus*, 2) — Jaime Vieira Pinheiro.
- 2 — Combate ao berne e a utilização das pastagens nos eucaliptais — Jaime Vieira Pinheiro.
- 3 — O reflorestamento de aplicação industrial — Armando Navarro Sampaio.

- 4 — Ensaio de espaçamento em *Eucalyptus saligna*, SM. para produção de lenha — Rubens Foot Guimarães.

Observações preliminares sobre partenocarpia artificial em tomateiro (*Lycopersicum esculentum* (Mill) e em pimentão (*Capricum annum* L), em condições naturais

Como separata dos Anais da 5.^a Reunión Anual da S. B. B., realizada em 1954, acaba de ser publicado o trabalho acima, de autoria dos engs.º agrs. José da Cruz Paixão e Nahum Isaac Kleyn, com as observações preliminares sobre partenocarpia artificial em tomateiro e em pimentão em que foram usados o ácido 2,4D, o ácido indolbutírico, o pentaclorofenolado de sódio e o bihormônio, nas concentrações de 1%, 0,5% e 0,25%. Nos primeiros ensaios, nas condições do Km 47 da antiga Rodovia Rio-São Paulo (Universidade Rural), foi constatada uma acentuada queda prematura de frutos, cuja causa está sendo objeto de estudo pelos autores.

Boletim de Agricultura

Ano V — N.ºs 9-10

O Boletim n.ºs 9-10 do Departamento de Produção Vegetal da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais traz bons trabalhos assinados por V. Sichenco e O. P. de Carvalho, J. B. Lisboa, J. L. Couto, Abelardo de A. Sarmiento, J. S. da Paixão, I. M. dos Santos, Mário M. Moreira e Joel dos Santos.

AGRIRMAL

Ano 1 — Núm. 1

O Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura acaba de editar um Boletim Informativo com o fim expresso de divulgar notas sobre as atividades deste importante setor da administração pública e prestar orientação às cooperativas e associações rurais, bem como pesquisas sociais e outros assuntos de relevância para o meio rural.

BOMBAS "KERBER"

CENTRIFUGAS E HELICOIDAIS

Para irrigação por inundação em culturas de arroz, cana, etc.

Descarga desde 30 litros por segundo até 3.000 litros por segundo

Válvulas de pé de 150 a 500 milímetros

REGISTRO PARA AÇUDES
"KERBER"

De 125 até 500 milímetros de diâmetro

Sede CIRCULAR e QUADRADA

Em ferro ou em bronze

ESCOLHA SEU TIPO E NOS CONSULTE

GEOVIA S. A.

RIO DE JANEIRO

R. Visconde de Inhauma, 134-19.º. Tel. 23-2080

SÃO PAULO

Rua Xavier de Toledo, 316, 8.º. Tel. 35-0960

BELO HORIZONTE

Rua Tamoios, 924. Telefone 2-8248

AS COOPERATIVAS E O CRÉDITO AGRÍCOLA — DEMOCRACIA ECONÔMICA E DEMOCRACIA POLÍTICA

Fábio Luz Filho

III

Como vimos nos artigos anteriores, determina a lei 581 que a área de ação seja "determinada", conseqüentemente expressa nos estatutos, entendida a palavra "determinada" no seu verdadeiro sentido lexicológico; de limitar, definir, indicar com precisão.

É admissível que certos tipos de cooperativa tenham área de ação nos limites que lhe devem ser próprios (artigo 11 da lei 581), considerando-se a diversidade de seus objetivos econômicos e sociais e o condicionamento dessa área a uma prestação real de serviços módicos e satisfação de outras condições peculiares a uma sociedade de pessoas, mesmo nas cooperativas do tipo centralizado. Considere-se que a estrutura federativa é um imperativo de ordem legal, prática e de doutrina, já tendo sido acentuado que é vital essa estrutura federativa para o movimento cooperativo em geral e, notadamente, o agrícola, "non solo nel campo dell'assistenza, ma anche, e specialmente del

crédito", o que é cooperativismo no sentido genuíno e tradicional, elemento de progresso econômico e de educação social, vindo de baixo para cima, baseado no senso de responsabilidade e no espírito mutualístico. E nunca será demasiado repetir, como o vimos acentuando em livros sucessivos, que o cooperativismo constitui um sistema econômico que conduz a uma nova ordem sócio-econômica, mais e quã nime, modificadora dos atuais métodos de comércio do tipo individualista e onzenelro, dando ao produtor o seu verdadeiro lugar no fenômeno da produção econômica e ao consumidor o senso da sua força, a sua verdadeira posição na poderosa esfera do consumo, termo último do mecanismo econômico.

Lavergne já acentuou que o cooperativismo é o único princípio econômico e social que faz surgir, do conflito dos egoísmos individuais e da mediocridade humana, uma ordem justa e altruísta. E Laserre já acentuou que a democracia cooperativa é realista, responsável, militante e solidária, isto é, os interesses de

todos os associados são os mesmos ou, pelo menos, são homogêneos. A oposição de interesses, tão freqüente na democracia política, é muito rara e inadmissível na democracia cooperativa.

Os italianos definem a democracia econômica como a possibilidade de cada homem, independentemente de sua situação social e financeira, influir na evolução da atividade econômica do grupo, da categoria a que pertence, com reflexo sobre o bem-estar social da coletividade. São democráticas as experiências feitas no sentido de gerir as empresas de consumidores, de organizar o trabalho dos operários, etc., e, finalmente, as cooperativas de vários tipos, com seu ponto alto nas de consumidores e nas relações intercooperativas.

São, as cooperativas, reafirmamos, técnicas de organização democrática da comunidade. Daí a necessidade de que os indivíduos e grupos sociais se aproximem, se vinculem em organismos de dimensões consentâneas que facilitem o contacto constante, o mutuo entendimento, etc.

"Solamente por el mantenimiento de la homogeneidad del grupo puede cimentarse la solidaridad que debe caracterizar a la asociación cooperativa". São, as cooperativas, sociedades "intuitus personae", como temos acentuado tantas vezes, isto é, são sociedades de pessoas que se reúnem "non seulement en fonction de leurs rapports respectifs, mais aussi en raison de leur connaissance mutuelle, c'est ce second élément que l'on appelle l'intuitus personae". É o princípio de personalismo, que nasceu em Rochdale.

Deveria ter o § 2.º do artigo 11 da lei brasileira 581 aplicação restrito às cooperativas ferroviárias (parágrafo que nela figura, como é sabido, a pedido do Sr. Manoel Ribas). Excepcionalmente, no entanto, na prática, por contingências de meio e por analogia, exceções se abriram para certos tipos. País de vivências antinômicas e antiteses geofísicas...

A cooperativa, definindo-se em termos de democracia econômica, tem, nas relações de vicinagem, como já vimos, na solidariedade grupal, suas fontes de estabilidade e progresso. A intensidade da vida de relação. o vizindário...

Sementes de batatas

ORIGINAIS-CERTIFICADAS

Varietades alemãs, holandesas e suecas

AS SEMENTES DE GRANDE PREFERENCIA:

Ancila

Benedikta

Bintje

Eigenheimer

Eva

Franziska

Jakobi

Konsuragis

Lama

Lerche

Lori

Maritta

Panther

Ute

Voran

DELTA SOCIEDADE COMERCIAL LTDA.

Rua 7 de Setembro, 135 — 1.º andar

Telefone 43-1868 — Rio de Janeiro

"FOSFATO OU ESCÓRIA THOMÁS"

ADUBO UNIVERSALMENTE CONHECIDO

Agentes em S. Paulo e Rio :

ARTHUR VIANNA CIA. DE MATERIAIS AGRÍCOLAS

Caixa Postal, 3572 — Endereço Telegráfico: "SALITRE" — RIO DE JANEIRO

Já se frizou, e o vem demonstrando a experiência brasileira, que a extensão da região que as cooperativas devem servir, varia de acôrdo com a natureza da cooperativa e o trabalho que se propõe realizar em benefício de seus associados, para uma prestação módica e eficiente de serviços.

Nas cooperativas de crédito de responsabilidade ilimitada, é imperativo de prudência e da sobrevivência que as áreas de ação sejam bem restritas, para o conhecimento pessoal como base do crédito, que é confiança. De uma maneira geral, o mesmo critério deve aplicar-se às demais cooperativas de crédito. A densidade da população e os meios de comunicações são outros tantos fatores que considerar.

O fator determinante nos demais tipos será a região da qual provem o produto que a cooperativa irá colocar ou industrializar. Sendo vasta a região (um ou mais municípios ou regiões geo-econômicas, regiões economicamente tributárias, etc.), há o recurso dos postos coletores, como já a fazem as vitivinícolas do Sul do Brasil, as de erva-mate e as de laticínios, dentre outras, e como o poderão fazer as de fumo, e outras. Outro critério será localizar a cooperativa onde o produto possa ou seja habitualmente submetido a qualquer operação anterior à venda, ou fôr centro de convergência econômica.

O Serviço de Economia Rural tem insistido nessa determinação da área de ação como um imperativo, e Saturnino Brito, Adolfo Credilha, Luiz Amaral, Valdiki Moura e outros dignos companheiros de cruzada, pensam da mesma forma. Octacílio Tomanik, com a sua autoridade e experiência, disse com acerto: "A questão da área de ação das cooperativas é uma das mais importantes e não deverá suscitar dúvidas na interpretação.

"As cooperativas, além de suas finalidades econômicas visam, também, finalidades sociais, e

estas só serão alcançadas quando o cooperador estiver próximo de sua cooperativa, freqüentando-a constantemente, não só nas ocasiões das assembléias gerais, como também para realização das suas operações. Somente as cooperativas centrais e federações de cooperativas poderão ter área de ação extensa, abrangendo as áreas das cooperativas associadas. Excepcionalmente, admite-se que as cooperativas de consumo de ferroviários ou assemelhadas tenham área de ação extensa no espaço geográfico. O mais certo, porém seria, em cada núcleo de maior concentração de associados, existir uma cooperativa e todas ligadas a uma cooperativa de segundo grau. Aceitável essa extensão excepcional para as de consumo para ferroviários, ou outras assemelhadas, não se deve, entretanto, permitir que as cooperativas de crédito ou agrícolas mistas venham a estabelecer áreas de ação, no tocante à admissão de associação, tão extensas a ponto de inúmeros cooperadores não passarem de simples comitentes e as cooperativas de casas comissárias nas quais os cooperadores subscrevem quotas-partes de capital de valor insignificante, unicamente para coonestar o funcionamento da cooperativa".

HERMENÊUTICA

A hermenêutica é segundo Paulo Lacerda, um conjunto de princípios para adaptação do Direito aos fatos sociais. Uma como "norma agendi" (A hermenêutica aristoteliana) Carlos Maximiliano caracteriza-a como a arte de interpretação. Interpretar "é explicar, esclarecer: dar o significado de vocábulo, atitude ou gesto: reproduzir por outras palavras um pensamento exteriorizado: mostrar o sentido verdadeiro de uma expressão: extrair, de frase, sentença ou norma, tudo o que na mesma se contém".

Interpretando a lei brasileira sobre sociedades cooperativas, recentemente a Assistência Jurídica do Serviço de Economia Rural, fez, mais uma vez, sentir que "fora a regra geral da lei (art. 11 da lei 581) e os casos especiais (§§ 1.º e 2.º do art. 11 da lei 581 e arts. 30 §§ 3.º alínea D e 4.º alínea C e 36 do Decreto 22.239) toda e qualquer área de ação a ser adotada que fuja da norma do art. 11, deve ser estudada em função dos elementos que justifiquem a sua concessão.

"Nem por equidade deverá a área excepcional ser concedida, pois que cada caso anterior é único e, portanto, destacado dos demais, mas sim se as condições específicas apresentadas justificarem a medida pleiteada."

Já dissemos algures que, sem menosprezo da ação benéfica que vem exercendo (no Sul sobretudo) as cooperativas mistas, as generalizadas na Argentina, (caixas rurais Raiffeisen europeias também colocam a produção agrícola de seus associados e adquirem implementos agrícolas, etc.), não há dúvida sobre o papel salutar que podem e devem representar as cooperativas de crédito na nossa economia rural. Desde 1911 não tem feito outra coisa o Ministério da Agricultura, acentuando sua ação desde 1926 pelo Fomento Agrícola, sob a ação de homens como Arthur Tôres, Saturnino Brito, Adolfo Gredilha, tendo nós também participado, desde essa data, dessa patriótica campanha, quer como chefe de seção ou através de livros sucessivos.

Já fizemos sentir, em livros e destas colunas, que a agricultura entra nos quadros do sistema cooperativo com um poder social e econômico novo e maleável, através de cooperativas agrícolas de crédito, de compras e de vendas em comum, mistas e outros tipos, amparados pelo seguro agropecuário e pela irrigação do crédito cooperativo, considerando-se que este deverá

(Continua na pág. 28)

TRAÇÃO E DURABILIDADE



Barras Abertas

- limpa-se contínua e automaticamente!
- resiste aos mais rijos esforços!

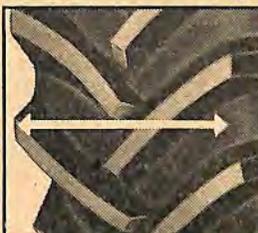
- em todos os serviços!



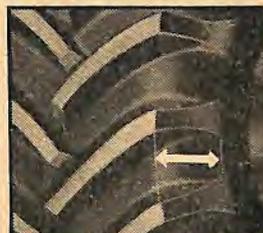
Barras curvas e cônicas para penetrar mais fundo no terreno e agarrar melhor, sem derrapar ou patinar!



Espaço afunilado entre as barras, para facilitar uma auto-limpeza perfeita e assegurar maior rendimento.



Banda mais larga e chata, para maior poder de tração e durabilidade, e maior quilômetro útil!



Dupla proteção contra pancadas—duas lonas extras sob a banda de rodagem, para absorção de impactos fortes!

PNEUS
Firestone
PARA TRATORES

Máximo rendimento por hora-trabalho!



— também com a famosa banda de **TRAÇÃO CÊNTRICA**

ASSOCIATIVISMO RURAL

Cresce o número de Associações Rurais

De acôrdo com os dados fornecidos pelo S. E. R. foram registrados, durante o mês de fevereiro, 25 Associações Rurais Municipais e uma Associação Rural Regional.

Federação das Associações Rurais do Estado do Pará

A Federação das Associações Rurais do Pará fez entrega, em abril, ao dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, de um longo e bem fundamentado memorial sôbre o "Fundo de Fomento à Produção" do Banco do Crédito da Amazônia S. A. que não vem sendo bem aplicado, pois o referido Banco se tem limitado quase exclusivamente à compra e venda de borracha à custo das vultosas quantias outorgadas, em caráter estatal, ao aludido "Fundo de Fomento à Produção", prejudicando os sadios intuitos de desenvolvimento econômico da região amazônica.

Salienta o referido memorial a necessidade inadiável do referido Fundo ser empregado no amparo às atividades agropecuárias e culturas de subsistência, além daquelas de exploração de outras riquezas regionais lucrativas por parte do Banco de Crédito da Amazônia S. A.

Associação Rural de São Vicente Ferrer — Maranhão

Para o biênio 1957-1959 foi eleita e empossada a seguinte diretoria:

Presidente: Adauto F. Santos; **Vice-presidente:** Antônio C. Sodré; **Primeiro-secretário:** José R. Saraiva; **Segundo-secretário:** José F. Bahia; **Primeiro-tesoureiro:** Raimundo G. da Costa; **Segundo-tesoureiro:** Merval M. Figueiredo.

Sociedade Auxiliadora da Agricultura

Para o biênio 1957-59, foi eleita e empossada a seguinte diretoria:

Presidente: Dr. José M. de Barros Lins; **Vice-presidente:** Antônio B. Maranhão; **Secretário-geral:** Dr. Benjamim de M. Cavalcanti; **Tesoureiro:** Dr. Plínio Alves de Araújo.

Associação Rural de Canoinhas

Para o biênio 1957-1959, foi eleita e empossada a seguinte diretoria:

Presidente: Alfredo Garcindo; **Vice-presidente:** Alvaro Mallon; **Primeiro-secretário:** João Selme; **Segundo-secretário:** Leopoldo Falgatter; **Primeiro-tesoureiro:** Benedito Teuzio de Carvalho Netto; **Segundo-tesoureiro:** Henrique Bóia.

Associação Rural de Formosa

Foi eleita e empossada, para o triênio 1957-1960, a seguinte diretoria:

Presidente: Sebastião Viana Lobo; **Vice-presidente:** Manuel Correia Viana; **Primeiro-secretário:** Dr. Félix Pereira de Moura;

Segundo-secretário: Eduardo de Paiva Neto; **Primeiro-tesoureiro:** Olímpio Jacinto Sobrinho; **Segundo-tesoureiro:** Emiliano Alves Ferreira.

Associação Rural de Itabirito

Foi eleita e empossada a seguinte diretoria:

Presidente: Luis Minard; **Vice-presidente:** Amintas R. Carvalho; **Primeiro-secretário:** Marietto do Valle Minard; **Segundo-secretário:** José Clemente Neto; **Primeiro-tesoureiro:** Primo Cavallieri; **Segundo-tesoureiro:** João Vicente Braga.

Atividades da Associação Rural de Ribeirão Preto

Recebemos da Associação Rural de Ribeirão Preto, dois bons trabalhos que revelam o cuidado e a atenção que ela dispensa aos problemas do meio rural.

Um deles contém as respostas dadas pela referida Associação ao questionário recebido da Associação Médica Brasileira, por ocasião do I Congresso Médico realizado em Ribeirão Preto, e o outro, o relatório final do Grupo de Trabalho que estudou o tema.

ALFAFA "TURF"

Telefone 23-2946

Representações

JÚLIO MOURÃO LTDA.

★ COMISSÕES, CONSIGNAÇÕES

★ CONTA PRÓPRIA

★ CEREAIS EM GERAL

Especialistas em forragens

RUA OUVIDOR, N.º 18 - 1.º

RIO DE JANEIRO

O Escritório Comercial do Brasil na Argentina, em seu relatório de janeiro último, abordando a situação naquele País, diz que a atividade agropecuária foi traduzida por cifras apreciavelmente mais altas, indicando um aumento na produção agrícola nesta temporada, em relação à precedente.

As informações mais recentes apontam cifras acima de 7 milhões de toneladas para a safra do trigo, bem como importantes saldos para toda a lavoura. Entretanto, devido aos fatores climáticos adversos, a produção do milho e de frutas de verão, com exceção de pêras, maçãs e ameixas, sofreu queda apreciável.

A população equina decresce, passando de 7.281.359 em 1947, para 5.848.745 em 1956, diferença que representa a diminuição de 19,7%. Contrariamente, a população bovina aumentou, passando de 41.048.162 em 1947 a 45.396.431, em 1956, acompanhando a tendência mundial de crescimento dos rebanhos.

A ATIVIDADE AGRÍCOLA NA ARGENTINA

Verificou-se, em relação aos ovinos, a queda de 14%, enquanto que a produção mundial aumentou. Segundo parece, esse declínio se deve às dificuldades de exportação de lã, surgidas nos últimos anos.

No terreno industrial entrou em funcionamento nas minas de carvão do Rio Turbio a maquinaria adquirida à Tchecoslováquia, bem como os eletrogeradores comprados à Itália, o que despertou forte expectativa.

O governo argentino encara, de preferência, a instalação de usinas hidroelétricas, nas quais projeta dispendir 1.440 milhões de pesos. As autoridades argentinas já iniciaram estudos com as uruguaias, no sentido do melhor aproveitamento do potencial hidráulico do desnível de Salto Grande, na fronteira entre os dois países.

Quanto ao comércio exterior, assinala o Relatório que

os principais compradores da Argentina foram: a Inglaterra, com 206 milhões de dólares, E.E.UU., com 114 milhões e Alemanha Ocidental, com 112 milhões.

O Brasil não figura na relação acima; entretanto, figura em terceiro lugar como exportador, depois dos E.E.UU. (225 milhões de dólares) e da Alemanha Ocidental (106 milhões de dólares).

Diante da concorrência dos excedentes norte-americanos, a Argentina se vê em dificuldade para colocar sua produção de trigo, sendo, por isso, obrigada a aceder às exigências brasileiras de maior equidade no desenvolvimento das nossas relações de comércio. Daí a otimista expectativa com que se aguardam os resultados das conversações para o estabelecimento de novo acordo. Comparando-se dados de importação e exportação de 1957, com igual período de

FISCHER S. A.

(COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGRICULTURA)

Rio de Janeiro — São Paulo — Santos — Buenos Aires

Exportação de Laranjas, Bananas e Abacaxis

Casa de Embalagem em Americana (SP)

Plantações de fruta cítrica

Fazendas Moinho Azul e Moinho Verde

Americana e Limeira (SP)



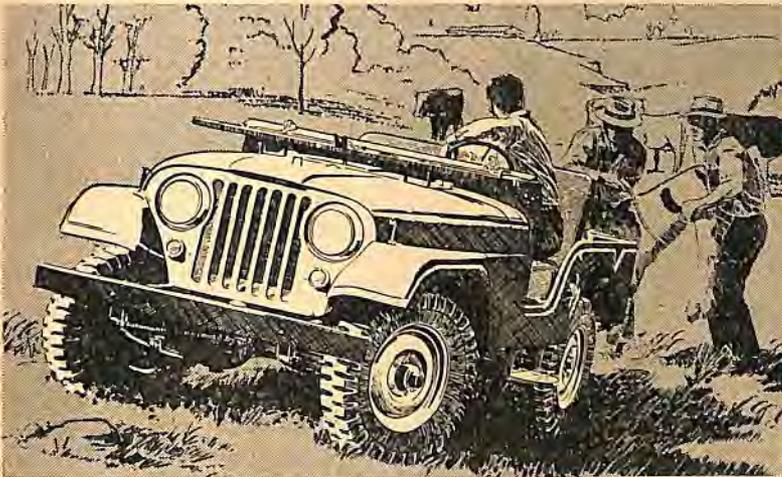
Jeep[®] WILLYS

TRAÇÃO NAS 4 RODAS

a serviço da lavoura
e pecuária

PAGA-SE POR SI MESMO - Proporcionando transporte rápido e seguro, reboque, força móvel e prestando muitos outros serviços, o Jeep-Willys substitui veículos de maior preço, graças à sua incomparável versatilidade.

p. a. nascimento-acar



O PEÃO PARA TODO SERVIÇO - Nenhum veículo é tão prático e útil na fazenda, para o transporte de pessoas e carga. Ele vai a qualquer lugar, puxa carrêtas, aciona motores, opera implementos. É o braço direito do fazendeiro e do criador.

PASSA ONDE OUTROS FICAM - Em boas e más estradas e onde não há estradas, o Jeep-Willys segue em frente, haja sol, chuva, lama, barro ou areião. É um veículo em que V. pode confiar, para as mais rudes tarefas.



PARA PRONTA ENTREGA NOS CONCESSIONÁRIOS DE TODO O PAÍS



WILLYS-OVERLAND DO BRASIL S.A.

Sòmente Willys fabrica o veículo autorizado a usar a marca Jeep[®] "Se não é Willys, não é Jeep"
Fábrica: São Bernardo do Campo - Estado de São Paulo • Distribuidores em todo o país.

FIBRA DE BANANEIRA

NOVO PROCESSO PARA SUA EXTRAÇÃO ECONÔMICA

Do Sr. Helvidio Martins Maia, chefe do Escritório Comercial do Brasil em Bonn, Alemanha, recebeu a Confederação Rural Brasileira um interessante relatório a propósito do invento de uma máquina para a extração da fibra do caule das bananeiras.

Tanto o relatório, que é minucioso na descrição do aparelho, em cuja idealização foram previstas e superadas as naturais dificuldades ge-

timo, para assistir as primeiras demonstrações públicas de um invento destinado ao aproveitamento do caule das bananeiras e que tudo indica terá grande repercussão no setor industrial.

A extração de fibras do Si-

vés da influência da umidade, as mesmas não apodrecem tão facilmente.

As fibras dos caules da bananeira, em primeiro plano, são utilizadas na fabricação de cordas, lonas, sacos e artigos semelhantes. O emprêgo desta fibra de bananeira é de maior amplitude que o de outras plantas e, conseqüentemente, abre novos caminhos neste campo de produção.

Por enquanto, os caules das bananeiras, após a colheita dos frutos, apodrecem nas plantagens. Somente, em alguns lugares, onde a mão de obra é barata, estas fibras são retiradas dos caules por meio de raspagem manual da planta. Uma extração dessas não apresenta vantagens econômica, pois não se podem produzir maiores quantidades. Além disso, grande parte das fibras não são aproveitadas. Países com culturas de bananas perdem, anualmente, grandes somas por não aproveitarem nem trabalharem as fibras das mesmas.

A fim de que estas fibras do caule da bananeira possam ser, economicamente, aproveitadas, foi construída e experimentada uma máquina



O Chefe do Escritório Comercial do Brasil assiste à experiência da Máquina para extrair fibras do Caule da Bananeira.

sal, da palmeira do abacaxi, e de outras folhas congêneres é, em geral, conhecida. Poucos, porém, sabem que do caule da bananeira podem ser extraídas fibras valiosas. Estas fibras apresentam uma qualidade superior às de plantas semelhantes, já que, atra-

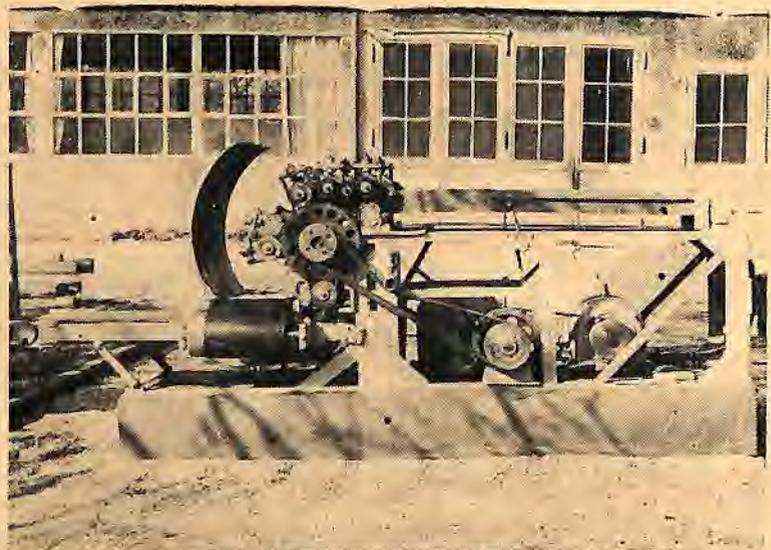
ralmente encontradas num processo de aproveitamento industrial, como alguns dos fotos enviados são aqui reproduzidos, no interesse da utilização de um material que é hoje praticamente desperdiçado. É bem possível que o aproveitamento desse subproduto venha a constituir, no futuro, valiosa fonte de renda aos que cultivam aquela planta em nosso país, talvez superior ao fruto, objetivo único atual da grande cultura.

RELATÓRIO

Máquina para Extrair Fibras do Caule das Bananeiras

A convite da firma "Sueddeutsche Kolbenbolzenfabrik", de Eislingen, próximo de Stuttgart, visitei aquela organização, a 11 de fevereiro úl-

Máquina para extrair fibras



movimentadas por meio de rodas dentadas, enquanto que, na outra parte, os rolos compressores de raspagem são movimentados, diretamente. Para a transmissão das forças servem correias trapezoidais (em V), correntes e rodas dentadas.

As peças da máquina que entram em contacto com o líquido da planta são protegidas contra a influência da corrosão. Outras peças foram várias vezes pintadas com um verniz especial.

Todas as peças avulsas da máquina foram calculadas para um trabalho contínuo. Todos os rolamentos possuem apropriada. A missão com a qual os construtores foram encarregados consistia em desenvolver um dispositivo, capaz de trabalhar, diretamente, na plantagem, podendo ser posto em funcionamento, mesmo sem a existência d'água.

Esta missão, após vários anos de trabalho intenso e árduo e de grande número de experiências, foi realizado, estando hoje à disposição dos interessados uma "EMAG" — Máquina de Extração de Fibras, a qual produz uma média de 70 quilos de fibras secas, por hora. A tiragem da quantidade depende da rotina do pessoal e da organização.

A máquina possui rodas munidas de pneumáticos, podendo ser atrelada a um trator ou outro veículo qualquer, de forma tal que pode ser posta em funcionamento, diretamente, nas plantagens. Assim será evitado um transporte inútil dos caules até a máquina e a leva da carne da planta, a qual permanece na plantagem como uma massa compacta, aliás, muito apropriada para a fertilização do solo, a não ser que deverá ser aproveitada para a fabricação de chapas finas para construção, papel ou produtos semelhantes, como por exemplo, a celulose.

A máquina não precisa de água. O motor propulsor da mesma, um motor Diesel com uma capacidade de cerca de 30 HP, é refrigerado pelo ar. A máquina trabalha livre de distúrbios, pois não contém peças delicadas.

a marca de confiança

VITACAMPO

da agropecuária.

Produtos para:

Aves
Bovinos
Caninos
Equinos
Suínos, etc.

Nas melhores
casas do ramo

"não fique em dúvida; consulte um médico-veterinário!"

LABORATÓRIO VITACAMPO S. A.
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 534-2. - RIO DE JANEIRO, D. F.

Os caules são levados, cortados em diversas parcelas, ao rolo compressor de moagem, disposto em pares, por intermédio de uma comprida fita rolante transportadora, fabricada em borracha especializada para clima tropical e entremeada de tecelagem, de 600 mm de largura. Estes rolos expremem as parcelas do caule retirando o líquido, e condensam as fibras para uma fita de fibras.

Os rolos compressores de raspagem, em rotação, retiram, tanto na parte superior como na inferior, a pele e a carne da planta. As fibras expostas deixam a máquina por meio de uma fita rolante removedora.

O modo de trabalho da máquina é disposto de tal forma

que a mesma não rasga nem lesa a superfície das fibras. Por este processo, praticamente, não há perda de material, sendo que as fibras extraídas são secadas ao ar livre.

Uma outra rolante, colocada em lugar especial, remove a pele e a carne da planta raspada, e mforma de uma massa compacta.

O motor propulsor fica estabelecido debaixo da fita rolante transportadora e movimentada, por meio de um eixo intermediário munido de embreagem, a máquina em duas partes. Numa parte, os rolos compressores de moagem em pares e as fitas rolantes são

(Continua na pág. 35)

Se o atual crescimento da população no mundo continuar no mesmo ritmo, em 1980 poderá possivelmente ser de 4.000 MILHÕES; um aumento de 75% sobre a população atual de 2.700 MILHÕES.

A questão é de saber se a ciência que tão bruscamente baixou a mortalidade, poderá fornecer um correspondente aumento de "elementos nutritivos"?

É interessante relatar que em muitas regiões agrárias cada 1.000 nascimentos, ago-

BATALHA DA ALIMENTAÇÃO

NOVAS DESCOBERTAS PODEM AJUDAR A EVITAR A FOME GERAL

IMPORTANTE REUNIÃO NA SEDE DA CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

amplamente colonizadas, onde as mortes infantis eram geralmente de 230 ou mais por para um meio imediato e econômico de aumento do fornecimento de alimentos.

A chave encontrada foi um novo processo para deter a deterioração dos alimentos. A

tornar fresco um alimento já estragado, mas pode impedir as bactérias de se desenvolverem.

Os cientistas da Cyanamid, descobridora da AUREOMICINA (Clorotetraciclina) começaram a proceder a exaustivos estudos sobre a melhor maneira de tornar a nova descoberta ao alcance das indústrias alimentícias mundiais. Desta maneira, o novo produto à base de Aureomicina, que a CYANAMID lançou no mercado, sob o nome ACRONIZE, já foi adotado como a principal arma na luta contra a deterioração dos alimentos por vários dos principais produtores de carnes, aves e pescado no mundo inteiro.

A introdução no país de uma linha de produtos Cyanamid, está garantida pelo fato de que a maior parte dos produtos serão fabricados na própria fábrica montada com mais moderno equipamento, em Rezende (Estado do Rio de Janeiro).

O Brasil, com seu imenso território, luta com problemas sérios, agravados pelo clima tropical. De um lado surge a necessidade de baratear e aumentar a produção, utilizando todos os métodos do progresso e da ciência; de outro lado a necessidade de "aproximar" os centros produtores afastados dos centros consumidores.

Os responsáveis pelas pesquisas científicas no ramo da alimentação, como as autoridades do Ministério da Agricultura e os dirigentes da classe produtora, com o Dr. Iris Meinberg, Presidente da Confederação Rural Brasileira em primeiro lugar souberam estimar as extraordinárias possibilidades das novas conquistas científicas e especialmente, o uso de antibióticos no setor da Agro-Pecuária no Brasil.

O futuro próximo poderá fornecer as evidentes provas de que essa visão garantiu ao Brasil maior renda do ponto de vista econômico e alimentar.



Durante a sua visita à Confederação Rural Brasileira, onde foi recebido pelo seu presidente, Dr. Iris Meinberg, o Dr. John W. Pfeiffer, Diretor do Departamento de Conservação de Produtos Alimentícios da "American Cyanamid Co.", palestra com aquele líder ruralista, vendo-se, de pé, o Dr. Mário Penteado de Faria e Silva, Diretor da CRB, e Pedro Wysoski da Seção Brasileira da "Cyanamid"

ra a média tornou-se de menos que 50. As doenças endêmicas ou epidêmicas estão rapidamente cedendo aos progressos da medicina moderna.

Devido à pressão da nova população, onde obterá o mundo bastante alimento?

Tomará a fome o lugar da doença como principal destruidora de vidas?

Até recentemente, estudos científicos sobre o crescimento da população em relação ao suprimento de alimentos tomaram dois caminhos: um deles foi a procura de novas fontes de alimentação; o segundo foi para conseguir meios de maior produção.

Alguns anos atrás um cientista canadense Dr. HUGH L. A. TARR começou a atacar o problema de um terceiro ângulo. Ele procurou a chave

deterioração reduz o fornecimento mundial de gêneros alimentícios em 25% por ano.

Cada diminuição de estragos de alimentos aumenta proporcionalmente o fornecimento de gêneros para o consumo. Este novo ponto de vista com relação ao problema alimentar foi vital igualmente por outra razão. Foi precisamente onde o problema de nutrição era mais urgente que a deterioração ocorrida em mais alto grau.

O resultado ao qual chegou o Dr. TARR em suas pesquisas, foi a aplicação de um antibiótico de "amplo espectro", a clorotetraciclina (marca comercial: AUREOMICINA) que diminui o ritmo de ação das bactérias que provocam a putrefação dos alimentos. A AUREOMICINA não pode

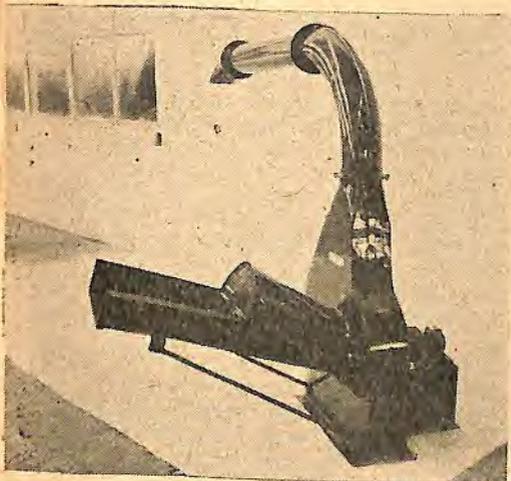
INSTALAÇÕES DE REFRIGERAÇÃO

FRIO



SABROE

**MOINHOS E MISTURADORES
PARA FORRAGENS**



FÁBRICAS DE GÉLO
FRIGORÍFICOS
MATADOUROS
LATICÍNIOS
ÁGUA GELADA



INSTALAÇÕES PARA
LEITE EM PÓ



TANQUES DE RECEPÇÃO
PASTEURIZADORES LENTOS
MATURADORES PARA CREME
TANQUES ISOTÉRMICOS

CÉRES

PEÇAM ORÇAMENTOS SEM
COMPROMISSO

CÉRES S.A.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS

ESCRITÓRIO CENTRAL

Rua Visc. de Inhauma, 134, gr. 921

Rio de Janeiro

Caixa Postal, 756

Telefone: 23-2844

End. Electr. : "INCOMACERES"

REAFIRMA A COOPERATIVA AGRÍCOLA DE COTIA O SEU ESFÓRÇO EM FAVOR DO BEM COLETIVO

Dados que revelam a participação da entidade na tarefa de abastecer os nossos principais centros de consumo. Mais um ano de trabalho sadio e de alto sentido social — Maior penetração ao comércio distribuidor, fugindo aos intermediários — Considerações em torno do relatório da entidade relativo ao exercício 1956-57 — apresentado pelo seu presidente, Dr. Gervasio Tadashi Inoue

Na última assembléia geral ordinária da Cooperativa Agrícola de Cotia foi submetido à apreciação dos associados o relatório e o balanço da entidade correspondente ao ano social 1956/57.

Nesse documento, antes de análise das atividades da organização que comemora o seu 30.º aniversário de fundação, o diretor-presidente, dr. Gervasio Tadashi Inoue presta significativa homenagem ao dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, falecido em abril do ano passado e que durante 14 anos ocupou o cargo de diretor-presidente da C.A.C., à qual dedicou todo o seu entusiasmo e a sua capacidade de trabalho, a sua cultura e o seu conhecimento dos nossos problemas agrícolas, assegurando-lhes privilegiada posição no plano do cooperativismo latino-americano e como fator de engrandecimento da economia brasileira. Classificou o desaparecimento do grande líder cooperativista e ruralista como uma perda irreparável para a Cooperativa Agrícola de Cotia, frisando que a obra por ele legada será continuada sem esmorecimentos mercê da disposição dos companheiros de diretoria, da colaboração dos associados e o devotamento dos funcionários.

EXPOSIÇÃO DA AGRICULTURA NACIONAL

Falando do 30.º aniversário da C.A.C., o dr. Gervasio Tadashi Inoue disse que um dos pontos altos do programa de comemorações da efeméride, foi a Exposição da Agricultura Nacional realizada no Jaguaré, de 27 de abril a 1.º de maio, certame que contou com o patrocínio e a presen-

ça dos srs. ministro da Agricultura e secretário da Agricultura de São Paulo e que mereceu manifestações as mais elogiosas. Cerca de 400 mil pessoas percorreram os "stands" armados no recinto da mostra, numa magnífica demonstração do interesse com que São Paulo acompanha a evolução de nossas atividades agrícolas e o desenvolvimento do cooperativismo rural.

Referindo-se à política cambial adotada desde 1953, que não só favoreceu o regime inflacionário mas também prejudicou as iniciativas agrícolas, onerando o custo da produção e reduzindo a capacidade aquisitiva do povo, dr. Gervasio Tadashi Inoue acrescentou que a retração de créditos provocou a falta de numerário, impossibilitando que a mecanização da lavoura, da qual depende a execução de planos de produção prosseguisse a sua função, com resultados ruinosos já de todos conhecidos.

Dada a gravidade da situação, a C.A.C. tendo em conta ensinamentos dos anos anteriores, alertou suficientemente aos seus associados, aconselhando-os a desenvolverem suas lavouras dentro de uma economia equilibrada. Daí o fortalecimento e a consolidação da situação econômico-financeira da organização.

Focalizando o movimento geral do exercício 1956/57, o dr. Gervasio Tadashi Inoue disse que o total das operações ascendeu a Cr\$ 3.252.623.289,90, o qual relativamente ao do ano último, apresenta um aumento de 21,3%. Está assim discriminado o movimento em questão: — Vendas — Cr\$

1.212.566.394,50, com um aumento de Cr\$ 244.108.433,70 em relação ao ano social 1955/56; Compras — Cr\$ 618.790.667,30, superior a do ano precedente em Cr\$ 97.593.822,60; Crédito — Cr\$ 1.281.484.260,30, também com um acréscimo de Cr\$ 233.255.962,10 sobre o de 1955/56, acusando o Serviço de Utilização Mútua o montante de Cr\$ 139.781.967,70.

Relativamente ao capital e imobilizações, — esclarece o diretor-presidente da Cooperativa Agrícola de Cotia que ao findar-se o ano social em questão o capital social era de Cr\$ 276.284.600,00 e que o aumento de capital registrado durante o exercício 1956/57 atingiu a Cr\$ 75.529.200,00, ao qual acrescentados os valores das quotas não integralizadas, na importância de Cr\$ 712.602,20 e Fundo de Reserva Legal e demais fundos no montante de Cr\$ 65.458.138,80, o capital próprio perfaz a quantia de Cr\$ 342.455.342,00. Em aquisições e benfeitorias de imóveis a Cooperativa Agrícola de Cotia fez em 1956/1957 a inversão de Cr\$ 10.744.406,40 correspondente a terreno e construção em Campinas, Marília, Santos, Sorocaba, benfeitorias no Rio, sendo que o patrimônio imobiliário passa agora a ser de Cr\$ 212.418.049,70. Obras que vinham sendo executadas de outros exercícios tiveram prosseguimento, destacando-se novo depósito de adubos do Conjunto Jaguaré, instalações e ampliações nas dependências do Departamento Geral de Vendas, prédio de 3 andares na sede, o depósito de Suzano e outras de menor vulto.

**DISTRIBUIÇÃO E VENDAS
AO CONSUMIDOR**

Um dos detalhes mais interessantes do relatório é o que corresponde ao serviço de vendas. Explica o presidente Gervasio Tadashi Inoue que, não obstante as dificuldades impostas pela situação à pequena agricultura, a verdade é que a C.A.C. pode desenvolver regularmente o seu programa de vendas dentro dos planos estabelecidos para a distribuição. A soma das vendas atingiu, como já se registrou linhas acima, a Cr\$ 1.212.566.394,50, que registra um aumento de 25,2% sobre o exercício anterior. As vendas, segundo as principais praças, assim se dividem: — São Paulo — Cr\$ 595.696.851,70; Rio de Janeiro — Cr\$ 350.688.486,10; Santos — Cr\$ 129.953.877,90; Depósitos Regionais — Cr\$ 69.340.955,70; Outros Estados — Cr\$ 16.554.152,10, e Exportação — Cr\$ 50.332.071,00. Vale notar, que com exceção dos Depósitos Regionais e das operações de vendas em outras unidades da Federação, em todos os centros de consumo houve aumento apreciável, apresentando uma média geral de 25,20%.

Com a instalação de novos postos de vendas nos bairros de Osasco, Belenzinho e Ipiranga, a Cooperativa Agrícola de Cotia conta agora com 12 unidades urbanas, que realizaram um movimento de 335.658.367,40, equivalente a 27,7% do total da distribuição. Com o propósito de obter maior penetração para os serviços de distribuição, a C. A. C. iniciou o acondicionamento dos produtos em embalagens pequenas, processo esse que tem contribuído para elevar o volume de vendas diretas ao consumidor. As cinco feiras-livres de que a C. A. C. participa registraram um total de vendas de Cr\$ 21.311.987,60.

Durante o exercício de 1956/57 foram vendidos os seguintes principais produtos: — batata, 1.058.296 sacas, no total de Cr\$ 397.767.077,80; to-

mate — 895.266 caixas, Cr\$ 169.001.821,80; ovos — 10.348.796 dúzias, Cr\$ 320.274.116,10. Foram frigorificadas 691.680 dúzias, no valor de Cr\$ 17.698.129,00; a colocação de verduras e hortaliças atingiu a Cr\$ 109.543.123,00 enquanto que as frutas, representadas por 79.424 caixas de pêssegos, .. 18.731 caixas de uvas, 4.500 toneladas de melancias, e ... 411.266 cachos de bananas tiveram safra relativamente boa.

SERVIÇO DE CRÉDITO

Refletindo a escassez de recursos circulantes no mercado, o Serviço de Crédito teve crescimento surpreendente, realizando movimento global de Cr\$ 1.281.484.260,30, superior portanto em Cr\$.. 233.255.962,10 ao do ano precedente. Enquanto os Depósitos acusaram aumento de Cr\$ 61.641.566,40, os financiamentos atingiram a Cr\$.. 966.424.185,20, os empréstimos chegaram a Cr\$ 61.813.871,80, os financiamentos para material de produção alcançaram a cifra de Cr\$ 96.066.104,60 e os adiantamentos feitos somaram Cr\$ 808.544.208,00.

Outros detalhes, evidentemente elucidativos, poderiam ser aqui citados, à guisa de análise do relatório de 1956/57. Deixamo-los para outra oportunidade, como por exemplo o Serviço de Compras, o de Utilização Mútua, e o Setor de Consumo, que foram, respectivamente, de Cr\$ 618.790.667,30, Cr\$ 1.238.894,10, e Cr\$ 92.453.654,10.

Por estes dados pode-se aferir a notável função social que a Cooperativa Agrícola de Cotia vem realizando nestes seus três decênios de existência, contribuindo para realçar o significado do cooperativismo como expressão sã do esforço conjugado dos homens para o bem da coletividade e para enriquecimento do país.

(Conclusão da pág. 52)

vrou-se o presente termo, o qual depois de lido e achado certo vai assinado pelas partes contratantes já mencionadas, pelas testemunhas srs. Walter Holf Saur e Roberto A. Manire, e por mim, Arlette S. de Albuquerque, que o datilografei.

Ass) Arlette S. de Albuquerque — datilógrafa; Arthur Tórres Filho — presidente da Sociedade Nacional de Agricultura; Alberto Martins Tórres — diretor brasileiro do "ETA"; Ralph E. Hansen — diretor americano do "ETA"; Walter H. Saur — testemunha; Robert A. Manire — testemunha.

(Conclusão da pág. 31)

lubrificação constante. Não há necessidade de manutenção.

É digno de nota, que o preço de aquisição é, relativamente barato, possibilitando mesmo à proprietários de plantagens menores, a compra de uma destas máquinas.

A máquina tem mais ou menos 6 m de comprimento, 1,90 de altura e a largura total da mesma é de 1,95 m, mais ou menos. O peso completo, inclusive o motor, vem a ser de 1.950 quilos.

Fora disso, há possibilidade de se por esta máquina em funcionamento, sem o dispositivo móvel, isto é estacionária com propulsão à energia elétrica. Neste caso, o peso da máquina é de mais ou menos, 1.600 quilos.



A LAVOURA

a mais antiga revista
agrícola em circulação
no Brasil.



DEVASTAÇÃO FLORESTAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

O jornalista Expedito Silva, publicou em "O Jornal de Natal", de 8-1-1957, um interessante artigo "Marchamos para o deserto", focalizando a alarmante devastação florestal no Estado do Rio Grande do Norte.

Segundo missiva que recebemos do sr. Floriano Ferreira da Silva, Secretário da Prefeitura de Ceará-Mirim, no povoado "Canto da Moça", o desaparecimento de uma lagôa há vários anos ali existente foi consequência da devastação dos cajueiros e outras árvores que protegiam o solo onde a mesma estava localizada.

Releva salientar que o crime de natureza florestal a que se referiu o missivista é tão mais grave uma vez que pelo Decreto-Lei 3.583 de 3 de setembro de 1941, é proibida a derrubada de cajueiros em áreas rurais de todo o território nacional.

É preciso, pois que se intensifique cada vez mais a Campanha de Educação Florestal em boa hora lançada pelo Ministério da Agricultura, através de seu Serviço Florestal.

Felizmente, nós, membros da Campanha de Educação Florestal não estamos sozinhos.

Há brasileiros como o sr. Floriano Ferreira da Silva e Expedito Silva que lutam contra a devastação florestal de nosso território.



Uma riqueza que já vai desaparecendo: — um magnífico exemplar de pinheiro do Paraná. (Foto cedido pelo J. N. P.)

Geraldo Goulart da Silveira

NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES

Noticiário de Drysdale Roche Gibson Associates Inc of New York

a — Encontra-se nos Estados Unidos 14 jovens agricultores da América Latina, entre os quais o sr. Shozo Nogami, de S. Paulo onde vão estudar as técnicas agrícolas, como parte do programa da Organização de Intercâmbio de Jovens Agricultores JFYE, sob patrocínio da Fundação Nacional dos Clubes 4-H e da Mathieson Pan-American Chemical Corporation.

b — O Dr. Eilig V. Miller, destacado agrônomo norte-americano

em discurso pronunciado em Washington declarou que o Brasil e outros países "têm entrado em autêntica revolução técnica na agricultura que conduzirá seus povos, apesar de um aumento demográfico sem precedentes, a uma nova era de bem estar".

c — Plantadores de algodão paulista estão aumentando as colheitas em 25% mediante o tratamento das sementes com o produto Thimet.

d — A Olin Mathieson Chemical Corporation resolveu oferecer ao mercado da América Latina, pela primeira vez, uma série de produtos de alumínio.

XXXV.º Dia Cooperativo Internacional

Foi condignamente comemorado pelo Centro Nacional de Estudos Cooperativos o XXXV.º Dia Cooperativo Internacional, no dia 6-7-1957, com uma solenidade no auditório da Sociedade Nacional de Agricultura.

RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO SOBRE INFORMAÇÃO BÁSICA PARA O ESTUDO DA "SEGURANÇA SOCIAL AGRÍCOLA" NOS PAÍSES AMERICANOS, PREPARADO PELO COMITÊ PERMANENTE INTERAMERICANO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

(3.^a PARTE)

Eng.-Agr. Geraldo Goulart da Silveira
Diretor Técnico da S. N. A.

Continuamos neste número a publicação das respostas ao questionário, organizado pelo "Comitê Permanente Interamericano de Previdência Social".

O referido trabalho foi enviado como contribuição da Sociedade Nacional de Agricultura ao Seminário de Costa Rica, promovido pelo "Comitê Interamericano de Previdência Social".

Fomos incumbidos de prepará-lo, por determinação da diretoria da S. N. A.

C — ARRENDATÁRIOS AGRÍCOLAS

1 — GENERALIDADES

Número, proporção e distribuição geográfica das pessoas que trabalham como arrendatários de proprietários agrícolas; classificação por colheitas principais e tipos de agricultura; distribuição por categorias principais dos arrendatários (por exemplo, arrendatários que pagam em dinheiro, meeiros, parceiros, participantes das colheitas, colonos, inquilinos, etc.).

RESPOSTAS

Nas respostas aos presentes quesitos, abordaremos, de um modo geral, os aspectos mais frisantes dos arrendamentos e parcerias agrícolas no Brasil, especificando, separadamente, as características de cada uma dessas modalidades de exploração agrícola no país.

ARRENDAMENTOS AGRÍCOLAS

De acôrdo com os resultados do amplo inquérito realizado pela Comissão Nacional de Política Agrária, em 1952, podemos destacar os seguintes aspectos mais frisantes dos arrendamentos agrícolas no Brasil.

a) Há predominância dos contratos verbais de arrendamentos, sobre os contratos escritos.

Em 1492 Municípios onde foi feito o inquérito verificou-se que:

- a) em 13% dêles, isto é, em 198, os contratantes de arrendamentos (contratos) eram exclusivamente escritos;
- b) em 87%, isto é, em 1.294, êsses contratos eram usualmente verbais, embora alguns fôssem escritos.

Êsses dados, embora abrangendo apenas 1492 municípios refletem, aproximadamente, a realidade, pois foram assim distribuídos pelas 5 regiões do Brasil:

Região Norte	51 municípios
Região Nordeste	354 "
Região Leste	477 "
Região Sul	528 "
Região Centro-Oeste	82 "

Na região sul é que se verifica maior porcentagem de contratos escritos, conforme indicam as porcentagens abaixo indicadas:

Estado do Rio Grande do Sul	34%	dos contratos
Estado de São Paulo	24%	" "
Estado do Paraná	15%	" "
Estado de Santa Catarina	9%	" "

b) Há acentuada predominância dos contratos de pagamentos em dinheiro sobre os contratos de pagamentos em produção, ou em produção e dinheiro.

Segundo o Censo Nacional realizado em 1940, dos 206.446 estabelecimentos agrícolas arrendados naquele ano, era o seguinte o modo de pagamento:

VERMES?
OPILAÇÃO?

PANVERMINA

GLOBULOS
DE
GELATINA
(JÁ PURGATIVOS)

Golpe certo

CONTRATODOS os VERMES

LABORATORIO PANVERMINA

RUA SAMPAIO FERRAZ, 38-RIO

- a) 137.441 estabelecimentos efetuavam o pagamento em dinheiro;
 b) em 68.820, o pagamento era em produção;
 c) em 187, o pagamento era em produção e dinheiro.

Segundo o inquérito realizado em 1952, pela Comissão Nacional de Política Agrária, a situação do pagamento dos arrendamentos nos 1492 municípios recenseados, foi a seguinte:

- a) em 1.250 municípios o pagamento era em dinheiro;
 b) em 198 municípios o pagamento era em produção;
 c) em 44 municípios o pagamento era em produção e dinheiro.

Isto significa que em 71% dos municípios que responderam o inquérito, o pagamento dos arrendatários (arrendamentos) era feito em dinheiro.

- c) Os prazos de arrendamento são de períodos relativamente curtos.

Em 78% dos municípios que responderam ao inquérito da C. N. P. A., o prazo dos arrendamentos não ultrapassava de 3 anos, conforme se verifica abaixo:

Prazo de até 1 ano	20%	dos municípios
Prazo de até 2 anos	30%	" "
Prazo de até 3 anos	22%	" "
Prazo de 4 ou mais anos	15%	" "

- d) Quanto à comercialização da produção das terras arrendadas, predominam os "intermediários" na compra.

De fato as porcentagens reveladas pelo inquérito da C. N. P. A. foram as seguintes:

- a) produção vendida aos intermediários — 66,07% dos municípios informantes;
 b) produção vendida no mercado público — 12,79% dos municípios informantes;
 c) produção vendida aos proprietários das terras — 11,67% dos municípios informantes;
 d) produção vendida nas feiras-livres — 5,75% dos municípios informantes;
 e) produção vendida aos consumidores — 3,7% dos municípios informantes;

É interessante assinalarmos ainda algumas disposições adotadas nos contratos de arrendamentos, entre as quais as seguintes:

- 1 — Áreas declaradas nos contratos de arrendamentos.

Em São Paulo, segundo os dados existentes as áreas declaradas têm variado de 1 a 90 alqueires paulistas (cada alqueire tem 24.400 metros quadrados). Essas áreas variam imensamente de um Estado para outro e de acordo com a natureza da exploração.

- 2 — Os prazos mais longos de arrendamento são pouco frequentes.

Somente em casos de arrendamentos agropecuários e pecuários esses prazos são longos (4, 5 ou 6 anos). Nos arrendamentos agrícolas eles são sempre curtos.

- 3 — Não há, geralmente, financiamento, nos contratos de arrendamentos por parte do arrendador.

Raramente, revelou o inquérito da C. N. P. A., o arrendador financia, mesmo parcialmente, os trabalhos que devem ser executados pelos arrendatários. Em alguns casos, entretanto, o arrendador autoriza o arrendatário a realizar empréstimos sob penhora das safras.

- 4 — Em alguns casos os contratos de arrendamento estipulam prestação de serviços gratuitos.

O exame dos contratos de arrendamento revela que em certos casos há exigência de prestação de serviços gratuitos para:

- a) consertos e conservação de caminhos e estradas internas da propriedade;
 b) para ajudar a combater o fogo que se manifeste na propriedade (incêndio).

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
 Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
 Diretor

Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD
 Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
 Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
 Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante em S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.": 7257

— SAO PAULO —

5 — Na maioria dos casos os contratos prevêem a prestação compensada de serviços.

Muitas vezes, por exemplo, o arrendador permite ao arrendatário manter nos pastos da propriedade algumas criações maiores, em número limitado, em troca da limpeza do pasto e conserto e conservação das cercas.

6 — Não há geralmente liberdade de escolha do produto a cultivar.

Geralmente os contratos estipulam quais as culturas que o arrendatário poderá fazer na gleba arrendada.

PARCERIA AGRÍCOLA

A parceria agrícola ocorre em todo o país. É mais freqüente nas culturas temporárias, de ciclo vegetativo rápido; e menos freqüente nas culturas permanentes.

As formas mais normais de parceria agrícola são a meação e a terça, sendo muito pouco observada a quarta e outras formas.

De um modo geral, no país, são as seguintes as proporções entre as diversas formas de parceria agrícola, de acordo com os estudos realizados pela Comissão Nacional de Política Agrária, em 1952:

Meação	87,11%
Térça	10,61%
Quarta	1,92%
Outras formas	0,36%

Isto significa que mais de 2/3 dos casos de parceria agrícola são feitos na base de meação.

Como algumas características da parceria agrícola no país, podemos citar:

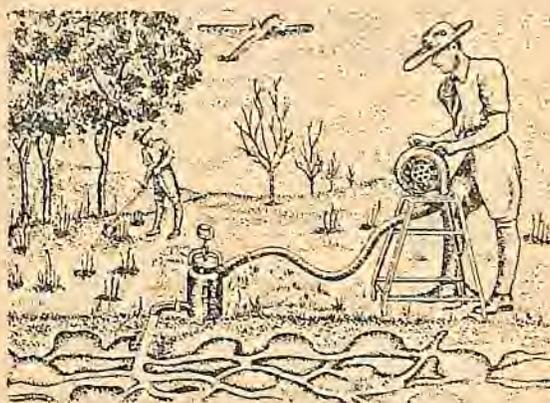
- a) o prazo é geralmente curto (1 a 2 anos);
- b) embora muito variável a forma de partilha, a mais freqüente é de 50% da produção para cada parte contratante;
- c) geralmente os contratos de parceria vinculam todos os componentes da família aos acordos e compromissos assumidos;
- d) a entrega da terra ao parceiro pode ser feita no sujo, limpas e prontas a aradeira, ou, em condições de ser semeada;
- e) em geral o parceiro assume certos compromissos de prestação de serviços como limpar o pasto, consertar cercas, ajudar os consertos de estradas, extinção de fogo, etc.;
- f) como em geral o parceiro não dispõe de recursos, o cedente assume compromissos de fornecer ao parceiro dinheiro, mercadorias, etc., durante os primeiros meses;
- g) em muitos contratos fica estipulado que em igualdade de preços o cedente terá preferência para a aquisição da produção; em outros, porém, a venda é feita ao cedente, mesmo não havendo igualdade de preços.

De acordo com o Censo de 1950 havia no país naquele ano, 186.897 estabelecimentos agropecuários sob a direção de arrendatários (o total de estabelecimentos agropecuários foi de 2.064.527), o que representa pouco mais de 9% de estabelecimentos arrendados (precisamente 9,1%).

O referido Censo registrou, ainda, os estabelecimentos agropecuários dirigidos por parceiros, uns residentes nos mesmos, outros não residentes, conforme os dados abaixo:

S R . A G R I C U L T O R .

Lavoura Abundante e Econômica terá V. S. com a extinção completa das formigas saúvas pelos extintores "Z. WERNECK"



Extinção Racional dos Formigueiros

À venda nas Boas Casas de Ferragens

A gravura acima mostra a técnica perfeita do trabalho de extinção de formigueiros

FABRICANTES

Z. WERNECK & CIA. LTDA.

R. dos Arcos, 27 — RIO DE JANEIRO

Número de estabelecimentos com parceiros residentes	756.284
Número de estabelecimentos com parceiros não residentes	59.543
TOTAL	815.827

2 — CARACTERÍSTICAS DOS PROPRIETARIOS

Principais tipos de arrendadores (por exemplo, individuais, companhias, fazendas, estâncias, latifundiários, etc.); média de arrendadores e hectares de terra por proprietário; principais classes de agricultores (isto é, colheitas únicas ou múltiplas, mecanizadas ou não, etc.); níveis de pagamentos aproximados aos proprietários, em dinheiro ou em espécie; sistemas de registros de contabilidade.

RESPOSTAS

Alguns dos quesitos acima já se encontram respondidos em outros itens do presente questionário.

Considerando-se que segundo o Recenseamento Geral do País, realizado em 1950, existiam 186.897 estabelecimentos agrícolas arrendados, ocupando uma área total de 13.084.714 hectares, segue-se que era de 70 hectares a área média dos estabelecimentos agrícolas arrendados.

A extensão da área em cada propriedade varia consideravelmente de acordo com:

- a) regiões ou zonas agrícolas;
b) a natureza da exploração agrícola.

3 — NATUREZA DOS ARRENDAMENTOS

Natureza e média de arrendamentos pagos ao proprietário (isto é, aluguel fixo, em dinheiro, participação das colheitas, quantidade fixa da colheita); natureza do benefício do inquilino (o remanescente da colheita, uma porcentagem fixa da colheita); duração corrente dos arrendamentos e proporção da quantidade de arrendatários; indique-se se é proprietário ou arrendatário contribuinte com sementes, fertilizantes, ferramentas, etc.

RESPOSTAS

Em outras partes do presente questionário encontram-se alguns elementos que elucidam os quesitos acima. Além disso, podemos citar ainda alguns elementos baseados no inquérito da C. N. P. A. como os seguintes:

- a) em geral os contratos de arrendamento fixam o "quantum da renda" a ser paga, dividindo-a em prestações anuais (no caso do pagamento em dinheiro);
b) em geral quando o pagamento é feito em renda-produto (quantidade fixa ou porcentagem da produção), o arrendatário exige produto do melhor;
c) a duração dos contratos de arrendamentos é geralmente curta na agricultura (1 a 2 anos) e mais longo na pecuária e na agropecuária (4 a 8 anos).

Quanto aos arrendatários e parceiros agrícolas verifica-se pelo inquérito realizado pela C. N. P. A., em 1952, e pelo Censo de 1940, que:

- a) há predominância dos contratantes em dinheiro sobre os contratos de pagamento em produção (em 71% dos municípios que responderam ao inquérito da C. N. P. A., os pagamentos eram feitos em dinheiro);
b) em 206.448 estabelecimentos agrícolas arrendados, 137.441 efetuavam o pagamento em dinheiro, isto é, aproximadamente 2/3 dos mesmos;
c) no caso de parcerias agrícolas, o mais comum é o sistema de meação (50% da produção para cada parte).

4 — CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO ARRENDADO

Média de hectares nos espaços arrendados; capital normal necessário para operar o terreno arrendado; fertilizante relativa dos espaços arrendados.

RESPOSTAS

Relativamente aos itens acima só podemos informar que, em 1950, os 186.897 estabelecimentos agropecuários arrendados ocupavam uma área de 13.084.714 hectares, o que corresponde a uma média de cerca de 70 hectares para cada propriedade arrendada.

A proporção da área ocupada com propriedades arrendadas é de 5,6% em relação às áreas cujos responsáveis são ocupantes (4,2%), administradores (23,5%) e proprietários (66,6%).

Existiam naquela época, 186.897 estabelecimentos arrendados para um total de 2.064.527 estabelecimentos agropecuários, o que representa uma

proporção de 9,1% de estabelecimentos arrendados em relação ao número total de estabelecimentos agrícolas.

5 — GANHOS DOS ARRENDATÁRIOS AGRÍCOLAS

Média anual bruta e líquida dos ganhos em dinheiro e em espécie; estabilidade dos ganhos nos anos recentes; comparação com os salários urbanos; frequência da percepção dos ganhos (anualmente, por temporada, com regularidade, etc.); ganhos suplementares trabalhando a jornal); proporção de produtos utilizados na terra; intertrocados ou vendidos a dinheiro; possibilidade de lucros dos arrendatários e possibilidades para a compra de terras (inclusive a disponibilidade de terras e facilidades de crédito, etc.).

RESPOSTAS

Não dispomos de elementos para prestar esclarecimento sobre os itens citados. Podemos informar, todavia, que, relativamente ao crédito, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil opera com várias modalidades de crédito inclusive o para aquisição ou arrendamento de áreas para agricultura. No ano de 1955, de acordo com o relatório do referido Banco o movimento dessa Carteira de Crédito realizou 22.863 empréstimos, assim distribuídos:

Empréstimos agrícolas	7.381
Empréstimos agro-industriários	82
Empréstimos pecuários	5.244
Empréstimos agropecuários	244
Empréstimos industriais	8.522
Empréstimos às Cooperativas	592
Sobre produtos agrícolas decorrentes de contratos com o Governo	40
Fundiários	14
Investimentos	166

Releva salientar que no ano de 1955 realizou a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil 76 financiamentos fundiários num total de 4 milhões de cruzeiros.

Este Banco está estudando as possibilidades de ampliação das bases atuais para a aquisição de pequena propriedade rural.

6 — ALOJAMENTO DOS ARRENDATÁRIOS

Residência do arrendatário e sua família (isto é, separada, em comunidade, na propriedade ou fora dela); proporção das mercadorias compradas a dinheiro, preparadas em casa, ou derivadas da terra; níveis de vida típicos (subsistência, nível ao melhor, nível confortável, etc.); participação da família no cultivo da terra.

RESPOSTAS

De acordo com o inquérito realizado em 1952, pela Comissão Nacional de Política Agrária em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foram constatados os seguintes níveis de vida entre arrendatários e parceiros, relativamente à habitação, alimentação, saúde, vestuário e rendas econômicas, classificadas em excelente, bom e pobre:



SAL DE MACAU

TODOS OS TIPOS PARA TODOS OS FINS



ITA O MELHOR
SAL DE
COZINHA E PARA
SALGA DE MANTEIGA



CONDOR
FINÍSSIMO SAL
— PARA MESA —



Henrique Lage Comércio e Indústria S. A.

Av. Graça Aranha, 226-8.º andar — Telefone : 52-8168

Telegramas : Lage — RIO DE JANEIRO — CAIXA POSTAL, 1032

Níveis de vida quanto à habitação

Regiões fisiográficas	Excelente	Bom	Pobre	N.º de municípios inf.
Norte	0	21	55	76
Nordeste	1	81	283	364
Leste	0	144	438	582
Sul	0	205	348	553
Centro-Oeste ..	0	17	80	97
TOTAIS ...	1	468	1.164	1.672

Conforme se verifica, as habitações foram classificadas como boas em, apenas, aproximadamente 27% dos casos.

Quanto à alimentação, o resultado foi o seguinte:

	Bom	Pobre	Municípios
Norte	20	56	76
Nordeste	52	312	364
Leste	113	470	582
Sul	191	362	553
Centro-Oeste	12	85	97
TOTAIS	388	1.285	1.673

Foi, portanto, considerado bom o nível de alimentação dos arrendatários e parceiros em, apenas, aproximadamente 27% dos casos.

No que diz respeito à saúde o resultado também não foi muito favorável, conforme se verifica no quadro abaixo (esse nível foi considerado bom em apenas 34% dos casos).

Quanto ao vestuário, o resultado foi o seguinte:

Níveis de vida quanto ao vestuário

Regiões fisiográficas	Excelente	Bom	Pobre	N.º de municípios inf.
Norte	0	16	59	75
Nordeste	0	38	325	363
Leste	0	75	507	582
Sul	0	116	436	552
Centro-Oeste ..	0	10	87	87
TOTAIS ...	0	255	1.414	1.669

Sòmente, portanto, em 15% dos casos o nível de vida quanto ao vestuário foi considerado bom.

No que diz respeito ao nível de vida quanto às rendas econômicas, apenas em 23% dos casos êle foi considerado bom entre arrendatários e parceiros, conforme se verifica no quadro abaixo:

Níveis de vida quanto às rendas econômicas

Regiões fisiográficas	Excelente	Bom	Pobre	N.º de municípios inf.
Norte	0	20	56	76
Nordeste	0	41	323	364
Leste	2	97	483	582
Sul	1	146	404	551
Centro-Oeste ..	0	13	84	97
TOTAIS ...	3	317	1.350	1.670

D — AGRICULTORES INDEPENDENTES QUE CULTIVAM SUA PRÓPRIA TERRA

Estabelecimentos

1 — GENERALIDADES

Número, proporção e distribuição geográfica de cultivadores proprietários; classificação por colheitas principais e tipo de agricultura; grau da propriedade comunal da terra, etc.

RESPOSTAS

Não dispomos de elementos para responder, tal como foram formulados os quesitos acima, uma vez que os dados disponíveis dão apenas o número de proprietários agrícolas, não especificando se os mesmos cultivam ou não a sua própria propriedade.

Esses dados encontram-se de um modo geral, transcritos em outros itens do presente questionário. De um modo geral considerando-se as pequenas propriedades (propriedades com, no máximo, 10 hectares), podemos dar as seguintes informações no Censo de 1940.

Área das propriedades	N.º de propriedades	N.º de colonos
Menos de 1 hectare	35.545	14.369
De 1 a 2 hectares	96.751	17.112
De 2 a 5 hectares	253.402	84.460
De 5 a 10 hectares	225.517	147.468
TOTAIS	611.215	163.200

Conforme se verifica, o número de pessoas recenseadas como colonos empregados dessas propriedades, é cerca de quatro vezes menor que o de propriedades, o que significa não ser desprezível o número de pessoas que cultivam, com a família, a sua própria terra.

Com relação ao recenseamento de 1950, podemos citar apenas o número de estabelecimentos agropecuários e suas respectivas áreas (não dispomos de dados sobre o número de empregados) nos referidos estabelecimentos.

	Estabelecimentos
Com menos de 10 hectares	711.249
Com 10 a menos de 100 hectares	1.052.100
Com 100 a menos de 1.000	268.150
Com 1.000 a menos de 10.000	31.053
Com 10.000 e mais hectares	1.653
TOTAL	2.064.527

Com até 10 hectares de área (pequenas propriedades, portanto) era o seguinte o número de estabelecimentos agrícolas, em 1950:

	Estabelecimentos
Com menos de 1 hectare	50.520
Com 1 a menos de 2 hectares	113.988
Com 2 a menos de 5 hectares	295.257
Com 5 a menos de 10 hectares	251.484
TOTAL DE ESTABELECEMENTOS	711.249

Percentualmente era a seguinte a distribuição dos estabelecimentos agropecuários:

Com menos de 10 hectares	34,5%
Com 10 a menos de 100	50,9%
Com 100 a menos de 1.000	13,0%
Com 10.000 e mais hectares.....	0,1%

2.—NATUREZA DA PROPRIEDADE AGRÍCOLA

Média de hectares por propriedade cultivada pelo proprietário; métodos correntes de aquisição (compra, herança, etc.); fertilidade relativa da propriedade; possibilidades de ampliar a propriedade (disponibilidades de terra, facilidade de crédito, etc.).

RESPOSTAS

Não dispomos de elementos para tais respostas como fora formulados os quesitos acima.

Podemos, entretanto, dar a média de hectares por propriedade cultivada pelo proprietário (indistintamente pequeno, médio, grande proprietário), como se vê no quadro abaixo:

	N.º de estabelecimentos	Áreas Hectares	Média da área
Norte	50.380	10.896.391	216 ha
Nordeste	355.691	28.147.776	79 ha
Leste	560.099	44.628.156	79 ha
Sul	534.977	36.415.111	68 ha
Centro-Oeste .	49.573	35.641.571	714 ha
BRASIL	1.550.720	155.729.005	100 ha

Percentualmente, o número de estabelecimentos e a área dos estabelecimentos agropecuários de proprietários (indistintamente pequeno, médio ou grande proprietário), era o seguinte, em relação aos estabelecimentos de arrendatários, ocupantes e administradores:

Regiões	N.º de estabelecimentos	Áreas (ha)
Norte	64,4%	46,6%
Nordeste	65,5%	67,0%
Leste	84,8%	74,3%
Sul	76,2%	86,8%
Centro-Oeste	62,2%	66,3%
BRASIL	75,1%	66,6%

As porcentagens dos estabelecimentos de acordo com a condição do responsável eram, em 1950, as seguintes, e as suas respectivas áreas (total no país).

a) Com relação ao número de estabelecimentos:		
Proprietários		75,1%
Arrendatários		9,1%
Ocupantes		10,1%
Administradores		5,7%
b) Com relação às áreas:		
Proprietários		66,6%
Arrendatários		5,6%
Ocupantes		4,2%
Administradores		23,5%

3 — TRABALHOS NA PROPRIEDADE

Tipos de agricultura (mecanização, não mecanização, etc.); diversidade de colheitas; tempo necessário para trabalhar a propriedade (todo o ano, parte do ano, etc.); outros trabalhos, se a propriedade não é trabalhada durante todo o ano; até que ponto a família ajuda os trabalhos agrícolas; proporção de trabalhadores assalariados, etc.

RESPOSTAS

Não dispomos de elementos para responder aos quesitos acima, da maneira com que estão formulados. Em outros itens do presente questionário encontram-se, todavia, alguns elementos elucidativos. Podemos informar que em 2.059.662 estabelecimentos censados em 1950, o valor das máquinas e instrumentos agrários foi de Cr\$ 1.807.389.000,00.

A situação quanto ao uso de máquinas na agricultura, foi a seguinte, de acordo com o inquérito realizado pela Comissão Nacional de Política Agrária, em 1952 (estabelecimentos pertencentes a grandes e pequenos proprietários).

N.º de propriedades

Regiões	Tração animal	Trator	Tração animal-trator	N.º de municípios inf.
Norte	6	3	0	97
Nordeste	142	14	45	417
Leste	455	14	42	672
Sul	413	5	144	632
Centro-Oeste ..	38	2	6	112
TOTAIS ...	1.054	38	237	1.930

Conforme se verifica em 1930 municípios informantes, possuíam tração animal 54% déles; trator, 2% déles, e tração animal e trator, 12% déles.

4 — GANHOS DOS AGRICULTORES INDEPENDENTES

Média do ganho anual bruto e líquido em dinheiro e em espécie; estabilidade dos ganhos em anos recentes, comparação com os trabalhos urba-

nos; freqüência da percepção de ganhos (anualmente, por temporada, com regularidade, etc.); ganho suplementar por trabalhos remunerados; proporção do produto utilizado na propriedade, intertrocados ou vendidos a dinheiro, etc.

RESPOSTAS

No item adiante transcreveremos alguns dados sobre as economias ou rendas entre os proprietários agrícolas que foram considerados pobres:

- a) em 62% dos casos (considerando-se os pequenos proprietários ou colonos);
- b) em 6% dos casos (considerando-se os grandes proprietários ou fazendeiros).

Os dados acima foram obtidos no inquérito da C. N. P. A. realizado em 1952.

De acordo com os cálculos da Fundação Getúlio Vargas, a renda média anual dos proprietários agrícolas em 1955, foi de Cr\$ 187,00 (indistintamente pequenos ou grandes proprietários). Segundo essa mesma fonte, para uma renda nacional no valor de 542 bilhões de cruzeiros (em 1955) o produto líquido da atividade agropecuária foi de 158 bilhões de cruzeiros, isto é, pouco menos de 1/3 da renda nacional.

De acordo com os dados do Relatório do Banco do Brasil referente ao ano de 1955 o valor da produção agrícola e da produção das indústrias extrativas de origem animal e vegetal foi:

Produção extrativa

De natureza vegetal	Cr\$ 2.299.138.000,00
De natureza animal	Cr\$ 17.197.882.000,00

Produção agrícola

Os produtos que concorreram para a renda acima, foram.

- a) 20 produtos da indústria extrativa de origem vegetal;
- b) 48 produtos agrícolas;
- c) 7 produtos da indústria extrativa de origem animal.



sabão veterinário DUPRAT

A mais perfeita proteção para os animais

- Extermina radicalmente carrapatos, piolhos, pulgas e sarnas...
- Embeleza o pêlo dos animais
- Substitui os carrapaticidas na manutenção de pequenos lotes de cavalos ou bois
- Em blocos de 100 grs. (para cães) ou 400 grs. (para animais de grande porte).

Vendas por atacado :

Rio : Imp. Soares Ltda
R. dos Mercadores, 12 - 1.º
Tel. 43-2343
S. Paulo : R. Vianna Costa
Av. R. Branco, 233-1.º - s/13
B. Horizonte : Proquisa S/A
Av. Tereza Cristina, 900
Recife : R. Vianna Costa
Rua da Praia, 183

A venda em casas especializadas, farmácias, drogarias, lojas e armazéns.
USADO PELOS PRINCIPAIS CANIS E RECOMENDADO PELOS SRs. MÉDICOS VETERINÁRIOS

5 — ALOJAMENTO DOS AGRICULTORES

Níveis de vida quanto à saúde

Residência do agricultor e sua família (separada, em comunidade no povoado ou na propriedade, etc.); proporção de mercado nas compradas a dinheiro, feitas em casa ou derivados da terra; níveis típicos de vida (subsistência, algo melhor, nível confortável, etc.).

RESPOSTAS

Embora não dispondo de dados para responder com precisão os quesitos acima, podemos oferecer dados sobre níveis de vida dos pequenos proprietários e colonos, baseados nos dados do inquérito feito em 1952, pela Comissão Nacional de Política Agrária, e relativos à habitação, alimentação, saúde, vestuário e renda.

São os seguintes os dados conhecidos:

Níveis de vida quanto à habitação

Regiões	Excelente	Bom	Pobre	N.º de municípios inf.
Norte	1	21	62	94
Nordeste	2	129	268	390
Leste	5	304	313	622
Sul	13	355	206	574
Centro-Oeste	31	79	110
TOTAIS ...	21	850	928	1.799

Conforme se verifica, entre os pequenos proprietários e colonos o nível médio de vida quanto à alimentação foi considerado pobre em 52% dos casos, enquanto que entre os grandes proprietários e fazendeiros, este mesmo nível de vida só foi considerado pobre em 3% dos casos.

Relativamente à alimentação são os seguintes os dados do inquérito da Comissão Nacional de Política Agrária, quanto aos pequenos proprietários e colonos.

Níveis de vida quanto à alimentação

Regiões	Excelente	Bom	Pobre	N.º de municípios inf.
Norte	1	25	68	94
Nordeste	0	91	307	398
Leste	1	209	416	626
Sul	8	287	284	110
Centro-Oeste ..	0	31	79	579
TOTAIS ...	10	643	1.154	1.807

Em 63%, portanto, dos casos, o nível de alimentação dos pequenos proprietários e colonos foi considerado pobre, ao passo que, entre os grandes proprietários ou fazendeiros o nível de alimentação foi considerado pobre em, apenas, 6% dos casos.

Quanto à saúde, o quadro dos pequenos proprietários e colonos revelado no inquérito foi o seguinte:

Regiões	Excelente	Bom	Pobre	N.º de municípios inf.
Norte	1	40	52	93
Nordeste	6	160	232	398
Leste	5	304	313	622
Sul	13	355	206	574
Centro-Oeste ..	0	42	68	110
TOTAIS ...	25	901	871	1.497

Conforme se verifica, entre os pequenos proprietários e colonos, em 49% dos casos o nível de alimentação foi considerado pobre; enquanto que entre os grandes proprietários ou fazendeiros, esse nível foi considerado pobre em, apenas, 5% dos casos.

Relativamente ao vestuário, o referido inquérito revelou que no que diz respeito aos pequenos proprietários e colonos em 70% dos casos o nível quanto ao vestuário, foi considerado pobre, conforme se verifica no quadro abaixo.

Níveis de vida quanto ao vestuário

Regiões	Excelente	Bom	Pobre	N.º de municípios inf.
Norte	1	20	72	93
Nordeste	0	132	266	398
Leste	0	143	481	624
Sul	1	204	372	577
Centro-Oeste ..	0	23	87	110
TOTAIS ...	2	522	1.278	1.802

Esse mesmo nível, em grandes proprietários e fazendeiros, só foi considerado pobre em 6% dos casos.

Com relação às rendas ou economias o quadro revelado pelo inquérito foi o seguinte, em relação aos grandes proprietários e colonos:

Níveis de vida quanto rendas ou economias

Regiões	Excelente	Bom	Pobre	N.º de municípios inf.
Norte	1	26	67	94
Nordeste	1	92	304	397
Leste	6	226	394	626
Sul	9	284	284	577
Centro-Oeste ..	1	31	78	110
TOTAIS ...	18	659	1.127	1.804

Conforme se verifica, o nível de vida quanto às economias ou rendas dos pequenos proprietários e colonos, foi considerado pobre em 62% dos casos, ao passo que, entre os grandes proprietários ou fazendeiros, foi considerado pobre em, apenas, 6% dos casos.



Simples ou com leite
Nescafé...
que gostoso que é !

Pronto em 3 segundos.

Nescafé é café 100% puro porque é fabricado apenas com cafés finos e por um processo especial, garantido pela Nestlé. O acondicionamento de Nescafé em latas permite que ele se mantenha sempre puro e fresco.

Pronto em 3 segundos porque é feito diretamente na xícara e a sua rápida diluição nos dá um saboroso café-bebida, instantaneamente. Basta despejar água da primeira fervura ao pó de Nescafé, mexer, e está pronto.

Simples ou com leite, Nescafé é sempre agradável ao paladar. Para o melhor café-com-leite, basta despejar leite quente diretamente sobre o pó e pronto! Adoce à sua vontade. Todos em casa vão gostar desta nova maneira de preparar o café-com-leite. Ficarão mais substancial, porque você elimina a água que entra na preparação dos cafés comuns. Faça esta experiência e veja que delícia!

A venda em duas embalagens: 50 e 170 gramas.



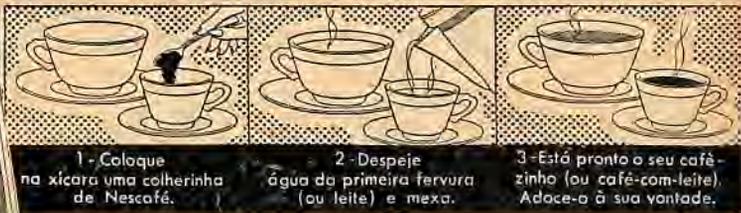
Para um
 cafêzinho "fraco"



Para um
 cafêzinho "suave"



Para um
 cafêzinho "forte"



1 - Coloque na xícara uma colherinha de Nescafé.

2 - Despeje água da primeira fervura (ou leite) e mexa.

3 - Está pronto o seu cafêzinho (ou café-com-leite). Adoce-o à sua vontade.



NESCAFÉ... que gostoso que é!

Compre-o no seu fornecedor habitual.

REEQUIPAMENTO E AMPLIAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLAO BELLO"

Importante convênio assinado entre a Sociedade Nacional de Agricultura e o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos — Discursos do dr. Alberto Martins Tôres, co-diretor brasileiro do E. T. A. e do prof. Arthur Tôres Filho, presidente da S. N. A. — Íntegr do Projeto nº 38 do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos

I — GENERALIDADES

Com a presença de diretores da Sociedade Nacional de Agricultura e do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos, de diretores da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", de altas autoridades do Ministério da Agricultura e Secretaria de Agricultura do Distrito Federal e de elementos ligados à lavoura do Distrito Federal, foi assinado, hoje, em sessão solene, um acôrdo entre as duas primeiras entidades.

O acôrdo prevê a ampliação das atividades da Sociedade Nacional de Agricultura no setor de ensino agrícola, inclusive o reequipamento da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

Pretendem a Sociedade Nacional de Agricultura e o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos desenvolver intenso trabalho no sentido de tornar a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" num estabelecimento de ensino agrícola modelar, que procurará fixar o aluno à vida rural, por uma assistência direta após o seu egresso escolar.

Constitui isso um acontecimento auspicioso para a vida da Sociedade Nacional de Agricultura que, desde 1897, vem dedicando uma atenção tãda especial ao ensino agrícola, através do estabelecimento de ensino que mantém, na Penha, Distrito Federal, com bons serviços já prestados ao ensino agrícola no país.

Com a colaboração do Escritório Técnico de Agricultura novas perspectivas abrem-se para que ela possa não só ampliar as atividades daquele tradicional estabelecimento de ensino, como ainda criar novos cursos visando atender melhor às necessidades do ensino agrícola no país.

De futuro, manterá ainda a Sociedade Nacional de Agricultura, uma outra escola, complementar da atual Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", consoante os termos do convênio

hoje assinado com o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos, onde, com condições mais satisfatórias ainda poderá ser proporcionado o ensino profissional agrícola, aos adolescentes do meio rural

II — DISCURSO DO SR. ALBERTO MARTINS TÔRES, CO-DIRETOR BRASILEIRO DO E. T. A.

Se bem entendemos o objetivo marcante, essencial, da assistência que decidiu prestar-nos a grande nação amiga para o desenvolvimento da nossa produção rural, reside êle em elevar o nível de conhecimentos dos que se dedicam à lavoura, tornar o técnico o mais eficiente possível, cuidar da base humana essencial para a realização da agricultura econômica, enfim, obter através



Aspecto da solenidade de assinatura do acôrdo entre a Sociedade Nacional de Agricultura, vendo-se entre outros, o Prof. Arthur Torres Filho, Presidente da S.N.A.; Alberto Martins Torres e Ralph E. Hansen, respectivamente Co-Diretores Brasileiro e Americano do E.T.A.; Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da S.N.A.; Edgard Teixeira Leite, Vice-Presidente da S. N. A.; Walter E. Saur e Robert Amanure, técnicos do ETA, Enio Luiz Leitão, Kurt Repsold, Frederico Murtinho Braga, Altino de Azevedo Sodré e Geraldo Goulart da Silveira, Diretores da S.N.A. e Luiz Guimarães Júnior, Diretor do Depart. de Administração do Ministério da Agricultura.

O contrato que hoje assina o Escritório Técnico de Agricultura com a tradicional e prestigiosa Sociedade Nacional de Agricultura é um dos mais significativos na existência do órgão incumbido de pôr em prática o programa de cooperação agrícola de que trata o Acôrdo de 1953 entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos.

do preparo adequado do homem, o aumento da produtividade e as satisfatórias condições de vida da família camponesa.

Dai o interesse especial que nos têm merecido os Projetos que visam a essas finalidades, entre os quais se encontram os relativos ao levantamento da situação atual do ensino superior e do ensino médio da agricultura

e os que possam contribuir para o aprimoramento do preparo escolar, incluindo treinamento eficaz, de agrônomos, mestres agrícolas, capatazes e outros profissionais.

Foi, assim, com a maior simpatia que o co-diretor americano, sr. Ralph E. Hansen, e o co-diretor brasileiro, que ora tem a honra de falar-vos, receberam a proposta que lhes dirigiu a Sociedade Nacional de Agricultura com o fim de ampliar as possibilidades de ação da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello". E nossa satisfação, ao estabelecermos os entendimentos que chegaram a bom termo e se concretizam no contrato ora assinado, não decorre apenas dos aspectos práticos e da certeza dos proveitos que resultarão desse Projeto, mas também por oferecermos a nossa colaboração a uma das mais antigas e renomadas associações existentes no país.

A própria permanência dessa sociedade na vida nacional por um longo período já de sessenta anos, a sua notável fôlha de serviços, seus esforços patrióticos em prol dos interesses do ruralismo brasileiro, a manutenção da escola a que me referi, tudo isso constitui um poderoso argumento e uma sugestiva realidade contra a irônica referência a "ruralistas do asfalto", a homens e instituições que, radicados na Capital federal, entretanto exercem uma inestimável atuação em proveito do campo. Entre os méritos da S. N. A., está o de manter a Escola "Wencesláo Bello", também fundada há sessenta anos, num bairro do Rio de Janeiro, com um grande acervo de benefícios, quer no preparo de jovens profissionais quer no treinamento de pequenos agricultores em práticas racionais de cultivo e de criação.

Regosija-se o ETA em ir ao encontro da Sociedade para auxiliá-la a empreender amplo e corajoso programa que possui acentuado alcance social, capaz de constituir uma das mais apreciáveis sugestões para os estudos de reforma agrária que ora tanto preocupa as elites dirigentes do país. E esse regosijo cresce na homenagem que deve e prazerosamente presta ao venerando e eminente dr. Arthur Torres Filho, presidente da tradicional instituição.

Fazemos votos pelo mais seguro e completo êxito deste acôrdo e pela integral e pronta realização das suas diversas etapas.



O Prof. Arthur Torres Filho, tendo ao lado o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, quando assinava, em nome da Sociedade Nacional de Agricultura o importante acôrdo que abrirá novas perspectivas para a tradicional Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", Penha, mantida pela referida entidade.

Esperamos que outras formas de colaboração possibilitem, em breve tempo, a efetivação de vosso generoso ideal de assegurar, aos diplomados na Escola "Wencesláo Bello", convenientemente desdobrada em novo estabelecimento situado em zona rural a posse ou, de preferência, a propriedade de gleba onas, com a assistência que a instituição continui a dar-lhes, exercitem as suas próprias armas, tornem-se agricultores modelares, tenham meios de radicar-se à terra e nela progredir com suas famílias.

Estamos convencidos de que o Projeto ETA n.º 38 é um bom investimento de recursos e esforços financeiros e técnicos. Nêle se associam as modernas concepções e práticas de ensino e de exten-

são à inestimável sabedoria da experiência e ao idealismo alto e construtivo.

Recebei, sr. presidente, dr. Arthur Torres Filho, com os vossos dignos companheiros de Diretoria, as nossas melhores congratulações e a expressão da nossa confiança no êxito dos empreendimentos da benemérita Sociedade Nacional de Agricultura.

III — DISCURSO DO PROF. ARTHUR TORRES FILHO, PRESIDENTE DA S. N. A.

É uma das finalidades da Sociedade Nacional de Agricultura promover e estimular a realização de estudos e pesquisas sobre questões ligadas à exploração da terra, em seus aspectos econômi-

cos, técnicos e científicos, como, também, de manter cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento, com o elevado propósito de servir à agricultura.

É por isso que, desde os primórdios da sua existência, o inescusável presidente Moura Brasil instalou no Horto da Penha, em 1899, um Aprendizado Agrícola, transformado em 1937 na atual Escola de Horticultura, que tem por patrono também um dos mais operosos presidentes desta Casa. Desde então, com os maiores esforços, tem a Sociedade procurado ministrar ensino agrícola naquele estabelecimento, e o tem feito, seja através os cursos de internato de Horticultura, Hortelão, Fruticultor e outros, seja por meio de cursos rápidos, abertos a todas as classes sociais.

É do seu programa a ampliação das atividades no setor do ensino agrícola. No Distrito Federal, nenhum estabelecimento de ensino agrícola funciona e, por aí, se vê o quanto pode ser útil um estabelecimento desse gênero, desde que a sua atividade seja ampliada, mercê de maior soma de recursos materiais.

É objetivando ao reequipamento da antiga Escola e a ampliação de suas atividades, que neste momento é assinado um Acórdo entre esta Casa e o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos. Os termos do acórdo visam, além disso, constituir-se no passo inicial para um programa mais amplo de ensino agrícola, tendo por base a atual Escola, da Penha, seguindo-se numa escala ascendente até atingir-se um outro objetivo nosso: o da criação de uma outra Escola, que seja o complemento daquela. Tudo isto prevê o plano em torno do qual gira o Acórdo.

Fazemos todos votos e muito empenho em que tudo o que se previu seja cumprido, e para tanto contamos com o espírito de cooperação de nossos diretores e a boa vontade demonstrada pelos representantes do ETA.

Não podemos deixar de mencionar neste pequeno discurso a colaboração dos representantes do Escritório Técnico de Agricultura, srs. Walter Saur e Robert Manire, que computaram a comissão mista que elaborou o projeto do Acórdo. Também devemos mencionar os representantes desta Casa, prof. Geraldo Goulart da Silveira, Kurt Rep-

sold, Luís Marques Poliano e Itagyba Barçante, que da parte da Sociedade atuaram na iniciativa.

Daqui agradecemos também a boa vontade dos diretores da entidade, srs. Alberto Martins Tôrres e Ralph Hansen, a cujo espírito de cooperação devemos o êxito que representa tanto, para o ensino agrícola e para a Sociedade Nacional de Agricultura, a assinatura deste Acórdo.

IV — ÍNTEGRA DO PROJETO NÚMERO 38

Instrumento de contrato que entre si fazem o ESCRITÓRIO TÉCNICO DE AGRICULTURA e a SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, para ampliar e reequipar a Escola Wenceslão Bello de Horticultura, transformando-a em escola piloto ou de demonstração

Aos 19 dias do mês de junho de mil novecentos e cinquenta e sete, na sede do Escritório Técnico de Agricultura, órgão executor do "Acórdo para um Programa de Agricultura de Recursos Naturais", (daqui por diante referido como "ACORDO"), estabelecido entre os governos dos Estados Unidos do Brasil e Estados Unidos da América, em 26 de junho de 1953, e aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 20, de 8 de maio de 1956; o ESCRITÓRIO TÉCNICO DE AGRICULTURA (daqui por diante referido como "ETA"), representado pelo seu Co-Diretor brasileiro, sr. Alberto Martins Tôrres, nomeado por Decreto de 3 de dezembro de 1956, publicado no "Diário Oficial" da mesma data, e o seu Co-Diretor americano, sr. Ralph E. Hansen, aceito conforme Carta 985 do sr. ministro da Agricultura, publicado no "Diário Oficial" de 17 de agosto de 1956, e a SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, (daqui por diante referida como "SOCIEDADE"), representada pelo seu presidente dr. Arthur Tôrres Filho, firmam o presente contrato para execução de um programa de ampliação e reequipamento da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", (daqui por diante referida como "Escola"), pertencente à "SOCIEDADE" com as características adiante discriminadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente contrato é celebrado dentro dos termos do "ACORDO" e denominar-se-á "ESCRITÓRIO TÉCNICO DE AGRICULTURA" — Projeto n.º 38.

Parágrafo único: A finalidade do presente contrato é o emprêgo de recursos combinados das Partes Contratantes para os objetivos a seguir discriminados:

a) manter os seguintes atuais cursos:

- 1) Prévio ou de adaptação para alunos que não apresentarem certificado de conclusão do Curso Primário para iniciarem o Curso Fundamental;
- 2) Permanente — com o número de 21 alunos matriculados sendo 12 na primeira série que concluirão os estudos em 1958 e 9 na segunda série que concluirão no corrente ano.

b) ampliar os seguintes cursos:

- 1) Prático no regime especial ou de extensão ora em vigor, elevando, no corrente ano, o número atual de 180 alunos para 500, e, em 1958, para 700 matrículas e manter de futuro esse total;
- 2) Fundamental — para admissão de 38 alunos na primeira série, os quais iniciarão em 1958 os estudos sob novo regime, passando assim a Escola a funcionar com 50 alunos internos; para matrícula, em 1959 de mais 42 alunos na então primeira série, passando a funcionar o internato com 80 alunos; para matrícula, na primeira série, em 1960, de 58 alunos na primeira série, alcançando a Escola sua capacidade máxima prevista de 100 alunos internos.

c) criar um Curso Complementar, que funcionará em novo estabelecimento da Escola, a ser construído em área agrícola por qualquer meio adquirida, no qual, com o currículo de um ano de estudos e um semestre de prática profissional, serão matriculados, em 1960, os 38 alunos que houverem concluído o Curso Fundamental.

d) criar, no mesmo novo estabelecimento a que se refere a

alínea anterior, outro Curso Prático, idêntico ao mencionado na alínea b n.º 1, para 500 alunos;

e) utilizar o semestre de prática profissional, referido na alínea c, em intensa preparação dos alunos para a vida rural, familiarizando-os com os processos de extensão e os métodos racionais e econômicos da lavoura e da criação;

g) promover, quando a Escola dispuser de novo estabelecimento em zona rural, Semanas Ruralistas e outras modalidades de reunião de lavradores;

f) instituir Cursos Avulsos com a duração máxima de seis meses, sobre assuntos diversos tais como Reparação de Máquinas e Motores Agrícolas, Pequenas Indústrias Rurais e outros;

h) providenciar no sentido de ser prestada aos alunos formados pela Escola a necessária assistência para que se tornem efetivamente agricultores, cultivando terras próprias, quando possível, ou de arrendamento a longo prazo, mediante crédito supervisionado e mais facilidades;

i) prover à adaptação de prédio, melhoria de instalações e reequipamento da atual Escola, e construção e equipamento de seu futuro estabelecimento em zona rural, para atender, gradativamente, ao programa de ampliação e criação de cursos delineados nas alíneas anteriores;

j) empregar, enfim, por todos os meios que se enquadrem no espírito do presente Projeto, os melhores esforços no sentido de tornar a Escola um estabelecimento modelar, procurando fixar o aluno à vida rural, por uma assistência direta após seu egresso escolar.

CLÁUSULA SEGUNDA: Para o financiamento deste Projeto será instituído um "Fundo Conjunto" com as contribuições previstas neste contrato.

Parágrafo Primeiro: As contribuições em cruzeiro das Partes Contratantes para o "Fundo Conjunto" serão depositadas em conta corrente bancária denominada "Escritório Técnico de Agricultura — Projeto n.º 38", aberta em estabelecimento de crédito no Distrito Federal, à escolha dos contratantes, e será movimentada pelo diretor do Projeto.

Parágrafo Segundo: A conta referida no parágrafo anterior serão, obrigatoriamente, recolhi-

dos todos os juros ou rendas de qualquer natureza ou origem advindos da execução do Projeto e que serão aplicados nos termos dos itens um, três e quatro do Artigo IX do "ACÓRDO".

Parágrafo Terceiro: As importâncias descritas no artigo anterior serão empregadas exclusivamente no Projeto.

Parágrafo Quarto: Além das contribuições em dinheiro, para o "Fundo Conjunto", as partes contratantes poderão pôr à dis-

posição do Projeto outras contribuições em pessoal, material, equipamentos, instalações, bens móveis e imóveis, além das verbas orçamentárias normais ou de outras proveniências que serão empregadas nos termos da legislação e normas que a elas se aplicarem.

Parágrafo Quinto: As contribuições em dólares do ETA obedecerão às normas estabelecidas pelo "ACÓRDO", no item dois do Artigo VI.

UM PRODUTO DA

USINA SÃO JOSÉ S. A.

GOITACAZES - CAMPOS - EST. DO RIO

ADOCE O SEU LAR COM



ESCRITÓRIO CENTRAL

RUA MÉXICO, 90 — 7.º ANDAR

TEL. 32-8176

RIO DE JANEIRO

Parágrafo Sexto: As contribuições das partes contratantes serão entregues em prestações trimestrais, iniciadas após a aprovação do programa de trabalho, salvo a referida na Cláusula Terceira, Parágrafo Segundo, letra f.

Parágrafo Sétimo: As partes contratantes instruirão, por escrito, o diretor do Projeto sobre a forma que devem obedecer a aplicação dos recursos e a prestação de contas referentes às respectivas contribuições.

Parágrafo Oitavo: O material permanente fornecido diretamente pela "SOCIEDADE" será sempre de propriedade da mesma e não será retirado sem aquiescência das Partes Contratantes.

Parágrafo Nono: O material fornecido pelo "ETA" será de sua propriedade até o final do Projeto, e, por proposta do diretor deste, a sua retirada, doação, substituição, troca ou venda será decidida pelos diretores do "ETA", de conformidade com o disposto no "ACÓRDO".

Parágrafo décimo: Todos os bens imóveis, materiais e equipamentos, animais ou quaisquer outras aquisições feitas com os recursos do "Fundo Conjunto" serão de propriedade do Projeto.

Parágrafo Décimo-primeiro: As benfeitorias, construções ou instalações realizadas em bens de qualquer das partes contratantes passarão a integrar os mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA: Para a realização das atividades deste Projeto em 1957, as partes contratantes comprometem-se a concorrer com as seguintes contribuições:

Parágrafo Primeiro: O ESCRITÓRIO TÉCNICO ("ETA"):

a) assistência técnica até a despesa de US\$ 3.000,00 (três mil dólares) representada pelos serviços de seus técnicos;

b) material de importação ou despesas no exterior até o valor de US\$ 5.000,00 (cinco mil dólares);

c) para o "Fundo Conjunto" com Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), que correrá à conta da contribuição do governo brasileiro para o "Fundo Conjunto" do "ETA" constante do orçamento geral da União, anexo do Ministério da Agricultura, para o corrente exercício.

Parágrafo Segundo: SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA ("SOCIEDADE"):

a) assistência técnica, informações de serviços, normalmente prestados pelos seus órgãos e serviços, os quais mediante entendimentos com os respectivos chefes, poderão participar mais intimamente deste Projeto;

b) pagamento do seu próprio pessoal, designado para colaborar no Projeto, mediante solicitação do diretor deste, correndo a despesa com o atual pessoal da Escola por conta dos recursos a que se refere a alínea f deste parágrafo;

c) edifício principal da Escola, com a área de 700 m², Pavilhão Miguel Calmon, com a área de 400 m², Casa do Diretor e demais construções e instalações, animais, culturas, maquinismos e equipamentos, com o valor estimado de Cr\$ 6.200.000,00 (seis milhões e duzentos mil cruzeiros);

d) área de, aproximadamente, 100.000 m², na parte da área da Escola que totalize cerca de 190.000 m², avaliada à razão de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) por metro quadrado, ficando entendido que a restante parcela de cerca de 90.000 m² se destina à alienação e aplicação para os fins da Lei n.º 2.504, de 4 de junho de 1955, que autorizou a Sociedade a vender, no todo ou em parte, os terrenos em causa, para:

1) a instalação de um estabelecimento de ensino agrícola na zona rural do Distrito Federal ou em suas proximidades, com uma área não inferior a 20 hectares;

2) a aplicação de parte dos recursos provenientes da venda dos terrenos na formação de um patrimônio destinado a manutenção da mesma Escola;

e) recursos orçamentários e advinentes de acordo entre a Sociedade e a Comissão Brasileira de Educação e Assistência Rural, no valor de Cr\$
1.568.000,00 (hum milhão, quinhentos e sessenta e oito mil cruzeiros); sendo: Cr\$
1.368.000,00 (hum milhão, trezentos e sessenta e oito mil cruzeiros) de Subvenções ordinárias 1) — Parques de Exposição, 07) — Sociedade Nacional de Agricultura, e Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil

cruzeiros) do Projeto C. B. A. R. — P-23, já em execução na Escola;

f) para o "Fundo Conjunto" com Cr\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil cruzeiros), sendo Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) de renda eventual obtida pela Escola e Cr\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil cruzeiros) quando recebidas do Tesouro Nacional as respectivas verbas orçamentárias de Cr\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros) (N.º 19 — SEAV, verba 1.0.00 — custeio, consignação 1.5.00 — Serviços de Terceiros — Subconsignação 1.5.14 outros Serviços Contratuais — 3) Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", da Sociedade Nacional de Agricultura e Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) Subvenções ordinárias — 07) Distrito Federal — Federação das Associações Rurais do Distrito Federal), deduzidas as importâncias despendidas até então conforme a letra b deste parágrafo.

CLÁUSULA QUARTA: Fica entendido e certo que este Projeto não integra nenhuma das partes contratantes, mas é um trabalho realizado em íntima co-operação, visando melhor aproveitamento de recursos e de técnica na execução do programa estabelecido.

Parágrafo Primeiro: A supervisão, a fiscalização, a orientação geral, a aprovação dos programas de trabalhos e orçamentos serão feitos, conjuntamente, pelas partes contratantes.

Parágrafo Segundo: Cada uma das partes contratantes terá sempre o direito de proceder, quando julgar conveniente, à fiscalização nos trabalhos e contas do Projeto.

Parágrafo Terceiro: A aprovação da prestação de contas do Projeto caberá às partes contratantes, respeitando o disposto nos parágrafos quarto, quinto e sétimo da cláusula segunda.

Parágrafo Quarto: As partes contratantes reunir-se-ão quatro vezes por ano e a sua convocação poderá ser feita, fora dessas épocas, por qualquer uma delas ou pelo diretor do Projeto

CLÁUSULA QUINTA: A direção deste Projeto deverá caber a um técnico de reconhecida competência profissional, escolhido de comum acordo entre as partes contratantes, recaído a escolha, de preferência, no diretor da Escola.



É MAIS LUCRATIVO MULTIPLICAR A PRODUÇÃO DE 1 ALQUEIRE COM BOM ADUBO, QUE PLANTAR, TRATAR E COLHER 3 ALQUEIRES-POIS SÓ A ECONOMIA DE BRAÇOS COMPENSA FARTAMENTE O SALITRE DO CHILE É UM ADUBO NATURAL QUE REFORÇA A PRODUTIVIDADE DO SOLO EXPERIMENTE-O!

SOLICITE FOLHETOS E INFORMAÇÕES, GRATUITAMENTE.



"CADAL" CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS

AGENTES EXCLUSIVOS DO SALITRE DO CHILE

PARA O DISTRITO FEDERAL, ESTADOS DO RIO E ESPÍRITO SANTO

RUA MÉXICO, 111-12.º AND. (SEDE PRÓPRIA)

CAIXA POSTAL 875 — TELS. 42-0881 e 42-0115

ENXERTOS DE CITROS, DIVERSAS VARIEDADES

Vende-se, com abatimento aos sócios da Sociedade Nacional de Agricultura. Cr\$ 50,00 cada.
Pedidos àquela Sociedade — Caixa Postal 1245
Av. General Justo, 171, 2.º andar — Tel. 42-2981

Parágrafo Primeiro: O ato de designação do diretor do Projeto será efetuado o mais breve possível depois de assinado este contrato.

Parágrafo Segundo: O diretor do Projeto terá a sua permanência condicionada ao bom e fiel desempenho de sua missão, dentro do programa e dos objetivos traçados neste Projeto.

Parágrafo Terceiro: As instruções, ordens ou qualquer espécie de determinação ao diretor do Projeto serão dadas por escrito, com as assinaturas das partes contratantes que não poderão isoladamente tomar tais medidas, excetuados os casos expressamente declarados neste contrato.

Parágrafo Quarto: Todo o pessoal empregado pelo Projeto ou posto à sua disposição a qualquer título, inclusive os técnicos brasileiros e americanos do "ETA", ficará subordinado ao diretor do Projeto, a quem caberá decidir sobre a condução dos trabalhos constantes do plano aprovado.

Parágrafo Quinto: Compete ao diretor do Projeto:

a) apresentar, antes do começo de cada exercício, um programa de trabalho, acompanhado

do respectivo orçamento, para ser aprovado pelas partes contratantes;

b) movimentar o "Fundo Conjunto" ou outros recursos postos à sua disposição para o fiel desempenho do Projeto;

c) enviar, trimestralmente, às partes contratantes um relatório sucinto dos trabalhos realizados, apontando os progressos obtidos e os óbices encontrados e juntando um balancete de caixa, acompanhado de um resumo das despesas efetuadas;

d) enviar às partes contratantes, até o dia 31 de janeiro, um relatório completo das atividades desenvolvidas no ano imediatamente anterior. Acompanhará esse relatório uma demonstração das despesas realizadas à conta do "Fundo Conjunto" e das verbas orçamentárias específicas destinadas ao Projeto.

CLAUSULA SEXTA: As contribuições referentes aos anos subsequentes serão acordadas pelas partes contratantes dentro dos recursos financeiros e orçamentários disponíveis.

CLAUSULA SÉTIMA: As partes contratantes reservam-se o

direito de rescindir este contrato, no caso de infração das cláusulas contratuais ou se o Projeto fôr desviado dos seus objetivos

Parágrafo Primeiro: No caso de rescisão deste contrato os saldos em cruzeiros, depois de liquidados todos os débitos do Projeto, serão distribuídos, às partes contratantes, proporcionalmente às contribuições até então efetivadas.

CLAUSULA OITAVA: O presente contrato terá duração até 31 de dezembro de 1960, podendo ser prorrogado desde que não seja denunciado trinta dias antes do término do exercício financeiro, por qualquer das partes contratantes. O fóro é o da cidade do Rio de Janeiro.

Parágrafo Único: Este acôrdo será revisto logo que a Sociedade Nacional de Agricultura resolva, por sua Diretoria, a instalação da nova Escola.

CLAUSULA NONA: O presente contrato entrará em vigor depois da assinatura deste termo. E, para firmeza e validade do que acima ficou estipulado, la-

(Continua na pág. 35)

À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CÂMARA

LXXXV

*Prêmio Nobel da Paz ao
Marechal Rondon*

Não podemos nós da classe rural, notadamente os da Sociedade Nacional de Agricultura, a quem Cândido Mariano da Silva Rondon vinculou-se por amizade fraterna a vários de seus antigos Presidentes, — Miguel Cal-

A política mais hábil é a de moderação e a firmeza de convicção.

Relevem a impertinência. É porém, conveniente lembrar que os resultados e os benefícios, porventura, conseguidos nas campanhas orientadas com ameaças de greves, marchas, etc. não compensam.

tante do Cooperativismo, e pessoa que, a despeito de já haver conquistado, merecidamente, uma aposentadoria, ainda persiste em manter sua coerência e combatividade.

Afirmou-nos ele, em breve mensagem, que, como associado de cooperativa de consumo e ex-presidente de uma delas, "responde que, para o seu bom funcionamento, devem as cooperativas operar a dinheiro. Não pode comprar quem vende mal. Seria mais útil aos interesses do cooperado fazer um empréstimo, a longo prazo, em outra instituição, para regularizar suas compras na cooperativa de consumo que, vendendo a dinheiro contado, terá os sortimentos sempre renovados. A entrega da mer-



mon, Simões Lopes e Lyra Castro —, ficar indiferentes à sua indicação por instituições nacionais e estrangeiras para o Prêmio Nobel da Paz.

Façamos votos pela sua escolha, que bem o merece sua obra monumental de sertanista e sociólogo.

Nascido a 5 de maio de 1865, completou o Marechal Rondon 92 anos de serviços à humanidade.

LXXXVI

Liderança rural

Não revela qualidades de líder o dirigente de Associação Rural, que orienta a classe rural no sentido de reivindicações com ameaças de represálias.

É um engano a ser desfeito.

O desgaste da autoridade, tanto da associação como dos seus associados, frente aos empregados, é inquietante.

Atingindo os poderes públicos, o remédio está nas primeiras eleições.

LXXXVII

Devem as cooperativas operar a dinheiro

Reproduzimos de ARCO-IRIS, órgão do Centro Nacional de Estudos Cooperativos (ano V — n.º 35) os seguintes comentários:

"A propósito da matéria com o título acima, inserida em nossa edição de novembro-dezembro, recebemos interessante pronunciamento de Arruda Câmara, antigo mili-

Ovinos e caprinos criados na Fazenda Experimental de Criação "Cruzeiro do Mocó" — Município de Feira de Santana —, mantida pelo Estado da Bahia no Governo Landulpho Alves em que esteve como Secretário da Agricultura o seu amigo e eficiente colaborador Dr. J. da Rocha Medeiros.

cadoria em determinado dia poderia ser feita no domicílio do cooperado. No balcão seriam entregues as compras eventuais. Eis o que, pela rama, posso sugerir."

É um pronunciamento do homem afeito à prática da cooperação, e cuja experiência nesse campo é inegável. Como diretor do Serviço de Economia Rural, muitas vezes defrontou este e outros problemas de natureza prática, tendo sempre sugestões oportunas e acatadas para oferecer em cada caso. Aí fica o registro de sua palavra sempre atuante, com a certeza de que a sua aposentadoria foi apenas um episódio de ordem administrativa, nunca uma renúncia à participação ativa nos debates que interessam o setor cooperativo nacional."

Hipofisacão de peixe no Posto de Lima Campos-Icó-Ceará. Prática da administração de hormônios de hipófise segundo processo progressivamente aperfeiçoado pelos técnicos do Serviço de Piscicultura do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

LXXXVIII

A carpa — um flagelo a combater

É um erro, de conseqüências imprevisíveis, introduzir peixes exóticos sem o seguro conhecimento de seu comportamento em relação às espécies locais.

A carpa, por exemplo, não é recomendável por ser sua carne de má qualidade e sabor, além, sobretudo, de vencer, na luta pela vida, espécies de maior valia.

É de fundo religioso a procura da carpa no seio da colônia judia. Suportando viva o transporte fora d'água é, com relativa facilidade, ritualmente sacrificado pelo rabino.

O Dr. Rodolfo von Ihering combateu vigorosamente a introdução da carpa nos açudes nordestinos, considerando-a "peixe flagelo que deve e precisa ser combatido."

LXXXIX

Hortelões e Fruticultores Portugueses

Agora, depois da triunfante visita do Presidente Craveiro Lopes, seremos, sem dúvida, melhor compreendidos pelo governo português.

Necessitamos, para explorações hortícolas, de famílias portuguesas habituadas ao cultivo de hortas e pomares. Essas famílias, localizadas na proximidade das cidades populosas, concorreriam para a melhoria e regularidade do abastecimento.

Os portugueses são agricultores que sabem defender a terra, — conservam e aumentam sua produtividade.

É a oportunidade de entendimentos para a formação de pequenos núcleos de chacareiros portugueses.



XC

*São Joaquim da Costa da Serra e as Possibilidades de**Fruticultura*

Ao tempo em que, com Humberto Bruno, dirigia o BRASIL AGRÍCOLA, — isto há mais de trinta anos —, chamava a atenção dos poderes públicos para as possibilidades frutícolas da região serrana catarinense, principalmente de São Joaquim da Costa da Serra que, dentro de poucos anos, — tal como ainda agora —, poderia abastecer o país, livrando-o de pesada importação.

A situação a rigor, não foi substancialmente modificada. Entretanto, vitorioso o movimento associativo da classe rural no Estado de Santa Catarina, é de esperar atuação no sentido de ser o assunto examinado com interesse e objetividade pela Federação das Associações Rurais, inclusive quanto a atração de famílias de fruticultores e vitivinicultores de procedência européia.

XCI

Pontos Fracos na Exploração do Babaçu Nativo Atenuados ou Eliminados no Cultivo Racional

O Professor Gregorio Bondar aponta, no seu trabalho "O babaçu e outras palmeiras produtoras de amêndoas oleaginosas no Brasil" os seguintes:

"1 — O tamanho dos frutos e conteúdo em amêndoas é muito heterogêneo. No cultivo deve-se visar a seleção de tipos com frutificação abundante, uniforme e rendosa em amêndoas;

"2 — o peso do mesocarpo e do endocarpo é desproporcional em relação ao das amêndoas, que representam apenas de 8 a 9% do peso do fruto. Convém selecionar variedades com maior porcentagem de elementos úteis;

"3 — a consistência do encarpo é dura, exigindo grande energia para libertar as amêndoas almejadas. No cultivo deve-se visar frutos com endocarpo fino, menos consistente;

"4 — a produção de babaçu é tardia, levando cerca de quinze anos desde o nascimento até a frutificação. Pela seleção de indivíduos precoces e pela hibridação com espécies rasteiras de *orbignyas*, pode-se encurtar o período imprudente;

"5 — nas variedades atuais o côco contém de uma a seis amêndoas. Há espécies de *orbignyas* que produzem até nove caroços por fruto. Pela seleção e hibridação convém uniformizar a elevada produção, e aumentá-la ao máximo possível."

XCII

Lagoas Situadas nas Adjacências de Brasília

As principais lagoas do planalto goiano estão situadas nas terras de Cruls. Acham-se no município de Formosa e em Planaltina aquelas que, pela singularidade do sítio, aproximam as bacias do Amazonas (lagoa Formosa), do Prata (lagoa Mestre d'Armas) e do São Francisco (lagoa Feia).

Desempenham as lagoas papel relevante na região e, a rigor, não lhes prejudicam a salubridade. São, em geral, piscosas. As mais próximas das cidades oferecem, como a lagoa Feia, interesse turístico e desportivo.

Entre as lagoas situadas nas adjacências de Brasília merecem citação: — em Planaltina as denominadas Formosa, Mestre d'Armas, Bon-sucesso e Jacuba; no município de Formosa as lagoas Feia, Boa Vista, do Peixe e São João; e, no município de Luziania as da Bandeira, Papuda e Olho d'Água.

A lagoa Feia, com 3 000 000 de metros quadrados de superfície, é a maior, e Mestre d'Armas, distante meia légua ou pouco mais de Planaltina, a mais próxima de Brasília.

XCIII

Seleção e Melhor Maneira de Aproveitamento das Plantas Nativas de Valor Econômico

O melhoramento das plantas nativas de valor econômico deve ser promovido em todas as zonas fisiográficas onde ocorrem. Há em nossa flora nativa espécies de utilidade imediata que merecem trabalho de seleção e estudo da melhor maneira de aproveitamento e conservação. Cada região geográfica, em suas particularidades de clima e solo, possui suas próprias plantas econômicas nativas. São espécies adequadas às condições locais e, sendo muitas delas plantas arbóreas ou de longa duração, ajudariam na solução do problema do melhor aproveitamento do solo. Importamos e ensaiamos em cultivo espécies exóticas que nem sempre prosperam nas condições de nosso clima e solo.

Plante

LARANJEIRAS E LIMOEIROS

A Cr\$ 25,00 (Vinte e cinco cruzeiros)



Vista panorâmica de uma plantação

**PLANTAMOS SUA PROPRIEDADE
TODA A
Cr\$ 25,00 A UNIDADE**

PIRES & GUIMARÃES LTDA.

**SOMENTE ACEITAMOS GRANDES ÁREAS,
GARANTIMOS AS PLANTAÇÕES, COMO
TAMBÉM FACILITAMOS EM PARCELAS
O PAGAMENTO**

TEL. 52-0767

AV. RIO BRANCO, 173 — GRUPO 301

Outras são de valor inferior ao de nossas plantas nativas.

Que importemos e façamos ensaios de espécies exóticas, mas, que as nossas sejam objeto de maior atenção.

As indústrias extrativas de maior expressão vão evoluindo para culturas, umas, e aperfeiçoando os métodos de exploração, outras (seringueira, castanha do Pará, carnaúba, fibras, citicica, etc.),

algumas tendem a procurar, pela cultura, novos centros de exploração, estendendo-a, como gota de óleo, às zonas limítrofes (babaçu) e, ainda, outras, como a ipeca, estão a exigir cuidados para manter a área de ocorrência original.

É necessário evitar-se a destruição de plantas em exploração extrativa (piaçava e licuri na Bahia, caroá em Pernambuco), que valorizam zonas impróprias para outras

F. BRIGUIET & CIA.

Livreiros Editores

Dois livros que devem estar na vossa estante :

Eurico Santos — MANUAL DO LAVRADOR BRASILEIRO — 2.^a edição — ilustrado — Cr\$ 210,00

F. I. C. — AGRIMENSURA — 7.^a edição — ilustrado — Cr\$ 250,00

TRAVESSA DO OUVIDOR, 11

CAIXA POSTAL, 458
Tel. 52-6497

End. Teleg. "Libriguiet"
RIO DE JANEIRO

lavouras. A piaçava cresce em solos silicosos, o licuri nas pedras e caatingas semi-áridas, e o carão nas caatingas secas, desérticas.

Plantas nativas que alimentam indústria extrativa de eventual significação e em zonas pobres e pouco povoadas merecem, algumas delas, como o piqui ou piquiá, a mangabeira, etc., ser objeto de cultivo. A primeira pelo seu emprego na alimentação, como óleo comestível e manteiga vegetal de larga procura e a segunda, na indústria de conservas (doces) e extração da borracha.

Outras plantas comestíveis como verduras (bredos, serralha, etc.), tubérculos e raízes alimentares (carás silvestres), frutos (Stenocalix dysintericus, Berg, jaboticaba do mato, etc.) terão de ser incorporadas nas hortas e pomares das zonas de ocorrência.

XCIV

Eucaliptus e Outras Essências Florestais nas Terras de Cerrado do Planalto Goiano

Nas cidades de Planaltina e Formosa, erguidas em terreno de cerrado, há eucaliptus com excepcional desenvolvimento. Acreditamos, a jul-

gar pelos exemplos que poderíamos citar, que, com a rega das plantações a princípio, e o combate às formigas e termitas, tivesse o melhor êxito a cultura do eucaliptus e outras essências, como o angico, o jacaré, etc.

O prof. José Setzer, em publicação feita (Boletim Geográfico — Março de 1945) referindo-se a essas terras das chapadas, diz: — "Felizmente podem elas ser aproveitadas com eucaliptus com o máximo sucesso, pois essas árvores são de clima semi-árido e não necessitam humus, ao mesmo tempo que o seu porte gigantesco obriga-as a se enraizar, rápida e profusamente, a enormes profundidades, onde vão buscar a água e os sais minerais que necessitam."

XCIV

Fruticultura nas Terras de Cerrado do Planalto Goiano

O desenvolvimento e a frutificação das árvores frutíferas (abacateiro, cajueiro, fruta-pão, laranjeira, limeira, mangueira, etc.) cultivadas nos quintais, constituem indicio de êxito da fruticultura nos terrenos de cerrado. Ao lado das fruteiras citadas, en-

contram-se magníficos exemplares de pessegueiros e videiras, em quintais de Planaltina. A cultura de acacaxi era feita, na época (1947-48) relativamente em larga escala, nos terrenos de cerrados de vários municípios goianos.

XCVI

Brasília e seu Futuro Cinturão Verde

Nas INVESTIGAÇÕES AGRONÔMICAS que tivemos oportunidade de proceder para a Comissão General Poli Coelho (1947-1948) apresentamos, entre outras, a conclusão XIV:

— "O reflorestamento das terras anteriormente cobertas de matas não oferece, a rigor, dificuldades e precisa ser objetiva e racionalmente considerada para o Distrito Federal.

"O florestamento das terras de campo e de cerrado exige mais atenção e cuidados. Nas chapadas e nos chapadões secos ou com deficiência de água a superfície tornar-se-á necessário, e até indispensável, a irrigação.

"A zona a ser florestada precisará ser aparelhada com a água imprescindível aos trabalhos de rega ou à irrigação. Nela impõe-se, por outro lado, o aproveitamento como adubo, da matéria orgânica obtida no local. Em tais condições será o florestamento possível, com as espécies adequadas, onde quer que se torne necessário.

"Poder-se-á, face o exposto, não só proteger a cidade-capital com o plantio de árvores frutíferas e florestais formando, à conveniente distância, larga faixa verde de interesse climático e paisagístico, como, também assegura sua arborização."

ANUNCIE

EM

"A LAVOURA"

LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL

EM COMPLETO ABANDONO A LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL

Nomeada uma comissão para estudar o assunto — A distribuição de resíduos nos meses de junho e julho — Atas das reuniões do DARDIF — Cancelamento de registro de lavradores — Outras notas

Em recente reunião do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, por proposta do Sr. Luiz Marques Poliano, secretário-geral da Sociedade Nacional de Agricultura, foi constituída uma comissão que fará estudos e sugestões às autoridades, visando amparar a lavoura citrícola do Distrito Federal. O assunto foi trazido a debates no DARDIF pelo Sr. Juvenal da Silva Azevedo, presidente da Associação Rural do Viégas e citricultor nesta região, o qual revelou aos presentes a situação calamitosa dos laranjais no Distrito Federal, exclusivamente por falta de amparo das autoridades competentes. Mostrou S.S. que essa lavoura outrora uma das mais prósperas do sertão carioca tende a desaparecer por completo, senão surgirem as medidas indicadas para sua sobrevivência.

O Dr. Arthur Torres Filho, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, órgão federativo da lavoura do Distrito Federal, tendo em vista essa resolução do DARDIF, nomeou os srs. Altino de Azevedo Sodré, membro da Sociedade Nacional de Agricultura; Adamastor Lima, presidente do Conselho do Serviço Social Rural do Distrito Federal; Abel de Almeida, representante da lavoura nesse Conselho e Juvenal da Silva Azevedo, para integrarem a referida comissão a qual deverá participar um representante da entidade que congrega os exportadores de laranjas.

Sobre o assunto o Dr. Arthur Torres Filho dirigiu aos membros daquela comissão o seguinte ofício:

“Com prazer comunico a V.S. que em reunião de 9 de julho do corrente, do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, foi o ilustre consócio designado para emprestar sua brilhante colaboração como membro da comissão da qual fazem parte, os nossos companheiros: Altino de Azevedo Sodré, Adamastor Lima, Abel de Almeida e Juvenal da Silva Azevedo e destinada a apresentar sugestões às autoridades competentes visando melhor amparo a situação de abandono em que se encontra a lavoura citrícola do Distrito Federal.

Aproveitando o ensejo, reitero-lhe meus protestos de elevada consideração e estima”.

Arthur Torres Filho, Presidente

CANCELAMENTO DE REGISTRO DE LAVRADORES

De acordo com uma comunicação do Chefe do Serviço de Economia Rural, foram canceladas as carteiras dos seguintes lavradores:

20.39147/57 — Henrique Rodrigues da Silva — Caminho Ana Gonzaga — lote 35 — Posto IV — Inscrição 4176 — vendeu a lavoura.

20.37073/57 — Joaquim Afonso de Souza — Estrada Boiuna — 903 — R. Posto III — Inscrição 4492 — Não tem mais lavoura.

20.37058/57 — Manoel de Ascensão — Estrada Bandeirantes kl. 25 — Posto III — Inscrição 6498 — Não tem mais lavoura.

20.39062/57 — João Eduardo Barbosa — Estrada do Guandú — Posto IV — Inscrição 5470 — Faleceu.

20.35041/57 — Domingos Rodrigues — Estrada Intendente Magalhães — Posto II — Inscrição 1167 — Não tem mais lavoura.

20.37164/57 — Manoel Abílio Gonçalves — Estrada dos Bandeirantes kl. 9 — Posto III — Inscrição 5876 — Não tem mais lavoura.

20.39041/57 — Anacleto Acyilino Cosendey — Estrada Cantagalo — Posto IV — Inscrição 5410 — Não tem mais lavoura.

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESÍDUOS DE TRIGO DO MÊS DE JULHO DE 1957

QUOTA DO D. A. R. D. I. F.

	Sacos
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Jacarepaguá	711
Cooperativa de Consumo e Avicultura Doméstica de Jacarepaguá	806
Cooperativa Agrícola de Bangú	380
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Campo Grande	380
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Irajá	414
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Guaratiba	270
Cooperativa dos Agricultores e Criadores da Ilha de Guaratiba	361
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Mato Alto	326
Cooperativa dos Lavradores e Criadores da Zona Rural	162
Cooperativa Mista Agro-Pecuária de Santa Cruz	276
Cooperativa dos Bandeirantes	140
Cooperativas dos Avicultores de Benfica	315
Cooperativa dos Avicultores de Sta. Cruz	248
Cooperativa dos Agricultores do Sertão de Jacarepaguá e Guaratiba	153
Cooperativa de Agro-Pecuária Mista de Kosmos	316
Associação dos Lavradores da Fazenda Coqueiros	280
Associação Agrícola de Jacarepaguá	239
Associação Rural do Realengo	308
Associação Rural do Viégas	206
Associação Rural de Sta. Eugênia	207
Associação Rural de Palmares	394
Associação Rural do Rio da Prata	317
Intendência Agrícola da Cachamorra	266

Sociedade União dos Agricultores	310	Cooperativa de Agro-Pecuária Mista de Kosmos	316
Sociedade Nacional de Agricultura	215	Associação dos Lavradores da Fazenda Coqueiros	360
TOTAL	8.000	Associação Agrícola de Jacarepaguá	239
MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESÍDUOS DE TRIGO DO MÊS DE JULHO DE 1957		Associação Rural do Realengo	308
QUOTA DA P. D. F.		Associação Rural do Viégas cancelada	
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Jacarepaguá	cancelada	Associação Rural de Sta. Eugênia cancelada	
Cooperativa de Consumo e Avicultura Doméstica de Jacarepaguá	806	Associação Rural de Palmares	477
Cooperativa Agrícola de Bangü	380	Associação Rural do Rio da Prata	445
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Campo Grande	380	Intendência Agrícola da Cachamorra	350
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Irajá	554	Sociedade União dos Agricultores	310
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Guaratiba	420	TOTAL	8.000
Cooperativa dos Agricultores e Criadores da Ilha de Guaratiba	731		
Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Mato Alto	326	ATA DA 27.ª REUNIÃO ORDINÁRIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 25 de junho de 1957, sob a PRESIDÊNCIA do SR. FLÁVIO DA COSTA BRITTO	
Cooperativa dos Lavradores e Criadores da Zona Rural	162	<i>Flávio da Costa Brito</i>	
Cooperativa Mista Agro-Pecuária de Santa Cruz	430	<i>Antônio Correia da Silva</i>	
Cooperativa dos Bandeirantes	140	<i>Abel de Almeida</i>	
Cooperativa dos Avicultores de Benfica	315	<i>Francisco José de Moares</i>	
Cooperativa dos Avicultores de Santa Cruz	248	<i>Fidelis José Vieira</i>	
Cooperativa dos Agricultores Sertão de Jacarepaguá-Guaratiba	303	<i>Antônio Novaes</i>	
		<i>Fernando Nunes da Cruz</i>	
		<i>Agostinho Rodrigues da Silva</i>	

Aos 25 dias do mês de junho de 1957, presentes os Srs. representantes de Cooperativas, Associações e Intendências agrícolas, acima assinados e filiados ao Departamento das Associações Rurais

MONTANA S. A. — Engenharia e Comércio

FILIAL — S. PAULO
Rua Conse. Crispiniano
n.º 20, 4.º andar
C. P. 3056

MATRIZ — RIO
Rua Visc. de Inhaúma, 64
3.º e 4.º and.
C. P. 3598

FILIAL PORTO ALEGRE
Rua Pinto Bandeira, 528
RIO GRANDE DO SUL

DEPARTAMENTO DE SILOS E ARMAZÉNS

Projetos e execução de silos e armazéns de qualquer tipo, para trigo e outros cereais, em qualquer região do Brasil;

Construtora dos silos triangulares, "Montana" (pat. pedida);
Representante de Buehler Frères, Uzwil, Suíça, fabricantes de limpadores, secadores e equipamentos completos para silos de grande porte

do Distrito Federal, realizou-se na sede da Sociedade Nacional de Agricultura, à Av. General Justo, 171 — 2.º andar, mais uma reunião desse Departamento sob a presidência do Sr. Flávio da Costa Brito. Iniciados os trabalhos o Sr. Presidente determinou a leitura da ata anterior a qual foi aprovada com as modificações propostas pelo Sr. Luiz Marques Poliano no que se refere as declarações feitas pelo Sr. Abel de Almeida no que toca a construção de um mercado de lavradores. Achava que a Sociedade Nacional de Agricultura deveria tratar de construir um mercado para lavradores caso o velho Mercado Municipal seja demolido. O Sr. Poliano reforçou a tese do Sr. Abel de Almeida. Do expediente constou o seguinte: — a) Ofício da Associação Rural do Viégas; b) Ofício do Conselho de Recursos Fiscais da P.D.F. Da ordem do dia constou: a) Convocação de representantes legais; b) Assuntos gerais. O Sr. Presidente depois de resolver várias questões da ordem sobre assuntos que lhe foram presentes, passou a explicar o desentendimento havido entre os nossos companheiros Pelayo Vidal, representante da Associação dos Avicultores Cariocas e Walter Gomes de Castro, presidente da Cooperativa dos Agricultores e Criadores da Ilha de Guaratiba. S.S. explicou que o incidente não deve ter a gravidade e a importância que muitos lhe emprestam, pois, os interessados são velhos companheiros, representantes de entidades das mais respeitáveis e que a solução para o caso já está sendo encontrada. Explicou não ter havido intuito sub-reptício nas afirmações do Sr. Walter Gomes de Castro, que segundo declarações do mesmo comentou o que se propalava. Obtendo uso da palavra o Sr. Luiz Marques Poliano disse não poder se conformar com o protesto do Sr. Pelayo Vidal por não ter sido o mesmo submetido a apreciação do DARDIF. Em seguida a mesa passou a deliberar sobre uma reunião para escolha da lista tríplice conforme dispõe os Estatutos da Sociedade Nacional de Agricultura para nomeação do Diretor do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal. Decidiu a Casa designar o dia 9 de julho próximo para a reunião de todos os presidentes e representantes legais das Associações Rurais para a escolha da lista acima referida. O Sr. Luiz Marques Poliano solicitou a Casa que fosse recomendado à Comissão encarregada da delimitação do zoneamento rural das entidades, apresentação imediata dos estudos já efetuados. O Sr. Francisco José de Moraes, presidente da Associação Rural de Palmares indagou sobre a legalidade das associações rurais que estão registradas no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura e no mesmo serviço da PDF. Respondeu a mesa que o registro deve ser em ambos os serviços. As 18 horas nada mais havendo para deliberação, foi encerrada a reunião, marcando o Sr. Presidente nova reunião para a próxima semana.

ATA DA 28.ª REUNIÃO ORDINÁRIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 9 de julho de 1957, sob a PRESIDÊNCIA do SR. FLÁVIO DA COSTA BRITTO

*Juvenal da Silva Azevedo
José de Carvalho Seabra
Agostinho Rodrigues da Silva
Francisco José de Moraes
Fernando Nunes da Cruz*

*Carlos Augusto Rodrigues
Luiz Marques Poliano
Adamastor Lima
Agrícola Castello Borges
José de Queiroz
Itagyba Barçante
Abel de Almeida
Alberto Ravache*

Aos 9 dias do mês de julho de 1957, presentes os Srs. representantes de Cooperativas, Associações e Intendências Agrícolas, acima assinados e filiados ao Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. General Justo, 171 — 2.º andar, mais uma reunião desse Departamento. O Sr. Flávio da Costa Brito iniciou os trabalhos da mesma, determinando a leitura da ata da reunião anterior, que foi aprovada com alterações por parte do Sr. Luiz Marques Poliano, que aproveitou a oportunidade para encarecer a remessa dos trabalhos da Comissão encarregada da delimitação do zoneamento rural das entidades filiadas. S.S. referiu-se ainda ao incidente havido entre os srs. Walter Gomes de Castro e Pelayo Vidal, mantendo os seus pontos de vista, já insertos na ata da sessão anterior. Do expediente constou o seguinte: a) eleição da lista tríplice para escolha do futuro diretor do DARDIF, conforme dispõe a letra "c" do artigo 4.º. Da ordem do dia constou: a) Assuntos Gerais. Fazendo uso da palavra o Sr. Flávio da Costa Brito esclareceu que a reunião tinha como finalidade principal a escolha da lista tríplice da qual, conforme dispõe a letra "c" do artigo 4.º, S. Excia. Presidente da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA escolheria o novo diretor do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal. Em seguida, passou a direção dos trabalhos ao Sr. Luiz Marques Poliano, Secretário-Geral da S.N.A. e representante legal da Sociedade União dos Agricultores. Assumindo os trabalhos, o Sr. Luiz Marques Poliano, comunicou à Casa que iria ser efetuada a eleição, bastando que os srs. delegados assinassem as chapas que se achavam em poder dos mesmos. Obtendo uso da palavra o Sr. Alberto Ravache, obtemperou que de acordo com a legislação vigente os pleitos devem ter caráter secreto, pelo que pedia fosse consultada a Casa, se aquela eleição deveria ou não ser efetuada pelo voto secreto. O Prof. Adamastor Lima, reforçou a tese do sr. Alberto Ravache sendo a proposta então aprovada por unanimidade. O sr. Presidente, fez a chamada dos delegados presentes, informando à Casa haver o sr. Jonas Passos Soares, Presidente da Associação Rural do Rio da Prata deixado de comparecer à reunião por se haver licenciado do cargo por 12 meses, passando o mesmo a seu substituto, na forma regimental. Responderam, à chamada os representantes da Sociedade Nacional de Agricultura, srs.: Adamastor Lima, Alberto Ravache, Abel de Almeida e Itagyba Barçante; Juvenal da Silva Azevedo e José do Pôrto Seabra, representantes da Associação Rural do Viégas; Agostinho Rodrigues da Silva, representante da Associação Rural de Sta. Eugênia; Francisco José de Moraes e Fernando Nunes Cruz, representantes da Associação Rural de Palmares; Carlos Augusto Rodrigues, Luiz Marques Poliano e Agrícola Castello Borges, representantes da Sociedade União dos Agricultores. Estavam presentes, representantes de outras organizações rurais, porém, sem direito a

voto. Procedida a eleição, votaram na mesma, treze srs. representantes. Serviram de escrutinadores os srs. Alberto Ravache e Adamastor Lima, que após a contagem dos votos, comunicaram o seguinte resultado: Flávio da Costa Britto — 13 votos; Francisco José de Moraes — 13 votos; Juvenal da Silva Azevedo — 12 votos; Abel de Almeida — 1 voto. Proclamando eleita a chapa acima o sr. Presidente passou a ordem do dia, concedendo a palavra ao sr. Juvenal da Silva Azevedo, que tratou da situação de abandono em que se encontra por parte dos poderes públicos, a lavoura citrícola do Distrito Federal. O assunto interessou vivamente a todos os presentes, tendo o sr. Luiz Marques Poliano indicado a nomeação de uma comissão para efetuar estudos sobre o assunto e sugerir medidas às autoridades competentes. A Comissão nomeada está assim constituída: — srs. Alberto Ravache, Altino Sodré, Juvenal Azevedo, Abel de Almeida, Antônio Correia da Silva e Itagyba Barçante. Às 18 horas, o sr. Flávio da Costa Britto, reassumiu a direção dos trabalhos e, como nada mais houvesse a tratar, foram encerrados os trabalhos, marcando-se nova reunião para a próxima semana.

ATA DA 29.^a REUNIÃO ORDINÁRIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 23 de julho de 1957, sob a PRESIDÊNCIA do SR. LUIZ MARQUES POLIANO

*Abel de Almeida
Eleuzipio Cândido da Silva
Sebastião Evaristo
Manoel Agapito*

Aos 23 dias do mês de julho de 1957, presentes os Srs. Representantes de Cooperativas, Associações e Intendências agrícolas, acima assinados e filiados ao Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. Gen. Justo, 171 — 2.^o andar, mais uma reunião desse Departamento. O Sr. Luiz Marques Poliano iniciou os trabalhos da mesma, determinando a leitura da ata anterior a qual foi aprovada sem alterações. Para essa reunião de cunho especial foram convocados todos os representantes de associações rurais e apenas três deles compareceram. O Sr. Luiz Marques Poliano abriu e em seguida encerrou os trabalhos.

HOMENAGEM PÓSTUMA A UM GRANDE LÍDER DO COOPERATIVISMO NO PAÍS

No dia 9 de Abril, na Vila Jaguaré, Estado de S. Paulo, foi prestada uma justa e merecida homenagem póstuma ao grande líder cooperativista Dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, que bons e relevantes serviços prestou ao cooperativismo brasileiro, e, em especial, à Cooperativa Agrícola de Cotia.

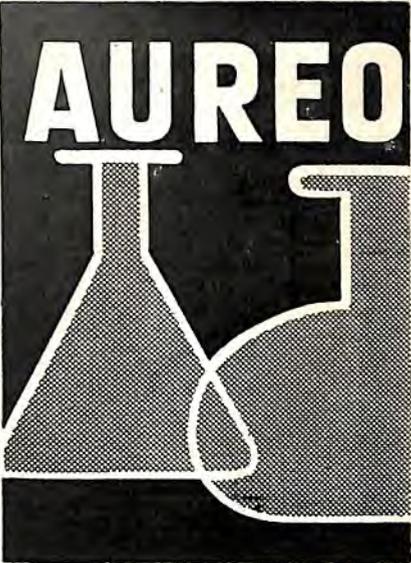
A homenagem consistiu na inauguração do busto do saudoso líder, promovido pelos diretores, cooperados e funcionários da Cooperativa Agrícola de Cotia.

Falaram na ocasião, o sr. Gervasio Inone, presidente da C.A.C.; Mário Penteadado de Faria e Silva, em nome do Dr. Iris Meinberg, presidente da C.R.B.; Eusebio Rocha, em nome dos cooperados da C.A.C. e o sr. Paulo Campos, em nome dos funcionários da cooperativa que êle durante tantos anos dirigiu.

Na foto ao lado, um aspecto da solenidade, quando falava o Dr. Mário Penteadado de Faria e Silva



AUREOMICINA*



A maior descoberta científica no campo dos antibióticos

AGORA AO ALCANCE DOS CRIADORES E AVICULTORES BRASILEIROS NA LINHA DE PRODUTOS DA

CYANAMID

PRODUTOS VETERINÁRIOS

UNGÜENTO INTRAMAMÁRIO, ACROMICINA INTRAMUSCULAR, AUREOMICINA EM CÁPSULAS E TABLETES - SULMET - MEGASUL - VERBAN

AUROFAC*

Suplemento alimentar

Combate as doenças e assegura maior rendimento dos rebanhos avícolas, bovinos, suínos, ovinos e equínos.

ACRONIZE*

Para preservação de alimentos perecíveis

Triplifica o período de conservação de carnes, aves e pescado. Facilita o transporte e a distribuição de alimentos frescos.



Solicite folhetos com maiores informações
CYANAMID QUÍMICA DO BRASIL S. A.
 Divisão Agropecuária

* MARCA REGISTRADA

MATRIZ - S. PAULO: Rua Lavapés, 326 - Tel. 37-4634 - C. Postal 1750

1855

RIO DE JANEIRO: R. 1.º de Março, 9-2.º - Tel. 23-0037
P. ALEGRE: Rua Senhor dos Passos, 280 - Tel. 9-2118
RECIFE: Rua do Hospício, 71 - Loja Tel. 3350

FORTALEZA: Rua Castro e Silva, 121 - 3.º - sala 301
SALVADOR: Travessa do Rosário, 1 - sala 21
B. HORIZONTE: Av. Olegario Maciel, 579 - Tel. 4-1201



tratores e implementos

OLIVER

oferecem o máximo de cultivo a baixo custo

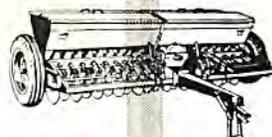
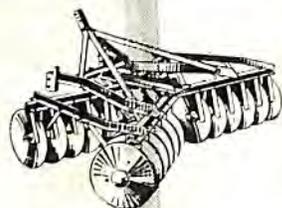
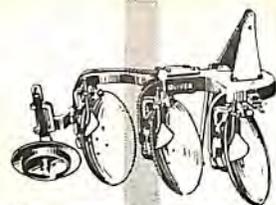
Agora, pelo Plano da Mecanização da Lavoura, instituído pelo Decreto 40.260, qualquer agricultor poderá adquirir os famosos tratores e implementos OLIVER, com estas excepcionais facilidades de pagamento: 25% à vista e o restante em 3 anos.

Mesbla proporciona perfeita assistência técnica e material à linha Oliver. Consulte-nos para obter maiores detalhes.

PEÇA NOSSOS FOLHETOS

MESBLA

- RIO DE JANEIRO
- SÃO PAULO
- B. HORIZONTE
- PÔRTO ALEGRE
- RECIFE
- SALVADOR
- PELOTAS
- NITERÓI
- VITÓRIA
- MARÍLIA



Modelo	Super 55	Super 77	Super 88	Super 99	Super 99 GM
Motor	Diesel	Diesel	Diesel	Diesel	Diesel
Fôrça na barra de tração	28,97 HP	40,04 HP	49,58 HP	60,90 HP	77,44 HP
Fôrça na polia	34,09 HP	45,94 HP	55,63 HP	65,01 HP	85,48 HP